

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP**

Alberto Henrique Gastão Rodrigues

**Karl Popper e a Teoria da Explicação nas  
Ciências Sociais**

Mestrado em Filosofia

São Paulo

2021



# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

Alberto Henrique Gastão Rodrigues

## Karl Popper e a Teoria da Explicação nas Ciências Sociais

Mestrado em Filosofia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de mestre em **Filosofia** (área de concentração: Filosofia), sob a orientação do **Prof. Dr. Ivo Assad Ibri**.

São Paulo

2021

**Banca Examinadora:**

---

---

---

## Dedicatória

A minha esposa Cris, pelo seu amor, paciência e fundamental apoio em todos os momentos.

A minha mãe Ieda pelo carinho sem igual e pelas muitas palavras de incentivo ao longo de toda essa empreitada. Ao meu pai, Prof. Moysés, por sua ajuda inestimável, pelo prazer pelos estudos a mim legado, assim como sua paixão pela leitura e também, a inigualável oportunidade de dispor de sua biblioteca.

As minhas filhas Carol e Cecília que são as minhas adoradas.

Dedico, em especial, a minha irmã Dra. Luciene por seu amor, cuidados e acompanhamentos “técnicos”, neste momento onde a proteção à saúde deve ser mais do que redobrada.

Uma carinhosa menção a minha sogra, Dona Claudia, filósofa honorária, formada na mais difícil das universidades: a escola dos desafios da vida.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Número do processo: 88887.310910/2018-00.

Os custos desta Pesquisa foram cobertos por bolsa CAPES parcial (de novembro de 2018 a maio de 2021) recebida por meio do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC).

*This Study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. Process number: 88887.310910/2018-00.*

*The costs of this research were covered by CAPES grant, from 2018, November to 2021, May, with partial scholarship; received through the Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC).*

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, com toda deferência e consideração, ao meu orientador Prof. Dr. Ivo Assad Ibri, que com o seu saber, atenção e paciência me ajudou de sobremaneira na realização deste projeto. Seus textos, a elegância característica de sua escrita e a perspicácia das suas reflexões são referenciais superlativos, os quais, modestamente, tomo como preciosas lições e direcionamento. Agradeço, também, o valiosíssimo bônus de ao longo do período de sua orientação ter tido o privilégio de acolher os seus conhecimentos estéticos, em vários campos das artes, especialmente, a paixão pela música clássica que partilhamos.

Agradeço aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da PUCSP, com particular reconhecimento e estima aos professores Dr. Cassiano Terra Rodrigues, Dr. Mario Ariel Porta, Dra. Jeanne Marie Gagnebin e Dra. Yolanda Gloria G. Muñoz, que com a qualidade de suas aulas, habilidades na apresentação dos temas filosóficos e notáveis conhecimentos contribuíram para minha formação e para o aprimoramento necessário à realização desta dissertação. Se nos foi possível chegar até aqui é porque apoiamos em “ombros de gigantes”.

Agradeço aos participantes e amigos do Centro de Estudos de Pragmatismo, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da PUCSP. Agradeço a convivência sempre harmoniosa e muito frutífera. As muitas trocas de ideias foram de sobremaneira valiosas.

O meu caloroso agradecimento aos professores que fizeram parte da minha graduação no curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde os primeiros passos foram dados e o entusiasmo pelos temas filosóficos definitivamente firmado. Agradeço aos professores Dr. Orlando Bruno Linhares, Dr. Paulo Roberto Monteiro de Araújo, Dr. Roger Fernandes Campato e a queridíssima Ms. Angela Zamora Cilento de Rezende.

Dedico um especialíssimo agradecimento a Profa. Dra. Garciela Deri de Codina (*in memoriam*) de quem tive a honra de ser aluno.

Por fim, agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de estudos na modalidade parcial, pois sem tal apoio a realização deste trabalho não seria possível.

Tal é, sugiro, a situação nas ciências sociais. Ao procurar o conhecimento puro, o nosso objetivo é, muito simplesmente, compreender e responder a perguntas de como e porquê (mas não pseudoquestões “o que é”). São perguntas que se responde com uma explicação. Portanto, todos os problemas do conhecimento puro são problemas teóricos: *são problemas de explicação*.

Para elucidar ainda melhor este aspecto, infelizmente ignorado do método científico, podemos ter em conta de que é aconselhável caracterizar a ciência pelos seus métodos em vez de pelos seus resultados.

Nossa principal tarefa como filósofo é, penso eu, enriquecer nosso quadro do mundo ajudando a produzir teorias imaginativas e, ao mesmo tempo, argumentativas e críticas, preferivelmente de interesse metodológico.

Para que seja o que deve ser, a epistemologia tem de ser capaz de abarcar nossos objetivos intelectuais fundamentais. Para o bem ou para o mal, nós seres humanos, na qualidade de sujeitos do pensamento e da reflexão, somos sempre explicadores – *obtinadamente explicadores*.

**Karl Popper**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>1</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>2</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1 A FORMULAÇÃO LÓGICA DO PROBLEMA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS .....</b>	<b>15</b>
1.1. As Teses Iniciais .....	15
1.2. A Compreensão do Problema .....	17
1.3. O Formato do Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais .....	22
1.4. A Predição de Acontecimentos Típicos .....	27
<b>2 A ORIENTAÇÃO DESCRITIVA E EXPLICATIVA .....</b>	<b>36</b>
2.1. A Mudança de Orientação no Método .....	36
2.2. A Crítica à Objetividade Científica Baseada na Conduta do Cientista .....	37
2.3. A Crítica ao Relativismo Epistêmico nas Ciências Sociais .....	40
2.4. O Conhecimento Descritivo e Explicativo .....	44
2.5. A Explicação Causal .....	49
2.6. A Explicação dos Fenômenos Sociais .....	53
<b>3 ANÁLISE SITUACIONAL E OS MODELOS EXPLICATIVOS .....</b>	<b>58</b>
3.1. A Influência das Ciências Econômicas no Pensamento Popperiano .....	58
3.2. A <i>Rational Choice Theory</i> (RCT) nas Ciências Sociais .....	62
3.3. Abstração e Generalização na Análise Situacional .....	68
3.4. O Potencial Explicativo dos Modelos Representacionais .....	76
3.5. Mecanismos Sociais e a Integração Entre Ação e Estrutura .....	85
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>

## RESUMO

Nossa investigação ocupa-se da proposta metodológica sugerida pelo filósofo Karl Popper para as Ciências Sociais, focalizando especialmente o conteúdo dos artigos A Lógica das Ciências Sociais, baseado em sua palestra de abertura na conferência da Associação Alemã de Sociologia, na cidade de Tübingen, em 1961, e Modelos, Instrumentos e Verdade, uma versão levemente revista da sua apresentação no Departamento de Economia de Harvard, em 1963. Nossa apreciação identifica como o principal objetivo desses artigos, a promoção da orientação explicativa na condução dos estudos no campo das Ciências Sociais, sobretudo em um momento em que ganhava preponderância a orientação descritiva do ambiente social, nas suas diferentes vertentes, para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. Neste sentido, discorreremos sobre os tradicionais temas que compõem a epistemologia popperiana, no caso, voltados para as especificidades das Ciências Sociais. Na sequência, mostramos as relações existentes entre a proposta popperiana e a corrente epistemológica mais abrangente da teorização analítica. Apontamos que o ponto de partida das reflexões de Popper apoia-se no seu entendimento sobre a forma característica de como “o” problema do conhecimento nas Ciências Sociais se apresenta. Ele identifica como um problema de “contradição”, todavia, em nossa averiguação, expomos que a maneira mais precisa de sua definição é o da contrafinalidade na ação social, ou seja, o problema das repercussões sociais não deliberadas, e muitas vezes indesejadas das ações humanas intencionais. Por fim, em virtude dos elementos conceituais colocados em relevo por Popper, argumentamos em favor do pioneirismo da sua proposta, no sentido de ser precursora da abordagem teórica que alcançaria maior repercussão anos depois, sob a denominação de explicações de mecanismos (*mechanism-based explanation*), abrindo uma nova perspectiva para o desenvolvimento do conceito de explicação.

**Palavras-chave:** epistemologia, metodologia, problemas do conhecimento, abordagem explicativa, abordagem descritiva, teorização analítica, contradição, contrafinalidade, estrutura lógica, modelos situacionais, mecanismos, teoria social, ciências sociais.

## **ABSTRACT**

*Our investigation is about the methodological proposal has suggested by the philosopher Karl Popper to social science studies. We focusing specifically the contents of the articles *The Logic of Social Science*, based on his conference held by German Sociological Association in Tübingen in 1961, and *Models, Instruments and Truth*, a slightly revised version of his speech delivered at Harvard Economic Department in 1963. Our appraisal identifies as major objective of these articles the Popper's defense in favor of the explanation theory guidance for conducting the academic works at the moment when the descriptive approach, in its different perspectives, has started to be a major orientation for the social science academic production. We begin exposing the traditional subjects that forms the popperian epistemology, in this case, regarding to the social philosophy. Following, we discuss the relation between the popperian epistemology and the more comprehensive and wide-ranging epistemic thinking of the analytical theorization. We emphasize the start point for all Popper's evaluation about the social science and its methodology is "the" problem for social theory. He has identified this characteristic problem as a "contradiction", however, we argue in favor of the logical format explained by Popper is more precise recognized as a "counterfinality" in the social action, i.e., the social repercussion not intentional and mostly of time unwelcome results of human activity. In conclusion, because of the many important conceptual elements that Popper enhanced to the debate about the varieties of social explanation, we postulate and present arguments in support of the idea that he had a pioneering view of the question in the sense to be precursor about the theoretical approach designated "mechanism-based explanation" that would become several years later a new front and step ahead in the explanation concept.*

**Keywords:** *epistemology, methodology, knowledge problem, explanation approach, descriptive approach, analytical theorization, contradiction, counterfinality, logical structure, situational models, mechanisms, social theory, social science.*

## INTRODUÇÃO

O filósofo Karl Raimund Popper (Viena, 1902-1994) foi um dos mais destacados teóricos do conhecimento do século XX, reconhecido por seus trabalhos sobre o funcionamento das Ciências Naturais, é o autor de uma das principais obras neste campo: *A Lógica da Pesquisa Científica* (*Logik Der Forchung*), cuja primeira edição ocorreu em 1934. Já no prefácio desta obra, aponta o aspecto que viria a ser central em suas concepções sobre o desenvolvimento do conhecimento científico:

Um cientista empenhado em pesquisa – digamos que no campo da física – pode atacar diretamente o problema que enfrenta. Pode penetrar, de imediato, no cerne da questão, isto é, no cerne de uma estrutura organizada. Com efeito, conta sempre com a existência de uma estrutura de doutrinas científicas já existentes e com uma situação-problema que é reconhecida como problema nessa estrutura. (POPPER, 2013, p.23)

Na sequência da sua explanação, volta-se, então, para o papel da Filosofia:

Com efeito, tornou-se agora questão frequente, nos círculos filosóficos, saber se a Filosofia chegará a colocar um problema genuíno. [...] Apesar de tudo, há quem acredite [...]. (Ibid, p.23)

A despeito do tom provocativo, onde também é possível perceber “ecos” do famoso prefácio da *Crítica da Razão Pura*<sup>1</sup>, é indubitável que Popper sempre esteve inscrito no grupo dos que “acreditam”. A busca pelo conhecimento, que congrega tanto a ciência quanto a filosofia (e, a sua maneira, as religiões), possui um procedimento fundamental em comum: a formulação do problema do conhecimento como marco de partida. Não é por acaso que o autor, em outra oportunidade, define a atividade das ciências como “meramente um conglomerado de problemas e soluções tentadas” (POPPER, 1978, p.29). E, sem embargo, podemos estender essa linha de raciocínio para a filosofia, como um acervo de questões conceituais e de teorias para esclarecê-las.

O tema desta dissertação tem como ponto inicial a questão do “problema científico”, mais especificamente, as reflexões de Popper sobre o problema do conhecimento no âmbito das Ciências Sociais. Contudo, é importante frisar que o autor abordou essa temática dentro de um escopo mais amplo, que envolveu todo um debate sobre qual seria a metodologia mais adequada para o desenvolvimento das Ciências Sociais. Alguns aspectos são relevantes para a compreensão desse contexto e é importante mencioná-los.

A trajetória intelectual do autor foi marcada por sucessivos retornos às questões expostas em sua mais importante obra (*A Lógica da Pesquisa Científica*). Tais questões, podem ser consideradas como os elementos fundantes da epistemologia popperiana. Estas,

---

<sup>1</sup> KANT, 2012, p.17. A comparação suscitada entre a possibilidade da Filosofia poder colocar um problema genuíno e a maneira de como Kant levanta dúvidas sobre se a Metafísica pode ser considerada uma ciência verdadeira. No famoso prefácio da *Crítica da Razão Pura*, apresenta: tida no princípio como a “rainha de todas as ciências” e “hoje em dia é moda lhe dirigir todas as suspeitas”.

atuam decisivamente tanto na constituição do PopperN, quanto do PopperS<sup>2</sup>. Três contribuições são tradicionalmente ligadas ao autor: a sua crítica à lógica indutiva como fundamentação para justificação epistêmica, a teoria da demarcação (testabilidade) como critério de distinção entre teoria científica e especulação metafísica, reconhecendo a função de cada uma para a formação do conhecimento, e o caráter conjectural do conhecimento científico, sempre aberto ao escrutínio crítico-verificativo exercido por uma comunidade de pesquisadores. As teorias permanecem válidas enquanto sustentáveis diante das tentativas de “falseá-las”, ou seja, permanecem na condição hipótese aprovada, todavia estão constantemente sujeitas à possibilidade de serem submetidas a novas averiguações, que podem colocar em cheque suas conclusões. Tal caráter hipotético-conjectural resume exemplarmente o status ontológico de todo conhecimento. Quanto às obras revisionais da *Lógica da Pesquisa Científica*, duas se destacam: a coletânea de artigos organizados sob o título de *Conhecimento Objetivo (Objective Knowledge)*, de 1972, e *Dois Problemas Fundamentais do Conhecimento (Die beiden Grundprobleme der Erkenntnistheorie)*, de 1979.

Em sua Autobiografia Intelectual (*Unended Quest*), publicada em 1974, ao narrar seus anos radicados na *London School of Economics*, a partir de 1946, salienta que as questões teóricas das Ciências Sociais não geraram a mesma atração que as das Ciências Naturais, “com exceção para a teoria econômica” (POPPER, 1986, p.129), entretanto, faz uma menção bastante reveladora sobre a elaboração da sua principal obra:

Por longo tempo, eu havia me ocupado dos métodos das Ciências Sociais, afinal de contas, tinha sido, em parte, uma crítica ao marxismo, que me colocara, em 1919, no caminho de *Logik der Forschung*.” (POPPER, 1986, p.121)

Observa-se, por essa afirmação, que mesmo não sendo sua área de atuação “oficial” e, declaradamente não produziram a mesma atração que as Ciências Naturais, é correto postular que a temática das Ciências Sociais ingressou cedo no seu foco de atenção. Conforme evidenciado em outros trechos de seu relato autobiográfico<sup>3</sup>, os conflitos políticos que presenciou nos anos de juventude e no início da vida adulta, tiveram reflexos significativos em sua produção filosófica.

Filho de pais judeus que adotaram o protestantismo, quando criança, viveu os difíceis anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial em sua Viena natal, já nos estertores do Império Austro-Húngaro. Durante a juventude encarou os efeitos da devastação econômica que se seguiram ao encerramento do conflito, como a fome, a falta de emprego, a hiperinflação e a violência política. Também faz parte de suas recordações a constante tensão da “questão judaica”, que iria irromper de forma bastante aguda em poucos anos à frente<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> FERNANDEZ, 2012, p.231. Expressão utilizada pelo economista Douglas W. Hands para diferenciar a atuação de Popper nas Ciências Sociais (S) e nas Naturais (N).

<sup>3</sup> POPPER, 1986, p.40: “A experiência capacitou-me a entender mais tarde muitas coisas que, de outra forma eu não teria entendido.” E p.43: “Recordando o que se passou naquele ano, não deixo de surpreender-me com o muito que pode acontecer, em tão pequeno prazo, no desenvolvimento intelectual de uma pessoa.”

<sup>4</sup> Em sua autobiografia Popper dedica um capítulo, que ocupa três páginas, a respeito da questão judaica sob o título: *A guerra próxima: o problema judeu*. Uma visão mais detalhada de toda complexidade da questão judaica que cercava jovens dessa origem como Popper no início da década de trinta, é apresentada no capítulo sete: *Red Vienna, the “Jewish Question” and Emigration*, em HACOEN, M. H. (2000) *Karl Popper The Formative Years 1902 – 1945*.

Vivenciou o caos social que produziu as condições para o surgimento de regimes opressores como o nazismo e, da mesma forma, foi testemunha próxima da conjuntura histórica que levou à ascensão de Stalin ao poder da União Soviética. Em passagem dramática, destaca que durante a juventude tornou-se marxista por “dois ou três meses” (POPPER, 1986, p.39), entretanto, ao presenciar o assassinato de jovens integrantes do movimento sindical, incitados por suas lideranças para se confrontarem com a polícia, em obediência à lógica revolucionária, rompeu definitivamente com esta linha política. Popper narra essa passagem de forma particularmente impactante<sup>5</sup>.

As experiências acumuladas no período entre as duas guerras mundiais, seriam a fonte primária para que Popper escrevesse, com o seu habitual enfoque epistemológico, duas obras analisando a matriz produtora de doutrinas totalitárias. A primeira, sob o título *A Miséria do Historicismo* (*The Poverty of Historicism*), e, na sequência, *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (*The Open Society and Its Enemies*), mais abrangente e composta por dois volumes. Ambas foram publicadas pela primeira vez em 1945 e tiveram importantes revisões para suas republicações (respectivamente, 1957 e 1962). Ao fazer uma avaliação sobre os objetivos de tais obras, o autor as considerou como a sua contribuição para o “esforço de guerra” (POPPER, 1986, p.123), e situa-as no campo da filosofia política. Em linhas gerais, Popper desenvolve uma crítica abrangente sobre a concepção teleológica da história (historicismo). Para ele, um defensor do indeterminismo ontológico, tal concepção não só seria insustentável como também serviria à manipulação no plano político, com o duplo propósito de controle social e justificação dirigista. A consecução desses dois projetos, levaram Popper a desenvolver estudos relacionados com as teorias sociais, estabelecendo um diálogo cooperativo tanto com a sociologia quanto com a ciência política. Contudo, devemos frisar que a abordagem do autor sempre buscou suas implicações epistemológicas:

Brotaram ambos (os livros) da teoria do conhecimento exposta em *Logik der Forschung* e de minha convicção de que nossas concepções, frequentemente inconvenientes, acerca de teoria do conhecimento e de seus problemas centrais (“Que podemos saber”, “Até que ponto é certo nosso conhecimento?”) são decisivas para orientar nossa atitude em relação a nós mesmos e à política. (Ibid., p.123)

Popper já indicava que, independentemente dos aspectos metodológicos específicos de cada ramo das ciências, em um nível geral, as questões que envolvem a apresentação do conhecimento na sua fundamentação lógica, estimulam todos os ramos igualmente.

Argumentando em favor da importância dos processos avaliativos (das teorias) e da justificação epistêmica (expor a explicação da validade da teoria) voltados para as Ciências Sociais, o autor apresenta sua visão em relação à dinâmica social e sublinha a sua concordância com as opiniões do sociólogo Hans Albert (1921) e da historiadora Adrienne Koch (1913-1971):

Não pode existir sociedade humana sem conflitos: uma sociedade que tal não seria uma sociedade de homens, mas de formigas. Ainda que ela fosse coisa realizável,

---

<sup>5</sup> POPPER 1986, p.39: “Fiquei horrorizado e chocado com a brutalidade da polícia e preocupado com a minha participação: pelo menos em princípio, na condição de marxista, parte da responsabilidade era minha.”

essa realização destruiria valores humanos da maior importância e tais valores deveriam, portanto, impedir-nos de tentar a realização. Por outro lado, deveríamos, decerto, conseguir a redução dos conflitos. Assim, já temos aqui um exemplo de choque de valores ou princípios. Esse exemplo mostra, ao mesmo tempo, que choques de valores e princípios são importantes e, na verdade, essenciais numa sociedade aberta. (Ibid., p.124)

É possível observar que a visão do autor sobre o funcionamento da sociedade, em suas linhas gerais, incorpora o debate entre os dois principais ramos das teorias sociais: o de explicar a ação social pela atuação dos agentes, que se organizam em torno de interesses comuns e desenvolvem estratégias para alcançá-los, resultando em ações individuais orientadas, portanto, ao serem consideradas no seu conjunto são significativas no plano social (Ação -Agência); e outra corrente que defende a explicação da ação social guiada pela influência dos valores culturais e das normas de sociais (coletivamente absorvidas). De acordo com essa visão, a presença de uma ordem social é mais relevante na definição do comportamento social individualizado (Estrutura - Função)<sup>6</sup>.

As duas obras mencionadas são um ponto de inflexão na produção filosófica de Popper (do PopperS), e marcam o seu ingresso nas Ciências Sociais. É bastante provável que a repercussão dessas obras tenha sido o principal fator que levou ao convite da Associação Alemã de Sociologia (*DGS – Deutsche Gesellschaft für Soziologie*) para realizar a palestra inaugural do congresso de 1961.

Antes de abordarmos sua participação neste importante evento, vale destacar que no período do pós-guerra, Popper publicou, de maneira sistemática, diversos materiais relacionados à temática das Ciências Sociais. Sem o intuito de ser uma relação completa, contabilizamos a produção de duas dezenas de artigos relacionados com esse ramo das ciências, ao longo de mais de cinquenta anos de produção intelectual<sup>7</sup>.

Certamente foi marcante na trajetória do autor a sua participação no congresso da DSG de 1961, ocorrido na Universidade de Tübingen. Os apontamentos de sua apresentação deram origem ao artigo *A Lógica das Ciências Sociais*<sup>8</sup>, o qual destacamos como um dos dois principais referenciais para exposição dos temas abordados nesta dissertação. Sua redação segue a mesma estrutura utilizada por Popper para elaborar a apresentação. Por recomendação dos organizadores, o conteúdo foi formulado em teses com o intuito de

<sup>6</sup> SCOTT, 2010, p.83; JOAS; KNÖBL, 2017, p.33 e GIDDENS, 2018, p.59.

<sup>7</sup> *Que é Dialética* (1940); *Utopia e Violência* (1947); *Previsão e Profecia nas Ciências Sociais* (1948); *Rumo a uma Teoria Racional da Tradição* (1949); *Humanismo e Razão* (1952); *The Sociology of Knowledge: A Critique* (1953); *A Opinião Pública à Luz dos Princípios do Liberalismo* (1956); *A História do Nosso Tempo: Uma Visão Otimista* (1956); *A Lógica das Ciências Sociais* (1962); *Historical Explanation* (1962); *Modelos, Instrumentos e Verdade* (1966); *Sobre a Liberdade* (1967); *Contra a Interpretação Cínica da História* (1968); *Uma Abordagem Pluralista à Filosofia da História* (1969); *Descrição, Argumentos e Imaginação* (1969); *Razão ou Revolução* (1970); *Uma Teoria Objetiva da Compreensão Histórica* (1970); *Revolution or Reform* (1972); *O Mito do Contexto* (1976); *Epistemologia e Industrialização* (1979); *Sobre o Choque de Culturas* (1981); *Sobre a Teoria da Democracia* (1987); *O Colapso do Comunismo: Compreender o Passado e Influenciar o Futuro* (1992); *Masaryk e a Sociedade Aberta* (1994).

<sup>8</sup> O conteúdo da apresentação de Popper foi primeiramente publicado no informativo da Faculdade de Sociologia da Universidade de Colônia em 1962 (*Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, nº14, caderno 2, pp. 233-48). Contudo a (re)publicação que ficaria mais conhecida é a que compôs a edição dos anais da conferência em 1969 (*Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*).

facilitar a réplica que seria feita pelo filósofo Theodor Adorno (1903-1969), expoente da Escola de Frankfurt. Após a exposição de Adorno, haveria um debate sobre as posições apresentadas, mediado pelo sociólogo Ralf Dahrendorf (1929-2009), ex-aluno de Popper<sup>9</sup>. Dahrendorf era alinhado com o grupo que advogava por posições diferentes das adotadas pelos apoiadores da Teoria Crítica, notadamente a respeito dos conflitos sociais e, em especial, a função que estes exercem nos processos de mudança social<sup>10</sup>.

A temática do congresso versava sobre os princípios lógicos que deveriam nortear a atividade teórica nas Ciências Sociais, mas, numa perspectiva mais ampla, reverberava na questão da própria noção de racionalidade e a forma como as atividades científicas afirmam este princípio. Lembremos dos grandes avanços tecnológicos ocorridos ao longo da Segunda Guerra Mundial, todavia, com fins nada nobres. Os apoiadores da Escola de Frankfurt preconizavam a interpretação histórica dos movimentos sociais, orientada pelos princípios marxistas sobre a dinâmica da transformação social. Para esses, os movimentos sociais originam-se do conflito entre classes sociais, onde estas são definidas com base em critérios econômicos, como a função exercida por seus membros dentro do processo produtivo e a maneira como o resultado do trabalho é apropriado. As contradições do processo produtivo são inerentes às sociedades capitalistas e irradiam-se do plano econômico para outras instâncias da vida social. A dinâmica do conflito e as alterações que provocam são vistas como o “motor” das transformações sociais. Já o grupo de Dahrendorf, preconizava a análise empírica das situações sociais, abrangendo não só os aspectos restritos ao embate entre classes, mas a inclusão de outros elementos da vida social, como a integração funcionalista (a necessidade associativa entre indivíduos que compartilham o mesmo espaço e objetivos), a normatividade exercida pelas instituições e, particularmente, os processos de mediação característicos das sociedades democráticas (tendo a história do pós-guerra da Alemanha Ocidental como referência). Dahrendorf era um teórico destacado no estudo da relação entre conflitos e os processos de transformação social, que se posicionava favoravelmente pela superioridade da abordagem gradualista e evolutiva (portanto, não revolucionária) para os processos de mudança social<sup>11</sup>. Visão que Popper compartilhava, tanto no que tange à baixa confiança nas possibilidades de melhoria das condições de vida a partir dos processos revolucionários, quanto ao histórico bem-sucedido em dar representação política aos interesses antagonísticos dentro dos regimes democráticos das sociedades abertas Ocidentais<sup>12</sup>.

O evento em si acabou frustrando as expectativas daqueles que esperavam por um debate efetivo entre as posições dos dois principais palestrantes<sup>13</sup>, contudo, a publicação dos

<sup>9</sup> Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ralf\\_Dahrendorf](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ralf_Dahrendorf)>. Acesso em 25/09/2020.

<sup>10</sup> Cf. JOAS; KNÖBL, 2017, p.226-7. Observar a posição divergente de Dahrendorf em relação a Habermas. Dahrendorf possui uma posição mais analítica sobre a teoria do conflito social do que Habermas: “considerava interessante a ideia de luta de classes, desprezando todos os outros elementos do pensamento marxista como metafísico [...]”.

<sup>11</sup> DAHRENDORF, 1962, p.258-9. Nas páginas indicadas encontram-se as conclusões do tópico Conflito de Classes e Mudança da Estrutura Social, contudo, a exposição dos fatores capazes de promover os interesses associativos entre classes é o tema principal de todo o Capítulo 5 – Estrutura Social, Interesse de Classe e Conflito Social.

<sup>12</sup> Cf. POPPER, 1982, p.374-5 e 2017b, p.180-1.

<sup>13</sup> Cf. POPPER, 1978, p.36 e ADORNO *et al*, 2014, p.126. As opiniões expressadas por Popper e, principalmente, por Dahrendorf, após o evento, confirmam o sentimento de frustração em relação às expectativas que havia quanto ao debate de posições dos dois principais nomes do congresso.

anais do congresso, oito anos após sua realização, causou grande aborrecimento a Popper<sup>14</sup>. Suas ácidas considerações sobre o que se passou, foram expostas no artigo *Razão ou Revolução?*, publicado em 1970<sup>15</sup>. Em nossa opinião, a polêmica gerada possui justificativas relevantes. Estava em jogo bem mais do que uma avaliação do quadro social de diferentes sociedades europeias naquele pós-guerra, ou mesmo sobre alguma nova teoria social em particular. A questão central recaía sobre a lógica do conhecimento em relação com as características distintivas das Ciências Sociais, o que colocava em questão não os resultados produzidos pela aplicação de uma determinada abordagem, mas o próprio objetivo em empregá-la e a fundamentação lógica para sua adoção. Como será melhor detalhado no segundo capítulo desta dissertação, em meio a muitos temas abordados por Popper, sua principal argumentação recaiu na crítica em relação a mudança de orientação metodológica, que teria influenciado os trabalhos recentes nas Ciências Sociais. Mudança essa preconizada pelos postulados da Teoria Crítica, e que na visão do autor seria a responsável pelo enfraquecimento na qualidade da produção teórica nesse campo do conhecimento. O filósofo e sociólogo Jürgen Habermas (1929) captou com pertinência as implicações existentes nas colocações de Popper<sup>16</sup>.

O convite para abrir um evento da envergadura do congresso de 1961, em uma área de estudos na qual não era um especialista, pode gerar um certo questionamento quanto às credenciais de Popper para assumir tal incumbência. Sendo um teórico do conhecimento, voltado para a análise de conceitos metodológicos, aplicou a mesma ótica em relação ao funcionamento das Ciências Sociais. Assim, em poucas oportunidades se deteve sobre o conteúdo das teorias sociológicas em si, e quando citava um caso em particular, era no intuito de ilustrar suas considerações a respeito da estrutura lógica envolvida no desenvolvimento da formulação teórica. Adicionalmente, era uma preocupação constante do autor apontar caminhos para elevar a relevância das questões investigadas pelas ciências. Como estudioso da temática das Ciências Naturais, foi um habitual crítico das tentativas de transpor princípios oriundos desta para as Ciências Sociais, o que identificava como um “naturalismo equivocado” (POPPER, 1978, p.17). Reconhecendo haver um estatuto próprio para as Ciências Sociais, defendia que dentro da sua estrutura metodológica fossem desenvolvidos processos específicos para avaliação de suas teorias, de modo que estas tivessem sua validade confrontada com as situações concretas. As teorias que se mostram consistentes, possuem elevada capacidade explicativa e estabelecem delimitações precisas quanto à ocorrência dos fenômenos sobre os quais abordam. Quanto mais relevante for o conteúdo explicativo de uma teoria, maior será seu grau de “testabilidade” diante das situações reais. Por outro lado, quanto mais geral é o princípio, menos testável ele é. Este é um dos aspectos-chave no pensamento do autor<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> POPPER, 1982, p.36.

<sup>15</sup> Ibid, p.35-49.

<sup>16</sup> ADORNO *et al*, 2014, p.146-9. Avaliação está explanada no item 3 do primeiro capítulo das considerações de Habermas a respeito das apresentações de Popper e Adorno, sob o título Apêndice à Controvérsia entre Popper e Adorno.

<sup>17</sup> POPPER, 1999, p.180-92. Popper confere a essa relação lógica a condição do princípio orientador das Ciência e foi exposto no artigo que leva esse nome: *The Aim of Science* (A Meta da Ciência), publicado em 1957. A pergunta central das ciências é: “Que Tipo de explicação pode ser satisfatória?”, para em seguida concluir, “a meta da ciência é encontrar explicações satisfatórias”, o que nos leva a “melhorar o grau de satisfação das explicações melhorando seu grau de testabilidade”, o que, portanto, implica em, “passando para teorias de conteúdo sempre mais rico” (p.182).

Em relação às Ciências Sociais, um tema determinante é a atenção concedida à análise histórica. Se o embasamento matemático ocupa um papel preponderante no desenvolvimento das Ciências Naturais, a análise histórica é a matriz de onde se originam as formulações no campo das Ciências Sociais, conseqüentemente, suas teorias são fortemente embasadas em interpretações históricas. Popper, regularmente voltou-se para as possibilidades da análise histórica e instou em favor do seu indeterminismo, realçando que a liberdade e criatividade humana são fatores intrínsecos para imprevisibilidade do curso geral da história. Reiteradamente, discordou das correntes de pensamento que se apoiam em alguma teleologia para movimento histórico, notadamente, as análises baseadas nas concepções marxistas. Entretanto, sua argumentação sobre esse assunto suscita uma aparente dubiedade ao confrontar o poder preditivo das teorias (em seu caráter restrito) e a proposição de haver uma direção geral para o curso dos eventos históricos, o que, em última análise, sancionaria a validade de previsões de longo prazo (“profecias históricas”). Três artigos<sup>18</sup> são representativos sobre esse tema, elaborados em diferentes épocas (1948, 1967 e 1970), e ilustram as nuances da questão, conforme evoluiu a visão do autor sobre o assunto. Suas formulações transitam de um entendimento inicial bastante “rígido”, atrelado à lógica da explicação causal, para uma abordagem mais “compreensiva” das situações humanas. As dificuldades que envolvem a lógica explicativa e sua relação com a capacidade de prever corretamente os efeitos de uma dada situação é, possivelmente, a influência mais relevante para o desenvolvimento da sua proposta de construção de modelos explicativos, como será abordada mais detalhadamente no terceiro capítulo.

A proposta da “análise situacional” ou “lógica situacional” (o autor utiliza ambas as nomenclaturas<sup>19</sup>) como metodologia de análise para as Ciências Sociais, apoia-se em premissas aplicáveis a um conceito geral de ciência:

- 1) Não existe ciência puramente observacional. A coleta de dados só ocorre no contexto de haver um problema identificado e em desacordo com um prévio conhecimento. O autor não entendia como factível os cientistas voluntariamente saírem realizando coletas de informações, classificando dados e realizando avaliações comparativas, sem estarem munidos de um problema referencial para solucionar.
- 2) As teorias são “apenas” conjecturas. Mesmo quando virtuosas, mantêm-se na condição de boas propostas para elucidar determinados problemas. Todavia, não estão imunes a situações que venham requerer novas verificações: mais abrangentes, com maior grau de precisão e que podem revelar falhas em suas concepções. Portanto, é parte inerente do caráter investigativo das ciências, no curso de um programa de pesquisa, colocar sob diferentes testes suas formulações e não as assumir como definitivas. Dentro das concepções do autor, tal premissa é antes um fundamento epistemológico do que a afirmação de uma tese ontológica.
- 3) As situações-problema, no plano teórico, requerem teorias explicativas sobre os processos que as produzem. É bastante comum que os trabalhos científicos

---

<sup>18</sup> São eles: Previsão e Profecia nas Ciências Sociais, Contra a Interpretação Cínica da História e Uma Teoria Objetiva da Compreensão Histórica.

<sup>19</sup> POPPER, 1978, p.32 e 2009, p.266.

desenvolvam teorias diferentes para explicar uma mesma ocorrência, portanto, é primordial estabelecer procedimentos metodológicos e critérios avaliativos, respeitando as características de cada ramo das ciências, para determinar a teoria que corresponda à melhor explicação do problema. Na visão do autor, a objetividade científica é a objetividade das discussões críticas-avaliativas “bem conduzidas”(POPPER, 2009, p.256)<sup>20</sup>.

- 4) Há um conteúdo lógico-epistemológico superior no processo de refutação de uma teoria do que na sua confirmação. O autor identifica essa situação como “assimetria lógica” (POPPER, 2013, p.39), onde a confirmação atesta a compatibilidade do caso individual para com a regra geral, enquanto que um caso individual que refute a regra geral tem o poder de levar à reavaliação de toda uma teoria<sup>21</sup>. Aqui vale a menção de que a prática concreta de refutar uma teoria bem estabelecida é algo extremamente difícil e incomum.

Por fim, é necessário salientar que Popper não chegou a produzir uma obra abrangente e coesa, que consolidasse os seus pontos de vista sobre as Ciências Sociais, como é a *Lógica da Pesquisa Científica para as Ciências Naturais*. Suas reflexões sobre a temática social devem ser granjeadas num conjunto de textos que se iniciam com *A Miséria do Historicismo*, prosseguem em *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, vindo depois diversos artigos que, em graus variados de relevância, apresentam um painel amplo de questões tratadas pelo autor relacionadas com as Ciências Sociais.

Destacamos que para realizar os objetivos desta dissertação, dois artigos foram especialmente analisados, nos quais entendemos que se reúnem os principais elementos da discussão metodológica proposta por Popper para as Ciências Sociais. Esses artigos concentram sua argumentação em defesa de uma abordagem explicativa voltada para as especificidades dos fenômenos sociais e configuram-se em momentos destacados da produção teórica do autor, visando estabelecer as estruturas de sustentação deste seu ideal. Diante da diversidade e complexidade das relações sociais, da multiplicidade das situações onde os problemas se originam, há um considerável desafio lógico-analítico para o desenvolvimento deste ramo das ciências. As proposições desenvolvidas por Popper não escaparam às dificuldades impostas por essas características.

O primeiro artigo, já mencionado no início desta introdução, é *A Lógica das Ciências Sociais*, no qual Popper faz um inventário dos principais pontos que norteiam suas concepções sobre o funcionamento das Ciências Sociais. Foi estruturado em vinte e sete

---

<sup>20</sup> O conceito de objetividade do conhecimento científico é uma consequência da ideia de racionalidade que o autor cultiva. Para ele, a racionalidade científica consiste “simplesmente” na racionalidade da discussão crítica; na mútua verificação, confrontação de resultados e na lógica da argumentação (POPPER, 2009, p.256). É outro dos aspectos chave da epistemologia popperiana. A relação entre objetividade e racionalidade foi exposta de maneira detalhada no capítulo VII do artigo *Ciência: Problemas, Objetivos, Responsabilidades*. In: POPPER, 2009, p.142-184.

<sup>21</sup> Como explicado na Seção 15 da *Lógica da Pesquisa Científica*, a “assimetria” entre o valor lógico de uma refutação (falseamento) frente ao da confirmação é um princípio decorrente do critério de demarcação que separa enunciados puramente existenciais (casos individuais) de enunciados universais (leis/teorias científicas). Enunciados existenciais não podem ser falseados (“há corvos brancos”), todavia, enunciados universais sim (“todos os corvos são negros”).

teses, sendo que as primeiras vinte abordam questões relacionadas com as ciências no geral, e apenas as sete últimas são voltadas para demandas específicas das Ciências Sociais. São apresentados em seus pontos nucleares os tópicos que tradicionalmente fazem parte da epistemologia popperiana, como o empreendimento científico iniciando-se a partir da formulação do problema do conhecimento, a objetividade das ciências baseada na avaliação crítica exercida pela comunidade de cientistas (em discordância com a efetividade de uma neutralidade procedimental), a preponderância da lógica dedutiva e da explicação causal entre outros aspectos. Entretanto, a questão mais relevante apontada pelo autor, da qual desdobra-se todo um conjunto de consequências epistemológicas, é sua crítica quanto à mudança de orientação metodológica que teria ocorrido nas Ciências Sociais em direção a uma abordagem observacional-descritiva, relegando a tradicional orientação explicativa para um segundo plano. Essa mudança teria se tornado o *mainstream* dos trabalhos acadêmicos nas Ciências Sociais, sendo na avaliação de Popper, responsável pela perda de fertilidade na sua produção teórica. Em suas incisivas observações sobre as consequências dessa mudança, chegou a dizer que foi “uma vitória de Pirro” (POPPER, 1978, p.19).

O artigo acaba sendo mais relevante pelas questões que levanta do que pelos caminhos que aponta. A proposta metodológica sugerida por Popper da análise situacional ocupa apenas as duas últimas teses e é abordada apenas em suas linhas gerais. A maior carga argumentativa recai sobre os pontos comuns que orientam as ciências, juntamente com a crítica quanto à mudança da orientação metodológica. Uma segunda maneira de lê-lo é como um roteiro de discussão, no qual os grandes temas epistemológicos são elencados. Rememorando anos depois os antecedentes que cercaram sua apresentação, Popper indica que o seu objetivo foi o de suscitar mais o debate do que a concordância com esses temas essenciais:

Os organizadores haviam-me então sugerido, de modo a suscitar um debate frutuoso, que eu formulasse meus pontos de vista em número determinado de teses. Tal o fiz: minha comunicação de abertura para o debate, apresentada em 1961, consistia em 27 teses formuladas, sem dúvida de maneira a torná-las dificilmente aceitáveis por um hegeliano, ou por um marxista (como Adorno), e eu as fundamentei, tanto quanto pude, com argumentos. Atendendo ao pouco tempo disponível, restringi-me ao fundamental, evitando repetir o que já havia dito em outros lugares. (POPPER, 1978, p.35)

Em fevereiro de 1963, portanto, um pouco mais de um ano após o congresso da Associação Alemã de Sociologia, Popper ministrou uma palestra no Departamento de Economia da Universidade de Harvard. O conteúdo dessa apresentação serviu de base para a publicação do artigo Modelos, Instrumentos e Verdade, que ainda recebeu o subtítulo de “O estatuto do princípio da racionalidade nas ciências sociais”<sup>22</sup>. Os assuntos expostos neste artigo são o segundo referencial da presente dissertação e são tomados como uma continuidade argumentativa das ideias contidas em A Lógica das Ciências Sociais. O mais relevante desse material é que nessa apresentação, o autor teve a oportunidade de expor mais detalhadamente a sua proposta de análise situacional, bem como fazer alguns importantes ajustes.

---

<sup>22</sup> O artigo originalmente foi publicado em 1966 em língua francesa sob o título *La Rationalité et le Status du Principe de Rationalité*. In: CLASSEN, EMIL M. (ed) *Les Fondements Philosophiques des Systemes Economiques*. Paris: Payot. A primeira edição em língua inglesa ocorreu em 1994 sob o título *Models, Instruments, and Truth*. In: NOTTURNO, M. A. (ed) *The Myth of the Framework*.

Em termos de estruturação temática, essa apresentação pode ser dividida em quatro partes. A primeira, como de hábito, expõe resumidamente os temas tradicionais da epistemologia popperiana, comuns a todas as ciências. A segunda, e que contém o conteúdo mais importante, é dedicada à sua argumentação em favor da ideia de elaborar a explicação como um modelo funcional e que seria a abordagem mais adequada para desenvolver análises de certas modalidades de fenômenos sociais. Já na terceira, expressa sua crítica à corrente instrumentalista nas ciências, que toma as teorias “apenas” como ferramentas (instrumentos) de apoio para a realização de previsões. Por fim, na quarta parte, analisa “o princípio da racionalidade” como preceito central para realizar a “animação” de um modelo explicativo (representar o seu movimento ou inferir o sentido da ação). A discussão sobre o princípio da animação será uma das questões mais complexas (e polêmicas) dentro do debate nas Ciências Sociais, como será comentado no terceiro capítulo desta dissertação. Nesse sentido, destacamos que Popper não se fez de rogado em apontar a reação negativa à sua proposta de animação baseada no conceito da ação racional, o que só reforça as dificuldades associadas a este tema:

As minhas opiniões sobre o princípio da racionalidade foram profusamente questionadas. [...] Disse-me, com toda a razão, que tinha que me decidir se queria que fosse um princípio metodológico ou uma conjectura empírica. Se fosse um princípio metodológico, era óbvio por que a razão não podia ser nem testado empiricamente nem empiricamente falso (mas apenas parte de uma metodologia bem ou mal sucedida). Se fosse uma conjectura empírica, tornar-se-ia parte das diferentes teorias sociais – a “parte de animação” de todos os modelos sociais. (POPPER, 2009, p.284)

Em nossa visão, os dois artigos fazem parte de um mesmo momento na produção teórica do autor e estão fortemente inter-relacionados. Ainda que as situações fomentadoras de suas elaborações sejam distintas, trazem contribuições que, como buscaremos mostrar nesta dissertação, antecipam propostas que só viriam a ganhar um melhor delineamento em anos posteriores, nos trabalhos de outros teóricos. Nosso objetivo é mostrar não uma precedência declarada das concepções de Popper, mas sua importância dentro da trajetória de desenvolvimento do assunto.

Portanto, tendo por base esses artigos, a exposição dos temas desta dissertação inicia-se pelas questões conceituais relacionadas com a formulação do problema do conhecimento na visão de Popper. O autor credita à sua definição o ponto de partida da atividade científica, atestando sua influência por todo o processo teórico, com destaque para a proposição das hipóteses explicativas. O autor enfatiza as implicações lógicas envolvidas na formulação do problema e, neste sentido, exalta a lógica dedutiva como a principal ferramenta de análise. Em paralelo, desenvolve um quadro expositivo de subtemas complementares à estrutura lógica, destacando as qualidades envolvidas no processo de compreender um problema. A importância de um problema está diretamente relacionada com a complexidade em obter a sua solução, entretanto, feito todas as considerações, o autor faz bom uso da “navalha de Ockham” e suas conclusões são bem diretas. A tipologia característica do problema do conhecimento nas Ciências Sociais, na visão do autor, é apresentada no penúltimo item do primeiro capítulo desta dissertação e a relação entre conhecimento e previsão no último capítulo.

No segundo capítulo focalizamos o embate conceitual existente na mudança de orientação metodológica assinalada por Popper. A exposição inicia com os temas tradicionalmente referenciados pelo autor, como a discussão sobre a objetividade científica, sua crítica ao relativismo filosófico, a defesa do critério de verdade por correspondência e a relação com os graus de verdade ou verossimilhança, entre outros temas epistemológicos sensíveis. A abordagem explicativa é afirmada como aquela que evita as fragilidades dos caminhos desviantes. Não é possível impedir que os cientistas sejam influenciados pelos aspectos que formam a sua subjetividade, como suas crenças, valores e ideologia. Isto seria como roubar sua humanidade, avalia o autor, todavia, a tradição crítica, exercida pela comunidade científica, é a maneira de fazer a separação entre as questões relevantes para as ciências de outras extracientíficas. As diferenças conceituais que envolvem uma explicação e uma descrição são abordadas, bem como o fato de que a elaboração de uma explicação envolve muitas descrições, mas descrições de uma determinada maneira. O capítulo ainda aponta o aspecto central no qual se baseia a lógica explicativa popperiana, assim como as dificuldades em sua aplicação aos fenômenos sociais. Por fim, argumentamos sobre certas aberturas que o autor começou a introduzir na sua rígida visão, o que denotaria o reconhecimento das dificuldades existentes na fundamentação dedutivista. A mesma dificuldade observada por Popper foi reconhecida por outros teóricos de uma forma mais explícita. Em função da inadequação dessa modalidade lógica para análise dos problemas tratados, avançaram no desenvolvimento de alternativas metodológicas para construir a explicação de maneira acertada com as características das situações que envolvem múltiplas variáveis e sistemática de ocorrência, como é o caso dos fenômenos sociais. Essas teorizações culminaram no conceito de “explicação de mecanismos” (*Mechanism-Based Explanation*) e ao final do segundo capítulo fazemos uma menção introdutória ao tema.

Já a proposta da análise situacional, associada à ideia de construção de modelos explicativos, é o principal assunto do terceiro capítulo. Inicialmente é destacada a matriz originária da análise situacional baseada nos estudos de economia, conforme as próprias palavras do autor. Do ponto de vista filosófico-conceitual, a corrente do Individualismo Metodológico, com a qual o pensamento de Popper é tradicionalmente relacionado, tem na Teoria da Decisão Racional (*Rational Choice Theory - RCT*) sua mais conhecida expressão. O princípio econômico da maximização utilitária em associação com a RCT é apresentado como as maiores influências no delineamento da análise situacional. Também são abordadas as dificuldades de realizar generalizações adequadas de eventos que se apresentam como únicos em suas características, o que se traduz em grande dificuldade metodológica, não só para a proposta da análise situacional, quanto para qualquer outra proposta de corte analítico. O capítulo finaliza discutindo a ideia da explicação de mecanismos como estratégia teórica para integrar em um mesmo modelo a ação social, a partir de decisões individuais, com a influência de fatores relacionados com a estrutura social. Nesse sentido, é discutido a expectativa de que por meio da abordagem de modelos explicativos seria possível alcançar uma melhor exposição das relações existentes entre o micronível (*microfoundation*) com o macronível (*macrofoundation*) dos fenômenos sociais. Com base nesse conjunto de ideias, finalizamos o capítulo tecendo algumas considerações sobre as possibilidades de realizar a complexa integração entre a ação-agência e os elementos da estrutura social numa visão unificada acerca da dinâmica social.

Em conclusão a estas palavras introdutórias, destacamos os objetivos pretendidos com o presente trabalho:

- 1) Reconstruir a argumentação de Popper em defesa da abordagem explicativa para as Ciências Sociais, tendo por referência o conteúdo dos dois artigos já mencionados. Para tanto, é nosso objetivo discorrer sobre os principais aspectos constitutivos da lógica explicativa na visão do autor.
- 2) Detalhar o contexto em que a defesa da metodologia explicativa para as Ciências Sociais ocorreu, ressaltando que a argumentação de Popper foi feita em contraposição a uma outra orientação, que no momento da elaboração dos artigos já estava se tornando preponderante no cenário acadêmico, conforme a avaliação do autor. Observar ainda que o cerne da questão permanece atual e que o seu exame não só mostra o desacordo entre as orientações metodológicas, mas, principalmente, profundas diferenças de concepções epistemológicas.
- 3) Destacar as implicações epistemológicas derivadas da noção de atividade científica orientada para os problemas do conhecimento. Destacar que a formulação do problema é a etapa crucial dentro do processo científico e discorrer sobre os principais desdobramentos da proposta metodológica popperiana, especialmente aquelas decorrentes da formatação típica assumida pelo problema do conhecimento nas Ciências Sociais, conforme a visão do autor.
- 4) Complementar com considerações feitas em outros artigos de Popper a respeito da teoria da explicação.
- 5) Apresentar a evolução da argumentação do autor, que inicialmente assenta-se vigorosamente na lógica nomológica-dedutiva e que, posteriormente, assume contornos mais próximos da explicação funcional-sistêmica, implícita na abordagem de “modelos explicativos” para as Ciências Sociais. Mostrar que essa abordagem foi pioneira e antecipou elementos conceituais que formaram o núcleo da abordagem de explicação de mecanismo.
- 6) Apresentar a recepção das ideias de Popper sobre teoria social por alguns autores de destaque neste campo do conhecimento.

Finalizando esta exposição introdutória, gostaríamos de destacar que a realização do percurso proposto é uma modesta homenagem a um pensador comedido em seu horizonte filosófico, avesso às grandes palavras, contudo, firme na defesa de suas posições e apreciador de um bom debate. Da mesma forma, essa homenagem constitui-se em um elevado desafio, pois sob a bandeira de sua sobriedade, o autor fez do rigor expositivo junto com a clareza argumentativa as principais marcas de seus escritos. É tomando como guia as recomendações expressas na asserção abaixo que partimos para a realização do nosso projeto:

Isso deveria deixar claro que quem quer promover a verdade e a elucidação da realidade sente a necessidade – e tem o dever – de adquirir treinamento na arte de expressar-se com clareza, sem ambiguidade, ainda que isso signifique o abandono de certas metáforas atraentes, e de jogos de duplo sentido inteligentes. (POPPER, 1982, p.353)

## 1 A FORMULAÇÃO LÓGICA DO PROBLEMA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

### 1.1. As Teses Iniciais

Popper inicia o artigo A Lógica das Ciências Sociais destacando a tensão existente entre os “estados” de ignorância e conhecimento. A alternância entre estas situações é a marca característica da atividade científica, cujos avanços ocorrem progressivamente com a identificação de problemas do conhecimento, juntamente com as tentativas de solucioná-los. Os eventuais sucessos não são completos ou definitivos e, como o autor chama a atenção, vêm acompanhados do surgimento de novas questões:

A cada passo adiante, a cada problema que resolvemos, não só descobrimos problemas novos e não solucionados, porém, também, descobrimos que aonde acreditávamos pisar em solo firme e seguro, todas as coisas são, na verdade, inseguras e em estado de alteração contínua. [...] É uma tarefa de fundamental importância para qualquer teoria do conhecimento, e, talvez, até um requisito crucial, fazer justiça às nossas primeiras duas teses, esclarecendo as relações entre o nosso admirável e constante aumento do conhecimento e nosso frequente acrescido discernimento de que realmente nada conhecemos. (POPPER, 1978, p.13-4).

A complexidade das relações entre os fenômenos, as variações em cada evento ou, ainda, a ocorrência de acontecimentos fortuitos, podem levar ao questionamento de um conhecimento mesmo quando este é tido como certo e seguro. Um princípio pode ser bem fundamentado, por muitas vezes confirmado, entretanto, nunca é passível de ser assumido em sua completa validade, pois é impossível antever todas as situações que podem confrontá-lo. Esse é o caráter conjectural do conhecimento, tantas vezes salientado por Popper. A formulação do conhecimento é baseada em premissas e pressupostos, mas que podem mostrar-se falíveis ou, o que é mais comum, incompletos. Novas e mais precisas medições ou uma mudança de orientação na condução das avaliações, podem evidenciar erros e lacunas ainda não percebidos. O entrelaçamento entre conhecimento e ignorância foi apresentado por Popper como um estado de contínua “tensão” (que nunca se extingue) a impulsionar a realização de novas descobertas:

A tensão entre conhecimento e ignorância conduz a problemas e soluções experimentais. Contudo a tensão não é nunca superada, pois revela que nosso conhecimento sempre consiste, meramente, de sugestões para soluções experimentais. (Ibid, p.16).

As teses iniciais do artigo partem de conceitos bem elementares e evoluem para os preceitos centrais da epistemologia popperiana, notadamente, a argumentação em relação ao marco fundante da investigação científica. O autor defende a orientação lógico-analítica que confere à definição do problema sua etapa decisiva, da qual as demais, inclusive as atividades de observação e coleta de dados, são dependentes. Desta forma, argumenta que não há

observação “pura”, desprovida de um sentido orientador, e, portanto, sempre está em jogo uma “prototeoria”, mesmo que seja muito rudimentar. Muito provavelmente, esse pano de fundo da investigação científica, deverá conter diversas incorreções ou mesmo poderá estar completamente equivocado. Assim, todo o empreendimento científico, origina-se do “choque” entre os fundamentos do conhecimento já assumidos e a identificação de ocorrências que os contradizem:

Pois cada problema surge da descoberta de que algo não está em ordem com nosso suposto conhecimento; ou, examinado logicamente, da descoberta de uma contradição interna entre o nosso suposto conhecimento e os fatos; ou declarado talvez mais corretamente, da descoberta de uma contradição aparente entre nosso suposto conhecimento e os supostos fatos. (Ibid., 14).

Conforme esta perspectiva, os problemas do conhecimento surgem em virtude de um processo de avaliação da correspondência entre os efeitos previstos pela teoria e os dados da realidade, ou seja, o nosso conhecimento se expressa através de uma estrutura compreensiva, que engloba o curso da ação, a forma de ocorrência e os efeitos dos fenômenos. Quando não há uma harmonização com o que é esperado baseado neste ordenamento, a situação adquire relevância no plano lógico, pois demanda por uma investigação de todo o processo de ocorrência. Não só isso, mas (principalmente) coloca em exame o conhecimento que a qualifica.

Popper emprega o termo “contradição” para designar a situação de não correspondência entre a consequência esperada e a sua efetiva realização, portanto, não na acepção mais usual com o qual o termo é relacionado, de impossibilidade lógica em uma relação de identidade (A ser B e não B ao mesmo tempo). Em nosso entendimento, a primeira aproximação com uso que o autor faz do termo contradição encontra-se na “lógica contrafactual”, ou seja, da implicação estrita<sup>23</sup>. Esse conceito refere-se a uma relação condicional entre dois eventos: se fosse A, então seria o caso de B. Expresso no subjuntivo, o que reforça o seu caráter hipotético-conjectural. O evento B é “consequente” e logicamente esperado em decorrência do evento A, que o precede. Entretanto, ao registrar a ocorrência do evento C (um não B), demonstra que A é contrafactual para B e, portanto, falso como implicação para ocorrência do segundo. Assim, temos em C um evento possível, ainda que logicamente não esperado, o que coloca em cheque o status da relação lógica com o primeiro evento. Tradicionalmente, o referencial de Popper são as discussões no plano lógico, entretanto, ao analisarmos a maneira como autor apresenta sua visão sobre o problema da contradição, quando trazido para o contexto das Ciências Sociais, vemos que este se encaixa mais propriamente com o conceito de “contrafinalidade”, como, por exemplo, foi exposto pelo sociólogo Anthony Giddens (1938) ao discorrer sobre os problemas centrais nas teorias sociais<sup>24</sup>

A estrutura lógica do problema do conhecimento, como uma contradição entre as consequências projetadas pela teoria e o que é realmente verificado, arregimenta várias

<sup>23</sup> HAACK, 2002, p. 68 e REISS, 2012, p. 158, *In*: KINCAID, 2012.

<sup>24</sup> GIDDENS, 2018, p.144. O terceiro capítulo do livro *Problemas Centrais em Teoria Social* é todo dedicado ao tema da contradição nas teorias sociais, focalizando várias das suas vertentes, em especial, na relação com os conflitos sociais. No tocante a interpretação do conceito de contradição como contrafinalidade, destaca que se baseia nos trabalhos do filósofo norueguês John Elster.

perspectivas de análise e é um distintivo ponto de partida da investigação científica. Se a finalidade das ciências é a dupla tarefa de alcançar ao conhecimento verdadeiro e apresentar os motivos que justificam a sua adoção, então, a colocação do problema que inaugura a investigação é um momento de grande significação. Popper expõe assim a sua gênese:

Uma observação cria um problema somente se ela se conflita com certas expectativas nossas, conscientes ou inconscientes. Mas, o que, neste caso, constitui o ponto de partida de nosso trabalho científico é não tanto a pura e simples observação, porém, mais adequadamente, uma observação que desempenha um papel particular, isto é, uma observação que cria um problema. (Ibid., p.15).

A exposição do problema possui essa qualidade fundamental, de liberar o projeto científico dos eventuais traços subjetivos de quem o formulou. O problema, formalmente enunciado, ganha uma identidade própria e impessoal sob a qual uma comunidade de investigadores irá avaliar sua relevância e sua lógica constitutiva. As propostas de solução podem trazer muito da visão subjetiva de um cientista, seus valores, suas referências intelectuais, etc., contudo, essa influência é mais difícil de ser observada em relação a um problema acolhido por outros investigadores. Ser “pública” em sua formulação e não haver restrições de acesso ao seu conteúdo teórico, é o que consagra a objetividade do método científico. Esta se inicia pela colocação do problema, o qual adquire uma “vida própria” e a sua trajetória será consequência da importância em solucioná-lo, da engenhosidade das soluções apresentadas e pela possibilidade de projetar influência sobre outros problemas. São esses entrelaçamentos que marcam o caráter contínuo do empreendimento científico, os quais Popper, por muitas vezes, tratou de enfatizar<sup>25</sup>.

Na quinta tese do artigo A Lógica das Ciências Sociais observa que os problemas podem ser de natureza teórica ou prática. A referência a essas duas categorias enaltece a importância a respeito do sentido da análise. A avaliação de teorias concorrentes requer o desenvolvimento de procedimentos decisórios para discernir qual a que melhor soluciona o problema, ou qual a que melhor representa o seu *status quaestionis*. Possuir critérios claros e objetivos para saber avaliar suas teorias é a prova de maturidade metodológica de um ramo científico.

Os problemas práticos, pelas suas próprias características, são avaliados de acordo com os resultados obtidos pelas tentativas de solucioná-los. Possuem um elevado grau de objetividade e de “testabilidade” intrínseca. Por sua vez, os problemas teóricos, sendo de natureza abstrata, apresentam um maior nível de dificuldade em relação aos processos avaliativos.

## 1.2. A Compreensão do Problema

A compreensão de um problema científico é em si mesmo um “metaproblema” derivado do problema original. O processo de clarificação ocorre por etapas, no qual, gradualmente, são discernidos os elementos envolvidos, os tipos de relações existentes, a

---

<sup>25</sup> A fórmula popularizada por Popper do *tetric schema* ( $P1 \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P2$ ), possivelmente, é a melhor expressão do seu argumento, e é exposta mais detidamente no item 3.3. desta dissertação.

intensidade de atuação dos seus componentes e a identificação das possíveis consequências. Popper propõe apenas “um” método<sup>26</sup> para elevar a compreensão de um problema:

Assim, aprendemos a compreender um problema tentando resolvê-lo e fracassando. E quando tivermos fracassado centenas de vezes, podemos mesmo, tornar-nos peritos com relação a esse problema particular. Isto é, se alguém propuser uma solução, podemos ver de imediato se há alguma perspectiva de sucesso para essa proposta ou se a proposta fracassará em razão daquelas dificuldades que conhecemos demasiadamente bem por causa de nossos fracassos passados. (POPPER, 1999, p.173).

A asserção reforça o caráter mais intuitivo do método da tentativa e erro, pelo qual todos os programas pesquisas, em boa medida, se orientam. A vantagem lógica que assegura a sua utilização, assenta-se no fato de que mesmo ocorrendo muitos fracassos, estes não são sem valor para o processo investigativo. Pelo contrário, o conteúdo informacional sobre o problema amplia-se, mesmo quando uma tentativa falha. Diante dos resultados desfavoráveis, tornamo-nos mais conscientes da complexidade do problema, conhecemos em detalhes a sua dificuldade e, o que é mais importante, são as informações obtidas com as tentativas malogradas que formam a base teórica para chegarmos a sua solução.

O autor destaca que aprender a compreender um problema é saber manejar as “unidades estruturais da compreensão” (POPPER, 1999, p.173), ou seja, o acervo de conceitos, princípios e teorias já disponíveis, empregando-os na análise dos fenômenos e no desenvolvimento de novas formulações. Desta forma, a compreensão é o resultado da manipulação desses elementos, com o objetivo de identificar os aspectos constitutivos do problema.

Ao longo da história das ciências, verificou-se a íntima relação entre relevância e complexidade. Uma regra ontológica assaz importante foi se tornando clara: quanto mais significativo for o problema, tanto mais difícil será a sua solução e, conseqüentemente, maior será o esforço compreensivo envolvido. Situações em que há um elevado número de variáveis implicadas, com diferentes graus de força e capacidade de atuação, resultam numa ampla variedade de consequências possíveis. A amplitude destas possibilidades é a principal característica das situações complexas.

Em relação às Ciências Sociais, observa o autor, que o objetivo é compreender as consequências das ações humanas<sup>27</sup>. Sua tese principal é a de que para se chegar a um bom resultado, a análise deve afastar-se dos aspectos subjetivos e psicológicos atribuíveis ao agente da ação (afinidades, aversões, desejos, etc.), e transformá-los em “elementos da situação” (POPPER, 1978, p.32). Em essência, Popper adentra na utilização do polêmico princípio da racionalidade para avaliar as ações humanas. O ajustamento deste princípio à perspectiva do autor resulta no direcionamento de avaliar a ação sob a ótica de “apropriada à situação”:

A compreensão objetiva consiste em considerar que a ação foi objetivamente apropriada à situação. Em outras palavras, a situação é analisada o bastante para

<sup>26</sup> POPPER, 1999, p.173, itálicos do autor: “Como podemos aprender a compreender um problema científico? [...] afirmo, só pode ser feito *tentando resolvê-lo e fracassando em resolvê-lo.*”

<sup>27</sup> Ibid., p.174.

que os elementos que parecem, inicialmente, ser psicológicos (como desejos, motivos, lembranças e associações), sejam transformados em elementos da situação. (POPPER, 1978, p.31-2)

Uma segunda orientação vai ao encontro da abordagem conhecida por Individualismo Metodológico (IM)<sup>28</sup>. Essa concepção, propõe que as ações sociais devem ser compreendidas como ações individuais agregadas, e as questões decorrentes dos fenômenos sociais, requerem ser apreciadas pela perspectiva individual do agente. A referência à “ação coletiva” ou ao “contexto coletivo”, como categorias específicas de significação, não passa de uma construção teórica resultante do próprio processo compreensivo. Portanto, a ideia de ação social não pode ser explicada para além do que está dado nas ações individualizadas, e todo o conteúdo a ser compreendido, está inscrito na sua ótica individual<sup>29</sup>.

O alinhamento com o IM, em conjunto com a crítica ao psicologismo no desenvolvimento das teorias sociais, pode causar uma certa confusão no entendimento da proposta de Popper<sup>30</sup>. Como será explicado no tópico 3.4., essa ambiguidade é só aparente. Por sua vez, o IM recebeu muitas críticas. A que consideramos a mais relevante vai na direção de que os partidários da IM não consideram (ou, o que é mais comum, subdimensionam) a força das instituições sociais em sua capacidade de “dirigir” as ações individuais. Essa crítica ao IM foi exposta, com pertinência, por Giddens, nos seguintes termos:

As instituições efetivamente “resultam” da atuação humana, mas são resultado da ação apenas na medida em que estão também envolvidas recorrentemente como meio de sua produção. No sentido de “instituição”, portanto, o “coletivo” está ligado ao próprio fenômeno da ação. (GIDDENS, 2018, p.102)

Devemos sublinhar que o reconhecimento da influência das instituições sobre as ações dos indivíduos é a premissa-chave na fundamentação da existência de uma ordem social. A própria ideia de sociedade funda-se em princípios organizativos da vida em comunidade. Em que grau se manifesta tal poder de influência, passa a ser uma segunda discussão. É muito difícil imaginar que indivíduos, na sua grandíssima diversidade, sejam capazes de desenvolver a convivência organizada dentro de um mesmo espaço, sem que houvesse um processo regulatório absorvido conjuntamente. Um processo que promovesse o comportamento a ser seguido coletivamente, ao mesmo tempo em que estabelecesse forças coercitivas para reprimir o seu descumprimento. Em conclusão, conceder a capacidade de definição apenas ao interesse individual é uma tese que levanta todo um conjunto de questionamentos. Essas premissas desdobram-se nos princípios formadores das correntes sociológicas do Estruturalismo e do Estrutural-Funcionalismo que, em decisivos aspectos, divergem do IM<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> O Individualismo Metodológico é uma das principais correntes teóricas para desenvolver a explicação sobre a ação social. É uma tese bastante ampla, com várias ramificações nas teorias sociais. As concepções de Popper sobre a ação social são comumente citadas como integrantes desta corrente. In: GIDDENS, 2018, p.102-3; GIDDENS; TURNER (ed.), 1999, p.105-6; McINTYRE; ROSENBERG (ed.), 2017, p.136; FERREIRA, 2008, p.223-4 e GORTON, 2006, p.15-6.

<sup>29</sup> GIDDENS, 2018, p.103.

<sup>30</sup> Cf. GORTON, 2006, p.15.

<sup>31</sup> Cf. JOAS; KNÖLB, 2017, p. 47-51. Os autores destacam que o embate entre ação voluntarista e ordem social é a questão mais relevante das teorias sociais. Estes apresentam esse entendimento nos capítulos dedicados à análise da obra A Estrutura da Ação Social (*The Structure of Social Action*) de Tawcott Parsons, publicada pela primeira vez em 1937. A Estrutura da Ação Social é, possivelmente, a obra mais importante no campo

A posição apresentada por Popper em *A Lógica das Ciências Sociais*<sup>32</sup>, e, posteriormente, reforçada no artigo *Modelos, Instrumentos e Verdade*<sup>33</sup>, reconhece a existência das instituições sociais e do seu papel específico desempenhado no contexto das situações sociais. Contudo, a posição do autor é criticada por ser quase trivial<sup>34</sup>, pois não há dúvida de que o que é observado é a ação no sentido individual da sua ocorrência, entretanto, esta reproduzida por muitos indivíduos, mostra, claramente, a força influenciadora do poder da estrutura social (representada por suas instituições). Destarte, a grande questão que emerge é se as instituições sociais criam uma dimensão compreensiva própria, para além do que as ações individuais expressam.

Em seus escritos sobre as questões metodológicas das Ciências Sociais, Popper faz referência ao principais temas das teorias sociais<sup>35</sup>, com especial atenção ao assunto da ação social e suas repercussões. A explicação da ação social ocupa uma posição de destaque no quadro de referências das teorias sociais<sup>36</sup>. Em nossa avaliação, é o principal tema deste ramo das ciências. O caráter ativo da vida, os aspectos que estimulam as intervenções sobre o ambiente, as necessidades e motivações que movem o agir humano, ou ainda, os fatores de tolerância em contraposição aos estímulos por mudanças, formam um quadro de complexo entrelaçamento entre os vetores de ação. Diante desta multiplicidade de configurações, o autor propõe o conceito de “situação social”, como categoria de análise fundamental com a qual as Ciências Sociais devem operar:

Em minha opinião, a noção de uma situação social é a categoria fundamental de metodologia das ciências sociais. Sinto-me mesmo inclinado a dizer que quase todo o tipo de problema de explicação nas ciências sociais requer uma análise de uma situação social. (POPPER, 2009, p.265).

A maneira como Popper emprega o termo “situação social” nas Ciências Sociais pode ser equiparada à “situação de problema” (POPPER, 1999, p.160), utilizada pelo autor quando faz referência às ciências em sentido geral. Assim, o conceito de “situação” corresponde à uma reconstrução teórica e, ao ser comparada com toda riqueza de elementos envolvidos nas situações reais, são na avaliação do autor: “simplificadas e esquematizadas por alto, e, conseqüentemente, são geralmente falsas” (POPPER, 1978, p.32). A situação social, por conseguinte, corresponde à problematização das ações humanas, sendo que, no plano teórico,

---

das Ciências Sociais no século XX. A síntese proposta por Parsons passou a pautar o debate nas Ciências Sociais desde então. Citamos Joas e Knölb pelo fato de que o compêndio escrito por estes, ser referência na apresentação das diversas correntes que formam o atual panorama das teorias sociais.

<sup>32</sup> POPPER, 1978, p.33.

<sup>33</sup> Id., 2009, p.273-4.

<sup>34</sup> Cf. GORTON, 2006, p.16; MINOGUE, 1997, p.283, *In: O'HEAR (org.)*, 1997.

<sup>35</sup> Nos baseamos para essa avaliação no posicionamento de JOAS; KNÖLB, 2017, p.33: “Na verdade, já ficou evidente no âmbito das disciplinas das ciências sociais que, a despeito da grande diversidade teórica, há um amplo consenso entre os pesquisadores sobre quais são os tópicos fundamentais ou nucleares. E esses tópicos podem ser identificados. Acreditamos que o desenvolvimento teórico das ciências sociais gira ao redor de três questões bastante específicas. Estas são “O que é ação”; “O que é ordem social”; e “O que determina a mudança social?” Todos os teóricos – e isso se aplica tanto aos autores clássicos quanto teóricos sociais modernos – enfrentam essas três questões”. Conforme é mostrado ao longo desta dissertação, Popper faz referência às três questões tidas como as principais nas teorias sociais, contudo, com muito maior ênfase em relação à ação social.

<sup>36</sup> SCOTT, 2010, p.13.

constitui-se em um problema de explicação por envolver a conexão entre as condições iniciais de formação da ação com os seus resultados. A problematização da ação social, como uma “situação”, torna o processo de análise mais adaptável e metodologicamente mais vantajoso, pois podemos compor todos os elementos reconhecidos como relevantes para o desenrolar da ação sob a perspectiva de adequada à situação.

Além da primazia da orientação lógica nas reconstruções teóricas, e da rejeição dos argumentos de cunho psicológico na formação do argumento explicativo, o autor propõe uma terceira orientação, que é a de fazer à distinção entre o ato de compreender e o produto da compreensão:

Admitidamente, as atividades ou processos cobertos pelo guarda-chuva do termo “compreensão” são atividades subjetivas, ou pessoais, ou psicológicas. Devem ser distinguidas do *produto* (mais ou menos bem-sucedido) dessas atividades, de seu resultado: o “estado final” (por enquanto) da compreensão; a *interpretação*. (POPPER, 1999, p.158, itálicos do autor).

Esta orientação ganha um sentido mais nítido quando Popper a compara com a abordagem da “interpretação empática” proposta pelo filósofo e historiador R. G. Collingwood (1889-1943)<sup>37</sup>. Os dois enfoques comungam do objetivo de identificar os aspectos estruturais da situação (no caso, histórica, seguindo a exposição de Popper), todavia, são desenvolvidos de forma diferente. A diferença central é que a abordagem de Collingwood visa a reconstrução da situação através da apreensão das cognições do(s) agente(s) da ação, especialmente, a incorporação de suas motivações e razões. De acordo com esta perspectiva, o processo de reconstrução da situação deve ser feito pelo interprete buscando colocar-se na condição do(s) agente(s), da maneira mais fiel possível. A proposta de Collingwood, na visão de Popper, afasta-se da orientação analítica e busca a reprodução da “experiência original” do(s) agente(s), como meio de se obter uma compreensão mais profunda de um evento ou de uma situação<sup>38</sup>. A proposta de Popper caminha na direção oposta. Sua abordagem preconiza que a atuação do interprete deve ser a de um “analista da situação” e as reais cognições que existiram no(s) agente(s) não são as mais importantes para este processo. O interprete deve eliminar todos os traços subjetivos atribuíveis aos agentes (aos quais, efetivamente, não possui acesso) e concentrar-se em identificar a ação “adequada à situação” como o objetivo da análise. Por “adequado”, o autor apoia-se no conceito de ação racional e que deve ser entendida como ação logicamente recomendada ao contexto situacional, mesmo que tal ação não tenha sido aquela que efetivamente foi realizada. Para realização do objetivo da análise, deverá ser esta a tomada como referencial e, então, através de avaliações comparativas, identificar os possíveis desdobramentos: tanto o que ocorreu, quanto o que poderia ter acontecido. Em essência, é esta a maneira pela qual devemos compreender a atividade de “análise” com o foco na situação, proposta por Popper, e não a investigação histórica para buscar as reais motivações dos personagens envolvidos.

---

<sup>37</sup>POPPER, 1999, p.177. Popper, para realçar os objetivos visados em sua proposta metodológica (análise situacional), realiza uma comparação com a abordagem apresentada pelo historiador Collingwood que, em última instância, propõe que o interprete das situações históricas “se coloque” no lugar dos personagens reais e tente entrar mentalmente no contexto histórico para avaliar as implicações das decisões tomadas, ou seja, um método subjetivo para conduzir a avaliação da ação relacionada ao contexto histórico.

<sup>38</sup>Ibid, p.178.

Fundamentalmente, o autor propõe que o processo de compreensão seja sustentado em um princípio que visa identificar qual seria a ação lógica (em outras palavras, a ação com base no princípio da racionalidade). A adoção da abordagem analítica seria epistemologicamente superior para o desenvolvimento de teorias explicativas e, conseqüentemente, mais produtiva para a finalidade da compreensão. A ação adequada à situação, identificada conforme o princípio da racionalidade, seria um recurso metodológico capaz de alcançar melhores resultados para o conhecimento do que a abordagem da interpretação “empática” que, ao visar a determinação dos elementos que levaram à ação real, muitas vezes, incorre em posições inconclusivas. Em *A Lógica das Ciências Sociais*, a defesa da superioridade desta abordagem interpretativa é o foco da vigésima-sexta tese:

Podemos, por exemplo, encontrar uma carta que demonstre que o conhecimento de Carlos Magno, era diferente do que admitimos em nossa análise. Por contraste, as hipóteses psicológicas ou caracteriológicas são dificilmente criticáveis por argumentos racionais. (POPPER, 1978, p.32)

### 1.3. O Formato do Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais

A tipologia característica do problema do conhecimento nas Ciências Sociais é, na visão de Popper, uma questão de “contradição”, expressa através do desacordo entre os objetivos almejados pela ação e as conseqüências efetivamente produzidas por esta. Na apreciação do autor, ocorre um desalinhamento lógico entre o intencionado e os resultados, o que torna a ação, pelas suas conseqüências, um problema prático e também, teórico (um erro de avaliação quanto à possibilidade de realização de determinados resultados). No plano social os efeitos são geralmente reconhecidos como adversos e indesejáveis, o que confere maior dramaticidade às suas repercussões. Em *A Lógica das Ciências Sociais*, a formatação típica do problema da contradição é apresentada na vigésima-terceira tese:

[...] deve-se ao importante fato de que a sociologia está, constantemente, diante da tarefa de explicar as conseqüências involuntárias e geralmente indesejáveis da ação humana. Um exemplo: a competição é um fenômeno social que é, usualmente, indesejável, pelos competidores, mas que pode e deve ser explicado como uma conseqüência involuntária (geralmente inevitável) das ações (conscientes e planejadas) dos competidores. (Ibid., p.31)

Em sua estrutura lógica, a situação social problematizada, caracterizada pelas conseqüências involuntárias, necessita levar em consideração a existência de um quadro de múltiplas interações entre os elementos envolvidos na ação. Em outro importante artigo<sup>39</sup>, Popper reitera esta tipologia:

Por que razão os resultados conseguidos pelas conspirações são tão diversos dos seus objetivos? Porque isso é o que acontece ordinariamente na vida social, haja ou não conspiração. Este comentário abre a oportunidade para formular a tarefa principal das ciências sociais teóricas, que é justamente a de *determinar as repercussões sociais não deliberadas das ações humanas intencionais*. (POPPER, 1982, p.372-3, itálicos do autor).

<sup>39</sup> Previsão e Profecia nas Ciências Sociais. Artigo publicado na compilação *Conjecturas e Refutações*.

Tanto as consequências involuntárias, quanto as repercussões não deliberadas, devem ser vistas como um típico problema do conhecimento, do qual deriva a questão mais específica da relação entre o conhecimento e a capacidade de antecipar os resultados dos fenômenos. Possuir uma teoria explicativa equivale a ter os fundamentos para apontar os desdobramentos de uma determinada situação, empregando princípios lógicos para obtenção destas conclusões. Em resumo, é compreender a configuração assumida pelos elementos envolvidos na ação, identificar suas interações e antecipar os desdobramentos possíveis. Assim, voltando-se à proposta popperiana, as repercussões não previstas denotariam uma insuficiência, ou mesmo a falsidade do conhecimento sobre o quadro situacional onde plasma o processo de mudança social.

As situações de contradição, verificadas nos processos sociais, são reconstruídas como problemas teóricos que demandam explicações de suas ocorrências. Os indivíduos reais são abstraídos como elementos da situação, formando grupos sociais. Grupos que possuem interesses e que desenvolvem estratégias de ação visando alcançar determinados objetivos. Neste sentido, a atuação dos agentes segue um ordenamento e um direcionamento voltado para a coordenação de esforços, em virtude da elevação das chances de sucesso de cada ação individual. As ações são permeadas por interações e os quadros recorrentes são tipificados. Ainda é necessário avaliar a intensidade que o esforço conjunto pode alcançar, as eventuais forças de resistência e as condições de ativação que farão o quadro situacional se mover. A explicação decorre da identificação da correta combinação entre esses vários componentes, confirmando a assertividade do trabalho analítico. Como diz uma famosa metáfora do autor, nossas teorias são como “redes” lançadas para capturar aquilo que denominamos “o mundo”, e os nossos esforços em ampliar o conhecimento corresponde a tarefa de “tornar suas malhas cada vez mais estreitas” (POPPER, 2013, p.53).

Há notáveis desafios envolvidos nessa aspiração. Se as interações fossem uniformes, se não se mostrassem fluidas e variáveis, se fosse possível estabelecer com precisão a capacidade de ação de cada elemento, se acertássemos as bases da cooperação e o seu grau de solidez, se identificássemos a correta composição entre motivações individuais e interesses coletivos, etc. Em suma, a realização da proposta analítica implica na habilíssima capacidade de montar, corretamente, o quadro situacional com as suas diversas variáveis. Consequentemente, “estretar as malhas” nas Ciências Sociais tem se mostrado uma tarefa desafiadora.

Junto com a proposta de que a principal atribuição dessas ciências é elucidar os processos que produzem consequências contraditórias/não pretendidas, Popper abraça a orientação analítica para esclarecer tais ocorrências. O seu argumento é de que apenas dessa forma abrir-se-ia a possibilidade de fazer evoluir a atividade teórica, possibilitando a realização de revisões críticas racionalmente conduzidas. O problema a ser elucidado não é sobre o sentido da ação, ou sobre o seu significado, mas de explicar os processos sociais que produzem os intrigantes efeitos involuntários<sup>40</sup>.

Em sua obra voltada aos problemas centrais nas teorias sociais, Giddens, dedica um capítulo exclusivo para o problema da contradição da ação social. A abordagem deste tema

---

<sup>40</sup> POPPER, 1978, p.31. No artigo A Lógica das Ciências Sociais essa é a ideia central da vigésima-terceira tese.

tem por objetivo analisar os processos de mudança social a partir de duas óticas, e que na visão do autor precisam ser distinguidas: a da contradição na ação social e a do conflito entre classes sociais<sup>41</sup>. A exposição do autor é um importante contraponto à abordagem metodológica de Popper, pois rumando de posições diferentes, encontram-se na concepção da contradição na sua vertente da “contrafinalidade”, o que, em nossa visão, ocupa a centralidade da ideia de problema nas Ciências Sociais, de acordo com a argumentação de Popper. Contudo, o desenvolvimento teórico de Giddens é mais completo, e prossegue para além do escopo da ação social, levando sua análise sobre o tema da contradição para os domínios da estrutura social.

Vale a pena detalharmos a exposição de Giddens, que é feita em quatro etapas. Na primeira, apresenta o conceito de contradição relacionando-o com a teoria econômica de Karl Marx (1818-1883). Dos problemas apontados nesta abordagem, extrai a importância de se diferenciar os conceitos de conflito e contradição. O autor aproveita para fazer uma crítica ao uso excessivamente “liberal” e “pouco preciso” da maneira como o termo contradição é empregado na literatura marxista<sup>42</sup>. De acordo com a sua visão, os conflitos são oposições persistentes entre interesses que redundam na luta efetiva, mais ou menos contínua, entre indivíduos ou grupos. Na segunda etapa, apoia-se nos trabalhos do antropólogo francês Maurice Godelier (1934), para argumentar que a questão da contradição social propriamente dita é verificada naquilo que denomina de “contradição interna de uma estrutura” (GIDDENS, 2018, p.142). Sua conclusão é que há exigências funcionais que são requeridas para a manutenção das estruturas sociais e, quando tais demandas passam a não ser atendidas (ou rejeitadas) pelos agentes sociais, levam à desarticulação da ordem social e impulsionam ao surgimento de um processo de transformação social mais abrangente. O desalinhamento entre a atuação dos agentes e a manutenção da estrutura social (sua reprodução), expõe uma situação de contradição efetiva<sup>43</sup>. Isto é sensivelmente diferente do antagonismo de interesses que dá origem ao estado de conflito persistente entre lados opostos (como ocorre, por exemplo, entre capital e trabalho, na clássica concepção marxista).

Interesses divergentes podem ser mediados através de uma posição não desejável, contudo, aceitável pelos lados em choque, pois se a mediação não ocorrer, ou não for bem-sucedida, inevitavelmente levará à escalada do conflito e um dos lados deverá impor sua posição sobre o outro, todavia, pagando os custos do embate (que costumam ser elevados). Na situação do conflito não mediado ressalva-se que, ocorrendo o desfecho pela força e submissão à vontade do vencedor, o quadro que originou a disputa permanece agressivamente latente. Na terceira etapa da exposição, leva em consideração a discussão sobre o conceito de contradição nas teorias sociais proposta pelo filósofo norueguês John Elster (1940). A variante interpretativa do conceito de contradição, como “contrafinalidade”, é reconhecida por Giddens, como uma formulação original de Elster, a quem elogia por estabelecer a conexão entre a ideia de contradição social e a de contradição lógica por meio do conceito da contrafinalidade<sup>44</sup>. Todavia, em nossa investigação, quando consultamos os escritos de Elster, este menciona que a formulação do conceito veio pelo filósofo Jean Paul

---

<sup>41</sup> GIDDENS, 2018, p.136.

<sup>42</sup> Ibid., p.141.

<sup>43</sup> Ibid., p.143.

<sup>44</sup> Ibid., p.144.

Sartre (1905-1980)<sup>45</sup>. Entretanto, Giddens critica Elster por este desenvolver o conceito da contrafinalidade apenas como resultado agregado das ações individuais. Desta forma, retoma a abordagem de Godelier, que pode ser “deficiente”, mas que, acertadamente, busca estabelecer a relação entre a contradição e o processo de mudança estrutural<sup>46</sup>. Por fim, na quarta etapa, Giddens expõem a sua própria visão sobre a contradição nas teorias sociais, relacionando-a com as funções estruturantes intrínsecas ao funcionamento dos sistemas sociais, pelas quais a reprodução social é sustentada. Uma importante conclusão do autor é o fato de que o ambiente social ser, ao mesmo tempo, “resultado” do processo de estruturação (continuidade da reprodução social) e “meio” de estruturação das práticas sociais (modos da reprodução social). Nomeia essa sua tese de “dualidade da estrutura”<sup>47</sup>. Assim, é do interior desta dualidade que surgem as contradições sociais que podem levar à desarticulação das funções estruturantes inerentes ao ambiente social. Entre outros exemplos, temos o uso da estrutura para promover a dominação (mecanismos de controle social), as situações de quebra de normas de convivências e os choques de valores sociais, notadamente, os de caráter religioso. Os conflitos tacitamente constituídos, seriam uma etapa subjacente, onde as contradições no interior da estrutura se tornaram mais agudas. A reflexão de Giddens ajuda-nos a compreender em que ponto encontrava-se o desenvolvimento teórico de Popper sobre o problema da contradição nas Ciências Sociais, fortemente circunscrito aos limites da ação social e concedendo pouca importância ao papel peculiar desempenhado pela estrutura social (à exceção de breves menções a respeito das instituições sociais). A exposição de Giddens mostra os diversos desdobramentos teóricos que o conceito de contradição/contrafinalidade nas Ciências Sociais obteve, ao passo que em Popper, este foi percebido em seu nível mais elementar. Em resumo, o problema da contradição possui vários horizontes de análise e as consequências involuntárias são apenas um deles.

As formulações de Popper sobre a influência das estruturas sociais foram bastante comedidas. Em *A Lógica das Ciências Sociais*, as instituições sociais são mencionadas na vigésima-sétima (e última) tese, e o posicionamento que o autor confere a estas é de serem um elemento do quadro situacional, sem maiores aprofundamentos no caráter distintivo das funções que desempenham, em especial, a mais importante: a atividade normativa-regulatória que influencia as ações individuais. O ponto culminante da argumentação de Popper mostra uma imagem um tanto ambígua sobre as instituições sociais:

As instituições não agem; ao invés, só os indivíduos agem, dentro ou para ou através das instituições. A lógica situacional geral destas ações será a teoria das quase-ações das instituições. (POPPER, 1978, p.33).

Os desdobramentos lógicos deste posicionamento deixa claro que, na visão do autor, as instituições, como forma privilegiada de expressão da estrutura social, são produtos das decisões e ações individuais e o problema da contradição, que afeta as ações, sensibiliza da mesma maneira as instituições no seu funcionamento.

---

<sup>45</sup> ELSTER, 1994, p.118. A situação pontuada por Sartre diz respeito ao comportamento individual dos fazendeiros franceses que, ao buscarem individualmente a maximização de seus ganhos, derrubavam a mata nativa de suas propriedades, faziam a superutilização das terras cultiváveis e, por fim, causavam a sua exaustão/erosão. A consequência contrafinalista era a perda conjunta dos rendimentos da atividade agrícola individual.

<sup>46</sup> GIDDENS, 2018, p. 145.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p.148.

Em relação às situações de tensão, ou mesmo de choque, típicas do jogo de forças dos embates sociais (mais comuns no plano político), entende ser inerentes à vida em sociedade<sup>48</sup>. Entretanto, rejeita à ideia de haver qualquer teleologia nestes processos, conforme sua crítica às doutrinas historicistas. A análise das questões relacionadas com as situações de antagonismos, que assumem a sua forma mais explícita nos processos revolucionários, foi abordada com maior profundidade no artigo *Que é a Dialética?*<sup>49</sup>, publicado originalmente em *Mind – The Oxford Journal of Philosophy*, em 1940. Neste artigo, reforça a tese de que as contradições, no plano epistemológico, são apenas indicações de haver falhas no conteúdo explicativo proposto por uma teoria, isto é, no desacordo entre as consequências logicamente previstas e os efeitos reais. Esse posicionalmente é francamente diferente da visão de que o desenvolvimento do pensamento ocorre por meio do “movimento dialético”, quando a antítese refuta à tese e, por meio do processo de negação, uma síntese é “produzida”. Uma síntese que é qualitativamente superior à tese original por reunir os aspectos corretos desta e por agregar as correções que a antítese promove. Este processo, comum no debate argumentativo e na troca de ideias, corresponderia, também, à dinâmica de transformação da realidade, sendo, portanto, a maneira correta de representar a evolução do conhecimento.

Na primeira parte desse artigo, Popper concentra sua argumentação na maneira como a lógica dialética “naturaliza” a ocorrência das contradições. A passagem abaixo é representativa da sua argumentação discordante:

Muito importante é o fato de que, se mudarmos de atitude e passarmos a aceitar as contradições, elas perderão imediatamente sua fertilidade e deixarão de provocar o progresso intelectual. De fato, se estivéssemos preparados para conviver com as contradições, o caráter contraditório de nossas teorias não nos induziria mais a alterá-las. Em outras palavras, toda a crítica (que consiste em identificar contradições) perderia sua força. Qualquer crítica seria respondida por um “Por que não?” – ou talvez mesmo pela acolhida entusiástica das contradições nos fossem apontadas. (POPPER, 1982, p.347).

Adicionalmente, a crítica tecida pelo autor sai em defesa da lógica explicativa, que se assenta, inequivocamente, na adoção do princípio da não contradição (consequentemente, o de promover a coerência lógica). Desta forma, é a disposição em não aceitarmos as contradições, ou, de não as tomá-las como “parte do processo” de teorização, que nos leva ao reexame e à correção de nossas posições. Portanto, para além da visão epistemológica, trata-se de um princípio de conduta.

O ponto que mais nos importa nesse artigo é que o autor identifica a existência de situações descritas como “polaridades” (o exemplo utilizado é o das cargas elétricas)<sup>50</sup>, que atuam conjuntamente dentro de um contexto situacional. São elementos que agem em sentido contrário, com influência mútua uns sobre os outros, dentro de um determinado campo ativo. Sob certas condições, alcançam estabilidade ao encontrarem um ponto de equilíbrio entre as forças atuantes. Todavia, é comum observar que a condição de equilíbrio é dinâmica, requerendo processos de mediação constantes, que permitam a continuidade da estrutura

<sup>48</sup> Cf. POPPER, 1986, p.124.

<sup>49</sup> Este artigo faz parte da compilação *Conjecturas e Refutações*.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p.359.

relacional. O que nesta perspectiva estaria fora de questão, é a afirmação de que o rompimento do estado de equilíbrio faz parte (necessariamente) de um movimento de superação “qualitativa”, conduzindo a um nível mais elevado de aperfeiçoamento. Destacamos que as situações envolvendo “polaridades” é um traço característico do ambiente social.

Vale mencionar que na parte do artigo dedicada aos usos e aplicações da lógica dialética, Popper volta-se para as contribuições teóricas de Karl Marx no campo da economia e da sociedade. Conhecido como um crítico agudo do marxismo<sup>51</sup>, destaca aspectos que seriam importantes acertos desse pensador<sup>52</sup>, sem deixar de refletir sobre outros que considera equivocados:

Creio, contudo, que o economicismo de Marx – sua ênfase na estrutura econômica como base definitiva de qualquer modalidade de desenvolvimento – é errônea e insustentável. Acho que a *experiência social* demonstra claramente que sob determinadas circunstâncias a influência das ideias (apoiada possivelmente pela propaganda) pode superar as forças econômicas. Além disso, admitindo-se embora que é impossível compreender plenamente o desenvolvimento das ideias sem a compreensão de sua base econômica, é também compreender o desenvolvimento econômico sem entender, por exemplo, a evolução das *ideias científicas ou religiosas*. (POPPER, 1982, p.362, itálicos do autor)

Nota-se nesta asserção que ecoa um certo tom de ressalva quanto à ideia (geral) de “estrutura” para explicar as situações e os acontecimentos no plano social. Assim, refletindo sobre o entrelaçamento dos diversos campos do conhecimento dentro da temática social, na parte final do artigo, tece algumas considerações sobre a sensível questão que envolve a formulação de “predições científicas” e “previsões históricas de larga escala”<sup>53</sup>.

#### 1.4. Predição de Acontecimentos Típicos

O alinhamento existente entre a validade de uma teoria e o seu poder preditivo é um dos pilares fundamentais da epistemologia popperiana. Já na *Lógica da Pesquisa Científica*, a relação entre a validade do conhecimento e a capacidade de prever os efeitos de um fenômeno, considerando-o desta forma, elucidado, é apresentada como uma das maneiras de compreender “a Ciência” em seus propósitos:

A Ciência pode ser encarada sob vários prismas e não apenas sob o ângulo da Epistemologia; podemos encará-la, por exemplo, como um fenômeno biológico ou sociológico. [...] Reconhecidamente, não há incorreção em dizer que a Ciência é: “...um instrumento” cujo propósito está em “...predizer, com base em experiências

<sup>51</sup> Para ficarmos nos dois exemplos mais conhecidos, as obras *A Miséria do Historicismo e a Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* no seu segundo volume são centradas na crítica de Popper aos fundamentos do pensamento marxista. Destacamos, também, GORTON, 2006, p.81-98, onde o autor realiza uma avaliação detalhada dos posicionamentos de Popper em relação ao pensamento de Marx. Este é feito no capítulo cinco intitulado *Popper's Debt to Marx*.

<sup>52</sup> Cf. *Ibid.*, p.362: “Considero a contribuição de Marx neste particular, de significação real e duradoura (...)”.

<sup>53</sup> POPPER, 1982, p.364: “Como já disse, o equívoco não está apenas na abordagem dialética, mas na ideia de uma teoria do desenvolvimento histórico – a noção de que a sociologia científica deve procurar fazer previsões histórica de larga escala”.

dadas ou imediatas, experiências posteriores e, tanto quanto possível, submetê-las a controle. (POPPER, 2013, p.87).

Sem embargo, a tese do falseacionismo, como método de validação das teorias científicas, apoia-se decisivamente na possibilidade de realizar confrontações entre as consequências logicamente inferidas e os efeitos reais. Por conseguinte, não é incorreto enquadrar o problema da contradição/contrafinalidade nas Ciências Sociais como um caso específico da lógica explicativa e sua relação com a predição de ocorrências.

Entretanto, se a capacidade de antecipar efeitos confirma as virtudes de uma teoria, por outro lado, amplia o seu grau de exposição ao risco de ser contradita (sofrer falseamento). A ligação entre esses dois princípios é uma das principais sínteses teóricas realizadas por Popper<sup>54</sup>. Uma teoria da qual se extraia poucas conclusões específicas, portanto, apoiando-se em muitas ideias gerais, tem pequena exposição à confrontação e, conseqüentemente, possui reduzido valor para o conhecimento. Na visão do autor, é a elevada exposição à testabilidade que confere relevância ao conhecimento científico. Dessa conclusão, surge uma importante questão metodológica, que é a forma lógica como as teorias devem ser formuladas (seu conteúdo declarativo) para atender a um nível mínimo de testabilidade. Voltando-se para as especificidades das Ciências Sociais, onde o espaço de investigação é o ambiente social, qual deveria ser a forma de suas teorias para cumprirem o estatuto da testabilidade? A resposta recai sobre a precisão explicativa da teoria e a possibilidade de confrontá-la com as consequências sociais para as quais aponta.

Notadamente, a diferenciação entre “previsões científicas” e “profecias históricas” foi um tema que o autor devotou especial atenção em seus escritos sobre as Ciências Sociais:

Reconhecidamente, todas as ciências teóricas fazem previsões. Por outro lado, há ciências sociais que são teóricas. Mas, será que estas admissões implicam – como acreditam os historicistas – que o papel das ciências sociais é a profecia histórica? Parece que sim: mas essa impressão desaparece logo que traçamos uma distinção clara entre o que chamo de “previsão científica” e as “profecias históricas incondicionais”. É uma distinção importante que o historicismo deixa de fazer. (POPPER, 1982, p.370).

Desta forma, é necessário buscarmos os critérios oferecidos por Popper para distinção entre as duas situações. O primeiro que podemos discernir é o que se refere ao aspecto “condicional”<sup>55</sup>. As previsões científicas são condicionais e baseiam-se na explicação do fenômeno a partir da configuração das “condições iniciais” de sua ocorrência. As condições iniciais delimitam o escopo da ação e, por sua vez, estão logicamente conectadas com as consequências possíveis. O autor frisa que as previsões científicas são “ordinárias”, ou seja, seguem à regularidade das condições iniciais. Todo o processo teórico do qual deriva as

<sup>54</sup> POPPER, 2013, p.99, itálicos do autor: “Seria possível dizer também que, se a classe de falseadores potenciais de uma teoria é maior do que de outra, ampliam-se as oportunidades da primeira teoria ser refutada pela experiência; assim, comparada com a segunda, essa primeira teoria “será falseável num grau mais elevado”. Isso quer dizer, ainda, que a primeira teoria *diz mais* acerca do mundo da experiência do que a segunda”. Observar, também, que todo o Capítulo Seis da Lógica da Pesquisa Científica (Graus de Testabilidade) é dedicado a um aprofundamento desse conceito central.

<sup>55</sup> Id., 1982, p.370.

previsões, apoia-se na identificação de um ordenamento que está manifesto na reprodução dos fenômenos sociais.

Um segundo critério, diz respeito ao horizonte temporal da previsão, de forma a separar o “longo” do “curto” prazo<sup>56</sup>. Em relação a este ponto, a argumentação de Popper volta-se primordialmente contra às correntes historicistas, que postulam pela existência de um sentido geral para o desenvolvimento histórico, o que embasaria à realização de previsões de longo prazo, as quais o autor equipara com “profecias históricas” (POPPER, 1982, p.371). Ainda que não tenha distinguido precisamente o que seria “longo” e “curto” prazos, o sentido da crítica é nítido em denunciar a vacuidade das previsões de longo prazo. Conclui-se, portanto, que assumir uma teleologia para o desenvolvimento histórico é antes de mais nada uma atitude de convicção pessoal (psicológica), que não depende de delimitações temporais. De acordo com esta ótica, as previsões de longo prazo são sempre válidas, e independem da identificação das condições para sua ocorrência.

No artigo Modelos, Instrumentos e Verdade, o autor aponta um terceiro critério, particularmente importante para o tema das predições nas teorias sociais. Para a epistemologia popperiana, este texto traz a novidade de introduzir a ideia de “modelos” como maneira de apresentar o argumento explicativo sobre a ocorrência de situações recorrentes, as quais denomina “espécie” ou “tipos” de acontecimentos<sup>57</sup>. Modelos representacionais seriam capazes de apresentar mais adequadamente as relações entre os indivíduos envolvidos em uma situação social típica. A possibilidade de extrair predições válidas a partir de modelos situacionais é uma premissa fundamental para advogar à utilização desta abordagem metodológica.

A concepção de modelos, como a melhor abordagem para desenvolver explicações sobre acontecimentos típicos, possui uma importante relação com as reflexões que o autor realiza em um outro texto de destaque na sua produção filosófica. O artigo De Nuvens e Relógios<sup>58</sup>, originado de uma conferência na Universidade de Washington, proferida em 1965, reúne muitas das argumentações de Popper sobre o “funcionamento” da realidade. O artigo, também, tem por base o embate entre as teses do “determinismo” e do “indeterminismo” físico. Possivelmente, é o artigo mais representativo do autor sobre sua visão ontológica. Nele são postulados dois extremos no modo de funcionamento da realidade. Há situações onde os componentes movem-se de maneira determinada, assemelhando-se ao funcionamento dos “relógios”, por realizarem ciclos precisos e repetitivos. Na outra ponta do espectro, haveria as situações que apresentam um elevado grau de aleatoriedade e seriam variáveis como as “nuvens”. A posição de Popper é que a enorme diversidade de aspectos que compõem a realidade, entre os quais o comportamento humano (cuja compreensão é decisiva para as Ciências Sociais), encontram-se em posições intermediárias entre a perfeita regularidade e a absoluta aleatoriedade. Assim, é de fundamental importância que a discussão sobre a metodologia das ciências leve em consideração a maneira como se comporta o seu objeto:

---

<sup>56</sup> Ibid, p.371.

<sup>57</sup> POPPER, 2009, p.260.

<sup>58</sup> Este artigo faz parte da compilação Conhecimento Objetivo.

O que precisamos para compreender o comportamento humano – e, de fato, o comportamento animal – é algo de caráter intermediário entre o perfeito acaso e o perfeito determinismo – algo intermediário entre nuvens perfeitas e relógios perfeitos. (POPPER, 1999, p.210).

Relógios perfeitos ou nuvens perfeitas são situações conceituais, mas não reais. Como nos informa o autor, mesmo os relógios altamente precisos possuem algum grau de irregularidade, assim como as nuvens não são totalmente aleatórias e, “muitas vezes”, baseado em suas formações, é possível prever o clima com “inteiro êxito”, pelo menos para curtos períodos de tempo<sup>59</sup>. Apoiando-se no mesmo artigo, Ibri aprofunda a complexa questão das relações existentes entre acaso e regularidade, observando que os diversos matizes entre estes pontos extremos, formam uma mescla que são os objetos da ciência. Cada combinação, cada nuance, faz a diferença entre esclarecer e supor. As ciências, enquanto métodos de investigação dos fenômenos, são constantemente desafiadas a desenvolverem maneiras mais eficientes de perscrutar o que é imposto pela realidade. Imposição que fazem as descobertas dependerem dos métodos e das suas aplicações:

O mundo real não é nem *nuvem* nem *relógio*, mas se apresenta à experiência como uma mescla de ambos, parodiando-se a metáfora de Popper para caracterizar o indeterminismo ontológico. [...] Nenhuma dessas regularidades seriam, no entanto, exatamente simétricas no espaço e no tempo. Todavia, suas características poderiam ser objeto de tratamento estatístico e, certamente, curvas de distribuição paramétrica seriam possivelmente constituídas. Nasceram dessas operações de taxonomia relações formais que permitem pensar tal fenômeno exemplar como *objeto lógico*. Esse procedimento de descobertas de formas é essencial para as ciências, aplicadas ou não. Sem tais formas, tais ciências seriam inviáveis. (IBRI, 2017, p.11, itálicos do autor).

O artigo aborda os temas essenciais implicados na fundamentação das visões determinista e indeterminista, como a liberdade humana, a pluralidade de ocorrências, o acaso, a criação, a evolução, as bases da inferência causal e a previsão dos fenômenos. Uma questão que é particularmente relevante para o tema da presente dissertação é a ênfase que o autor concede ao paradigma sistêmico, como forma de explicar o funcionamento dos diferentes ordenamentos encontrados no universo. De acordo com essa ótica, o universo é formado por múltiplos sistemas combinados que comportam formas variadas de relacionamento entre seus elementos, onde tais elementos executam variados graus de influência uns sobre os outros<sup>60</sup>. Em muitos arranjos, há uma dinâmica interna cíclica e perfeitamente regular. Já em outros, são marcadamente desordenados. Assim, identificamos uma ampla variedade de estruturas, onde algumas configurações apresentam um comportamento altamente errático, como por exemplo a movimentação das moléculas dos gases, enquanto outras são significativamente precisas, como as órbitas dos planetas do sistema solar. Fazendo referência à história das Ciências Naturais, a teoria do universo determinado foi largamente respaldada pelo “tremendo” êxito verificado nos trabalhos dos físicos Kepler (1571-1630) e, especialmente, de Newton (1643-1727) sobre a explicação da movimentação dos planetas (leis da gravitação universal)<sup>61</sup>. Todavia, ao longo do

---

<sup>59</sup> POPPER, 1999, p.210.

<sup>60</sup> Cf. Ibid, p.196.

<sup>61</sup> Ibid, p.197.

desenvolvimento das Ciências Naturais, juntamente com a identificação de questões que contrariavam a visão do *mainstream* científico, surgiram alguns “dissidentes” indeterministas, com destaque para Charles Sanders Peirce (1839-1914), que iriam confrontar as bases do determinismo<sup>62</sup>. Posteriormente, a posição indeterminista encontrou respaldo nas descobertas acerca do universo microscópico da matéria, através da física quântica, no qual as partículas que compõem os átomos apresentam um comportamento imprevisível, não se enquadrando nos postulados da mecânica clássica. O “novo indeterminismo”, popularizado pelas obras dos físicos Max Born (1882-1970) e Werner Heisenberg (1901-1976), passou a ser o protagonista nas explicações dos fenômenos relacionados com o universo infinitesimal<sup>63</sup>.

A principal proposta do ensaio De Nuvens e Relógios é a discussão sobre a realidade física, a partir das bases teóricas que possibilitam pensar o funcionamento do universo com a sua variedade de processos. Os conceitos de sistemas fechados (mais determinados) em contraste com os sistemas abertos (mais indeterminados) são particularmente importantes para a análise dessas múltiplas situações:

Por sistema fisicamente fechado quero dizer um conjunto ou sistema de entidades físicas, tais como átomos, ou partículas elementares, ou forças físicas, ou campo de forças que interagem reciprocamente – e só entre si – de acordo com leis definidas de interação ou interferência com ou de qualquer coisa fora desse conjunto ou sistema fechado de entidades físicas. Este “fechamento” do sistema é que cria o pesadelo determinista. (POPPER, 1999, p.202).

Uma premissa relevante para a efetividade do processo preditivo é que este seja realizado sobre o que o autor denomina de “sistemas estacionários”, ou que apresentam um comportamento que tende para esta disposição<sup>64</sup>. Em tais arranjos, os componentes mantêm relações regulares e realizam sequências razoavelmente recorrentes. A situação estacionária não deve ser confundida com estática. O sistema, no conjunto dos seus componentes, se movimenta, mas obedecendo parâmetros de regularidade, sendo esta regularidade a condição necessária para que se possa inferir “leis” do movimento. Situações estacionárias são mais uma graduação entre os extremos representados pelas “nuvens” e pelos “relógios”. Eventualmente, é possível identificar um comportamento sistêmico altamente regular e que opera sobre leis de movimentação bastante rígidas, o que possibilita desenvolver previsões com elevado grau de exatidão. Entretanto, como próprio autor reconhece, a existência de tais sistemas é um acontecimento muito raro na natureza<sup>65</sup>.

Além da condição estacionária, um outro aspecto imprescindível para a efetividade do processo preditivo é o requisito dos elementos em relação sistêmica, sofrerem pouca (ou

---

<sup>62</sup> Ibid, p.198.

<sup>63</sup> Ibid, p.200.

<sup>64</sup> Sistemas estacionários, estão em movimento, contudo, para um observador interno, as posições relativas dos elementos se mantem inalteradas. Um exemplo típico, são os satélites geoestacionários: “Desta forma para um observador que estiver situado sobre a superfície, verá que um satélite pertencente a uma órbita geoestacionária, permanece sempre na mesma posição”. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93rbita\\_geoestacion%C3%A1ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93rbita_geoestacion%C3%A1ria)> Acesso em: 18 dez.2020.

Portanto, sistemas estacionários seriam um bom exemplo de “relógios”, pela regularidade do movimento realizado.

<sup>65</sup> POPPER, 1982, p.370.

“quase nunca”) interferências de fatores de fora das relações regulares. Em outras palavras, é necessário que o sistema seja “fechado” para interferências externas, como destacou o autor na asserção anteriormente citada. A exposição às ações exógenas leva ao aumento da variedade de efeitos, o que, concomitantemente, reduz a regularidade de comportamento, bem como das condições para a realização de inferências preditivas confiáveis. Assim, movimentos cíclicos e a pouca exposição a eventos que interferem nas relações regulares, são as condições ontológicas basilares para que as inferências preditivas sejam eficientes, entretanto, são características específicas e pouco comuns nas muitas estruturas relacionais observadas.

É da combinação desses dois fatores, em maior ou menor grau, que a estratégia explicativa se delinea, seja ela baseada na lógica dedutiva, na inferência estatística, na lógica sistêmica, ou ainda no reconhecimento do comportamento predominantemente aleatório. Foi avaliando as condições necessárias para realizar previsões com maior ou menor grau de precisão, que Gorton argumenta que devemos compreender a proposta metodológica popperiana, de modelos explicativos aplicados às situações sociais, como construções teóricas de médio alcance (*middle range theory*), visto que estas apresentam uma menor regularidade do que “leis do movimento” (dos sistemas fechados e estacionários), contudo, um maior grau de tipicidade (ou generalização) do que as meras ocorrências singulares<sup>66</sup>.

A antecipação de eventos individuais é admissível quando este pode ser enquadrado dentro de uma estrutura teórica bastante precisa. Quando combinado com a identificação bem delineada da formação das condições iniciais, seria possível prever os efeitos com um grau de determinação equiparado à submissão a uma lei (“*the covering law model*”). Tal abordagem, bastante exitosa nos programas das Ciências Naturais, é paradigmática para avaliação da cientificidade das Ciências Sociais. Todavia, os pressupostos das relações de dependência entre componentes, condicionamento de forças e regularidade comportamental, impõem grandes dificuldades à obtenção de leis sociais. Na sua posição amadurecida, onde o artigo Modelos, Instrumentos e Verdade é representativo, Popper reconhece as dificuldades para realização de previsões de acontecimentos singulares nas Ciências Sociais<sup>67</sup>. Não obstante, sustentou a possibilidade de serem feitas adequadamente neste campo das ciências, contudo, como era de se esperar, recebeu críticas. As dificuldades em apontar leis sociais efetivas, levou ao representativo comentário do filósofo australiano Alan Donagan (1925 – 1991), citado por Minogue<sup>68</sup>, a respeito da fragilidade da argumentação de Popper sobre esse tema:

Se Popper ... conhecesse pelo menos uma lei sociológica “corretamente enunciada” que fosse “completamente consonante com a evidência corrente”, não creio que (ele) não a tivesse enunciado. Infiro que ele não conheça nenhuma lei desse tipo. (MINOGUE, 1997, p.272. In: O’HEAR (org.), 1997).

Quando Popper intenta exemplificar alguma lei social e a consequente relação com a predição de eventos, regularmente, recorre às situações econômicas, como na passagem:

---

<sup>66</sup> GORTON, 2006, p.3.

<sup>67</sup> Cf. POPPER, 2009, p.265.

<sup>68</sup> Na nota explicativa, MINOGUE faz referência a seguinte obra: A. Donagan, *The Popper-Hempel Theory Reconsidered*, In: W. Dray (Ed.) *Philosophical Analysis and History*, London: Harper & Row, 1966, p.145.

O primeiro (problema) consiste em exemplificar ou prever um único ou pequeníssimo número de acontecimentos singulares. Um exemplo das ciências naturais seria: “Quando ocorrerá o próximo eclipse da Lua (ou, digamos, os próximos dois ou três)?”. Um exemplo das ciências sociais seria: “Quando é que se dará a próxima subida da taxa de desemprego nos Midlands ou no Ontário ocidental?” (POPPER, 2009, p.260).

Essa inclinação para exemplificar questões sociais baseando-se na ótica econômica, pode ser reflexo dos muitos anos como professor radicado na *London School of Economics*<sup>69</sup>, sendo a temática econômica naturalmente próxima. Por outro lado, pode indicar que a maneira como a economia opera seja mais facilmente compatível com a representação sistêmica, onde as relações elementares de compra e venda, intermediadas pelo uso da moeda, propicie interações uniformes e escaláveis, sobre as quais, todo o ambiente, se ergue.

Não é por acaso que Gonzales adota em relação ao pensamento popperiano a diferenciação do processo preditivo em três diferentes planos: o das Ciências Naturais, o das Ciências Sociais e o das Ciências Econômicas<sup>70</sup>. Notadamente, a separação entre economia e os demais temas das Ciências Sociais é o principal eixo da sua análise sobre os aspectos metodológicos envolvendo a previsão de acontecimentos na proposta de Popper<sup>71</sup>. Entretanto, ao nosso ver, ressalvado a perspicácia em perceber as especificidades dos exemplos relacionados com a temática econômica, não identificamos nenhum progresso conceitual trazido pelo autor a respeito da obra de Popper e nem um novo ângulo na relação entre explicação e predição, comparado com o que já foi dito por outros autores. Por sua vez, Gorton é mais contundente, arguindo que em relação aos exemplos econômicos fornecidos por Popper, estes ou são “triviais” ou “simplesmente falsos”, portanto, “não cumprem” o objetivo de demonstrar a existência de leis gerais consistentes no plano das Ciências Sociais<sup>72</sup>.

A predição de acontecimentos singulares segue sendo um assunto controverso nas Ciências Sociais. Popper manteve a possibilidade de prever eventos específicos, deduzidos de leis gerais “universais” no campo das Ciências Sociais<sup>73</sup>, entretanto, quando buscou oferecer exemplos de tais leis, apresentou situações corriqueiras, o que levou aos questionamentos anteriormente mencionados. Separar essas ocorrências das que são oriundas de situações sistêmicas, que seguem uma tipicidade, parece-nos a abordagem mais acertada e que abre perspectivas mais promissoras.

A razão da dificuldade em relação às predições singulares, convergem para um conjunto de questões relacionadas com o grau de regularidade comportamental observada no campo social. A primeira delas, diz respeito à criatividade humana e a imprevisibilidade da expansão do conhecimento. Argumentos que o próprio Popper enfatizou na sua crítica ao historicismo<sup>74</sup>. O desenvolvimento do conhecimento, em particular, o surgimento de novas

<sup>69</sup> Cf. POPPER, 1986, p.129.

<sup>70</sup> GONZALEZ, 2004, p.79. In: CATTON; MACDONALD (ed.) (2004).

<sup>71</sup> Ibid., p.90.

<sup>72</sup> Cf. GORTON, 2006, p.44.

<sup>73</sup> POPPER, 2009, p.262: “Assim, chegamos ao resultado que se segue. Por vezes, explicações e previsões do primeiro gênero - isto é, explicações ou previsões de acontecimentos singulares – operam com leis universais e condições iniciais (...)”

<sup>74</sup> Cf. POPPER, 1982, p.371. Observar especialmente a crítica do autor em relação a existência de uma “lei da evolução”.

tecnologias, afeta substancialmente os processos de produção, padrões de consumo, organização do trabalho, entre outros aspectos. A mudança na base econômica irá reverberar em todas as demais dimensões do ambiente social. Uma segunda dificuldade advém do fato de que os sistemas sociais serem abertos e sujeitos aos diversos fatores fora das relações humanas (como eventos climáticos, surgimento de epidemias, mudanças tecnológicas, etc.). O comportamento dinâmico e a possibilidade de fatores fortuitos, ampliam consideravelmente o rol das consequências, chegando mesmo aos desdobramentos surpreendentes e contra-intuitivos.

É em função destas possibilidades, que nas análises econômicas se popularizou o termo *ceteris paribus*<sup>75</sup>, para ressaltar que o cenário projetado é condicional à não alteração das variáveis utilizadas na sua formulação. A terceira dificuldade, procede do fato de que o comportamento de instituições e práticas legais apresentam variações importantes de uma cultura para outra. As instituições sociais são consequências do arcabouço normativo que as definem, longe de serem universais em sua formatação, são resultados dos valores culturais e do desenvolvimento histórico de cada sociedade. Por último, devemos citar o princípio da reflexividade, que envolve as previsões e o comportamento dos indivíduos (*self-fulfilling prophecy*<sup>76</sup>). Dessa forma, dependendo do tipo de previsão, esta teria a capacidade de influenciar reflexivamente o comportamento dos elementos que formam o quadro situacional de onde foi inferida, promovendo a sua autorrealização. Diferentemente, argumenta-se que tal efeito é nulo nas Ciências Naturais, pois a natureza é insensível às predições que são formuladas a seu respeito. Popper sublinhou a influência do efeito reflexivo e, adicionalmente, alertou para a importante questão das hipóteses “*ad hoc*” no desenvolvimento do argumento explicativo<sup>77</sup>, entretanto, o efeito desta influência em relação às situações sociais não chegou a ser apreciado pelo autor.

As dificuldades em relação ao poder preditivo das teorias sociais levaram ao pronunciamento de Risjord, que nos parece resumir com propriedade a questão:

O poder (preditivo) e a generalização de teorias fez a ciência distintiva (em seus feitos), e teorias só podem ser generalizadas na medida em que identificam leis (causais) determinantes dos fenômenos. A questão de se as ciências sociais podem identificar leis (válidas) é um dos temas centrais do debate sobre o naturalismo epistêmico. Dependendo da perspectiva assumida nesse debate, a aparente ausência de leis no campo das ciências sociais pode ser tanto uma indicação de sua falha em ser uma ciência genuína ou a marca de seu caráter distintivo. (RISJORD, 2014, p.212, tradução nossa).

A dificuldade em desenvolver teorias com as quais se possa realizar previsões de eventos ou acontecimentos singulares influencia diretamente na construção de abordagens metodológicas adequadas às especificidades dos fenômenos sociais. O cerne da questão está

<sup>75</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ceteris\\_paribus](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ceteris_paribus)>. Acesso em: 21 dez.2020.

<sup>76</sup> Disponível em: < [https://en.wikipedia.org/wiki/Self-fulfilling\\_prophecy#:~:text=Additionally%2C%20philosopher%20Karl%20Popper%20called,fulfilling%20prophecy%20the%20Oedipus%20effect%3A&text=I%20had%20called%20this%20the.the%20fulfilment%20of%20its%20prophecy.](https://en.wikipedia.org/wiki/Self-fulfilling_prophecy#:~:text=Additionally%2C%20philosopher%20Karl%20Popper%20called,fulfilling%20prophecy%20the%20Oedipus%20effect%3A&text=I%20had%20called%20this%20the.the%20fulfilment%20of%20its%20prophecy.) >. Acesso em: 21 dez.2020.

<sup>77</sup> POPPER, 1978, p.29. Popper destaca a formulação explicativa “*ad-hoc*” para diferenciar a formulação que pode ser testada independentemente de outra hipótese explicativa. Portanto, a hipótese “*ad-hoc*” (para essa finalidade) pode ser, também, compreendido como uma relação de dependência.

no o caráter dinâmico, interacional e produtor de múltiplas configurações situacionais, identificadas nos processos sociais. É no reconhecimento da influência destas características que devemos recepcionar o artigo Modelos, Instrumentos e Verdade. Este apresenta-se como uma proposta de Popper para ampliar o repertório da metodologia da explicação, ainda que mantendo o paradigma dedutivo, mas introduzindo algumas frestas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de abordagens alternativas, que iriam alcançar destaque em anos posteriores.

Em Modelos, Instrumentos e Verdade, Popper aprofundou a ideia de modelos representacionais de situações típicas, que é o ponto fundamental de sua proposta de análise situacional nas Ciências Sociais. Por meio da representação teórica de situações concretas, como modelos funcionais, seria possível aprimorar o processo analítico, fazendo com que a atividade avaliativa passasse a dispor de um novo ferramental. Essa proposição havia sido apenas suscitada nas formulações que deram origem ao artigo A Lógica das Ciências Sociais de dois anos antes.

No momento em que Popper elabora sua apresentação para abertura do congresso de 1961 da Associação Alemã de Sociologia, era necessário encarar uma outra proposta teórica contestadora do direcionamento metodológico defendido pelo autor para as Ciências Sociais e mesmo para as ciências no geral<sup>78</sup>. A orientação descritiva, com o seu apelo pela narração do transcurso histórico, por promover a identificação de sentidos para os acontecimentos sociais e de discutir os seus significados numa avaliação interpretativa deste percurso, já se mostrava firmemente instalada no ambiente acadêmico. As dificuldades conceituais mencionadas ao longo deste capítulo afetavam (como ainda afetam) a realização do enfoque analítico e a meta explicativa. Mesmo deixando em aberto muitas lacunas em sua proposta metodológica, Popper não se furtou em criticar a orientação descritiva-narrativa e, por extensão, todas as abordagens derivadas desta corrente de pensamento. Advertiu àqueles que a consideravam epistemologicamente mais fecunda e (ilusoriamente) mais objetiva. Tudo nos leva a crer que o local escolhido não poderia ter sido melhor.

---

<sup>78</sup> POPPER, 1978, p.42: “Aqui há, à primeira vista, uma diferença entre as ciências sociais e as ciências naturais. Nas chamadas ciências sociais e filosofia, a degeneração para um verbalismo impressionante, mais ou menos vazio, passou também para as ciências naturais. Agora o perigo está se tornado mais sério em toda parte”.

## 2 A ORIENTAÇÃO DESCRITIVA E EXPLICATIVA

### 2.1. A Mudança de Orientação no Método

Na oitava tese do artigo *A Lógica das Ciências Sociais*, Popper, faz uma avaliação sobre os estudos de sociologia dividindo o histórico deste ramo das ciências em duas fases: uma pré e outra pós-Segunda Guerra Mundial. Em sua avaliação, no período após ao término do conflito, portanto englobando toda a fase de reconstrução da Europa, teria havido uma perda de qualidade nos estudos sobre o funcionamento da sociedade, quando comparado com a produção da fase anterior. O autor atribui este declínio a uma mudança de orientação para realização dos trabalhos de sociologia. Tal mudança teria se tornado preponderante na produção acadêmica do pós-guerra<sup>79</sup>. É a partir desta constatação que as considerações sobre a lógica das Ciências Sociais são conduzidas.

Popper inicia sua exposição fazendo uma comparação entre os papéis desempenhados pela sociologia e pela antropologia social (etnologia) dentro do programa das Ciências Sociais, indicando ter havido uma troca de posições entre estas áreas do conhecimento. A antropologia social, sendo um ramo complementar ao estudo dos aspectos formativos (culturais) das sociedades, teria passado a desempenhar uma função proeminente em relação às formulações teóricas sobre as sociedades, posição que, tradicionalmente, era exercida pela sociologia. A inversão seria resultado da mudança de finalidade dos estudos sociológicos, onde a primazia dada à orientação explicativa (da fase anterior à Segunda Guerra Mundial) perdeu espaço para o direcionamento descritivo. A argumentação de Popper é enfática sobre a mudança na orientação dos estudos:

A antropologia social tem sido promovida de uma ciência aplicada descritiva para uma ciência teórica chave e o antropólogo tem sido elevado de um descritivo trabalhador de campo, modesto e de horizontes curtos, a um profundo teórico social de vistas largas e a um psicólogo das profundezas sociais. O antigo sociólogo teórico, contudo, deve estar contente por encontrar emprego como trabalhador de campo e um especialista; sua função é descrever os totens e tabus dos nativos da raça branca na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. (POPPER, 1978, p.18)

Esse movimento é criticado pelo autor por estar baseado em um critério enganoso de cientificidade: “porque conduz à vitória de um método pseudocientífico” (POPPER, 1978, p.19). A décima-tese, a mais longa do artigo, contém o ponto central da sua discussão metodológica. O triunfo da abordagem observacional-descritiva estaria progressivamente reduzindo a fertilidade da produção científica nesse campo do conhecimento:

A vitória da antropologia é a vitória de um método supostamente observacional, supostamente descritivo e supostamente mais objetivo, e, portanto, do que é tomado por método das ciências naturais. É uma vitória de Pirro. Outra vitória dessas, e nós – isto é, ambas a antropologia e a sociologia – estamos perdidos. (Ibid., p.19)

---

<sup>79</sup> POPPER, 1978, p.18.

A arguição de Popper dá-se na contraposição entre as orientações observacional-descritiva e problematizadora-explicativa, sendo esta última enfaticamente defendida por ele como o autêntico objetivo das ciências (como abordado no capítulo anterior desta dissertação). Entre as diferentes visões envolvidas em cada uma das orientações, o problema da objetividade científica, voltada para especificidades das Ciências Sociais, surge como o principal motivador da mudança de paradigma. Um segundo fator a impulsionar a mudança de orientação, aponta o autor, estaria relacionado com a adoção de um critério de verdade relativo ao contexto das observações envolvidas nos estudos.

Em *A Lógica das Ciências Sociais*, a discussão sobre a objetividade científica e a relação com o critério de verdade é apresentada nos seus pontos nucleares. Tais temas são constantes na epistemologia popperiana e conduzem a outros, também bem conhecidos, como os princípios para avaliação de teorias e as condições necessárias para realização dos testes de verificação. Especialmente a questão do critério da verossimilhança, ou de aproximação com a verdade, é uma consequência dos desdobramentos dessas questões epistemológicas. Nos dois tópicos a seguir, são apresentados os pontos principais da discussão metodológica entabuladas por Popper, tendo como foco as diferenças entre as duas abordagens.

## 2.2. A Crítica à Objetividade Baseada na Conduta do Cientista

Na décima tese, Popper inicia a exposição de sua discordância em relação ao entendimento de que a objetividade das teorias científicas seria resultado da conduta do cientista na realização dos seus trabalhos. Argumenta que essa ideia é mais uma cuja origem reporta-se à compreensão equivocada a respeito do funcionamento das Ciências Naturais e sua influência sobre as Ciências Sociais. Inicia a exposição narrando sua participação em um evento com representantes de outras áreas de estudo (teólogo, antropólogo, biólogo e físico), onde o tema era ciência e humanismo. De acordo com o seu relato, a despeito de um difícil início, marcado por tentativas entre os representantes de impressionar uns aos outros, ao final de dois dias, as discussões atingiram um nível “invulgarmente alto” e “estávamos mutuamente, aprendendo algo” (POPPER, 1978, p.20). Contudo, na intervenção do antropólogo, este posicionou-se como um “observador” dos debates em curso, não interessado em participar das discussões, mas apenas em “estudar o comportamento verbal” dos debatedores. A fala do antropólogo-observador é assim apresentada:

Não estamos verdadeiramente interessados no conteúdo actual da discussão, mas apenas, com os papéis que são desempenhados pelos vários participantes, como a interação dramática como tal. Em relação aos chamados argumentos, eles são somente, é claro, um aspecto do comportamento verbal não mais importante do que outros. A ideia de que pode se distinguir entre argumentos e outras verbalizações impressionantes é uma ilusão puramente subjetiva; e assim é a ideia da distinção entre argumentos objetivamente válidos e objetivamente inválidos. (Ibid., p.21)

O episódio é utilizado por Popper para iniciar a apreciação das diferenças fundamentais entre um método que preconiza a descrição do objeto (evento, situação, etc.), e o outro em que o seu acontecimento é colocado como problema, do qual se desenvolvem teorias para esclarecer as razões que levam à sua ocorrência. A mudança de direção em favor da primeira abordagem estaria se tornando a principal finalidade das Ciências Sociais. Uma

mudança de orientação que reduziu o interesse em desenvolver teorias explicativas sobre o ambiente social e, eventualmente, tentar propor soluções para os seus problemas.

A primeira ideia criticada é que a orientação descritiva seria menos sujeita à influência dos juízos de valor do cientista, pois enfatiza critérios que visam à precisão no detalhamento do objeto observado. Da mesma forma, o relato de uma situação seria objetivamente mais confrontável com outros elementos passíveis de apuração como, por exemplo, testemunhos. Ademais, a condição de observador em sua premissa lógica importa em um distanciamento em relação à situação a ser descrita para ampliar a percepção de todo o seu escopo. Esse distanciamento do observador influenciaria favoravelmente na adoção de uma posição de neutralidade. Por sua vez, uma explicação incorre em uma elevada carga de interpretação da situação, conseqüentemente, depende do direcionamento da análise, seja na determinação dos elementos que a compõe, seja na adoção desta configuração como tipificação de uma classe de eventos. A explicação pressupõe a avaliação da capacidade de atuação e a relação de forças envolvidas, desta maneira, o emprego de muitas avaliações resultam em um grande número de tomadas de posição para o desenvolvimento do argumento explicativo.

Popper critica a presunção de que seria possível alcançar uma real neutralidade baseada na adoção de critérios normativos que inibam a influência de pré-conceitos dos cientistas, o que promoveria a produção de teorias menos partidárias e com maior grau de objetividade. Na sua concepção, nenhum método, por si mesmo, seria capaz deste feito:

A situação é semelhante com respeito à objetividade; não podemos roubar o partidarismo de um cientista sem também roubá-lo de sua humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano e como cientista. (Ibid., p.25).

Esse entendimento é reforçado tanto no desenvolvimento das Ciências Sociais quanto das Naturais: “o cientista natural é tão partidário quanto outras pessoas” (POPPER, 1978, p.22). Um bom exemplo de juízo de valor a influenciar o trabalho de cientistas no campo das Ciências Naturais é apresentado na coletânea de ensaios Karl Popper: Filosofia e Problemas, organizada pelo filósofo Antony O’Hear. Temos a apreciação de um caso que se tornou emblemático no campo da bioquímica, ao tratar de uma experiência crucial sobre o surgimento da vida no planeta<sup>80</sup>. Conhecida como Hipótese Oparin-Haldane<sup>81</sup>, em referência aos bioquímicos Aleksandr Ivanovitch Oparin (1894-1980) e John Burdon Sanderson Haldane (1892-1964), propõe que as cadeias complexas de carbono e outras estruturas orgânicas teriam sido sintetizadas pela ação de fortes descargas elétricas sobre as moléculas inorgânicas existentes na atmosfera primitiva do planeta. O bioquímico Wächtershäuser, autor do ensaio, aponta a verdadeira motivação do desenvolvimento da teoria:

No início da década de 1920, o Partido Comunista da União Soviética chegou à conclusão de que sua campanha ateísta seria reforçada se pudesse mostrar cientificamente que a origem da vida não requereria uma intervenção divina. Foi Aleksandr Ivanovitch Oparin, bioquímico, e mais tarde seguidor de Lysenko, quem recebeu a ordem do partido para produzir tal teoria. Ela foi produzida e publicada em 1924. [...] A motivação principal de Oparin era política. Ele lutava por capacidade de convencimento. Desse modo concebeu sua teoria de forma a ser

<sup>80</sup> WÄCHTERSÄUSER, 1997, p.218-20, *In*: O’HEAR, 1997.

<sup>81</sup> Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Primordial\\_soup](https://en.wikipedia.org/wiki/Primordial_soup)>. Acesso em: 28 dez.2020.

imune à crítica ou falseamento. Inventou o chamado “caldo pré-biótico”, mas seu conteúdo permaneceu completamente vago. Essa falha básica não foi corrigida pelos outros autores que publicaram artigos logo depois de Oparin, especialmente os marxistas J.B.S. Haldane e J. D. Bernal. (WÄCHTERSHÄUSER, 1997, p.218-9, *In*: O`HEAR, 1997)

Nas décadas seguintes, outras experiências foram feitas para testar a validade da teoria, entretanto, os resultados foram bastantes questionáveis. Assunto da sua área de estudos, Wächtershäuser conclui que a Hipótese Oparin-Haldane demandou modificações sucessivas na composição do caldo pré-biótico (ponto central da teoria), de modo a tornar possível o surgimento de todos os compostos orgânicos necessários à vida, sob o efeito catalisador das descargas elétricas. Aos poucos, a teoria transformou-se em uma hipótese *ad hoc*, cada vez “mais vaga e ambígua, e menos falseável e com menor capacidade explanatória” (WÄCHTERSHÄUSER, 1997, p.220, *In*: O`HEAR, 1997). A cada nova necessidade para tornar a teoria plausível, o caldo pré-biótico era ajustado para aquilo que tentava provar. A teoria foi descartada não pelo partidarismo dos cientistas que defendiam sua validade, mas por sua (pouca) capacidade explicativa.

A objetividade do conhecimento científico é um dos assuntos fundamentais dentro das questões que compõem a temática popperiana. As suas teorias mais destacadas, a da demarcação e a do falseacionismo, são desdobramentos do problema de aplicar critérios objetivos na avaliação das teorias científicas. A resposta de Popper quanto aos requisitos de objetividade não se apoia no comportamento individual dos cientistas, ou sobre o emprego de um método que de *per si* garanta a realização de tal meta. Sua argumentação para a promoção da objetividade nas formulações teóricas, assenta-se sobre o princípio da racionalidade exercida por uma comunidade de cientistas, através das discussões críticas/avaliativas sobre suas teorias. Na sua concepção, a crítica desenvolvida por diferentes cientistas leva ao reconhecimento/corroboração de formulações que possuem valor científico genuíno e identifica aquelas que atentam para valores extracientíficos, devendo ser separadas deste processo. É entorno da concepção da atuação de uma comunidade independente, orientada pelo critério da discussão racional e pela busca da verdade, que a objetividade (como princípio) é forjada:

Em outras palavras, existem valores e desvalores *puramente* científicos e desvalores *extracientíficos*. E, embora seja impossível separar o trabalho científico de aplicações e avaliações, é uma das tarefas do criticismo científico, lutar contra a confusão das escalas de valores e, em particular, separar avaliações extracientíficas das questões de verdade. (POPPER, 1978, p.24).

Ao avaliar a tese popperiana do princípio da objetividade baseada em uma tradição crítica institucionalizada, Ferreira observa que um questionamento levantado sobre sua efetividade é a sua visão excessivamente idealizada quanto à “capacidade crítica” da comunidade científica<sup>82</sup>. Cita em suas considerações o entendimento radicalmente distinto defendido pelo físico e filósofo americano Thomas Kuhn (1922-1996), a respeito da maneira como a comunidade científica comporta-se. Contudo, ao final da exposição, conclui favoravelmente com a visão popperiana, na qual a institucionalização da tradição crítica é, em verdade, a marca distintiva do empreendimento científico.

---

<sup>82</sup> FERREIRA, 2008, p.186: “[...] a visão que Popper tem sobre a comunidade científica corresponde à visão idealizada, mas nem por isso falsa, que se tem da sociedade liberal”.

O exame da validade (justificação) de teorias é um aspecto decisivo para o processo evolutivo do conhecimento científico, e alcança a sua melhor expressão nas sociedades democráticas. Tal posição é uma importante conclusão de Popper, onde ele exalta a relação entre a liberdade de circulação de ideias e o ambiente sócio-político no qual as ciências operam. Essa visão, já havia sido exposta de forma abrangente na obra *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, em especial, nas suas considerações sobre a sociologia do conhecimento<sup>83</sup>. Suas palavras conclusivas em defesa das sociedades democrática e do livre debate nas ciências são:

A autoanálise não substitui as ações práticas necessárias para estabelecer as instituições democráticas, as únicas que podem garantir a liberdade de pensamento crítico e o progresso das ciências. (POPPER, 2017, p.267).

### 2.3. A Crítica ao Relativismo Epistêmico nas Ciências Sociais

A mudança de orientação no método das Ciências Sociais, também, teria sido fomentada pelo crescimento do interesse nos estudos a respeito das influências culturais, sistemas de crenças e na maneira como as normas de convivência recebem adesão no interior das sociedades (grau de coesão ou dissensão). De acordo com esta perspectiva, as teorias sociais devem levar em consideração esses fatores formativos essenciais, tendo suas validades restritas a grupos ou classes de indivíduos que partilham de espaços e/ou certas condições em comum. Contudo, as premissas que sustentam que os critérios de legitimação, devem ser delimitados aos contextos específicos, conduziria a um “relativismo sociológico” (POPPER, 1978, p.22), ou seja, uma variante do relativismo epistêmico contra o qual Popper peremptoriamente divergiu.

A ideia de que os fenômenos sociais são únicos em suas características, não sendo possível realizar adequadamente comparações entre eles e, por conseguinte, identificar regras gerais de ocorrência, enfraqueceriam a meta explicativa. O que realmente temos é um grande percurso histórico, formado pela sucessão de situações singulares. A combinação de todos esses referenciais resultaria na promoção do foco narrativo, que elege como finalidade das Ciências Sociais, a compreensão das situações por meio das suas peculiaridades.

A ênfase na lógica descritiva, proporciona um “enriquecimento” de visões, ao mesmo tempo que pleiteia pela flexibilização dos critérios de análise. O foco nos aspectos específicos de cada fenômeno exalta a perspicácia e a sensibilidade do observador, ao passo que reduz a importância da sua competência em produzir consistentes generalizações. O processo de registro dos fenômenos sociais acolhe diferentes interpretações, possíveis de serem apresentadas em variados graus de detalhamento e abrangência. É recomendável justapor distintas descrições, onde uma focaliza a atuação de determinados elementos, enquanto outras evidenciam aspectos diferentes. Consequentemente, os quadros narrativos afiguram-se como variantes do mesmo objetivo, qual seja, o de descrever o fenômeno em toda a sua riqueza observacional. Baseado nos valores que este referencial promove, os dotes literários

---

<sup>83</sup> POPPER, 2017, p.262.

do autor são reverenciados e, muitas vezes, mais persuasivos do que o próprio conteúdo descritivo<sup>84</sup>.

Reconhecendo esta tendência, Ferreira destaca que a ideia de que o método sociológico é decorrente da tradição literária, onde a “chave” do sucesso estaria na fidelidade da representação da paisagem social, é anterior a própria estruturação deste campo do conhecimento. Essa vertente de pensamento permanece ativa e granjeia em favor da orientação descritiva:

Para estes autores, a análise literária ou textual permitiria uma compreensão mais rica das teorias sociológicas, sejam elas de bases positivas ou humanistas. [...] Hoje se sabe que é possível melhorar nosso conhecimento sabendo como a linguagem funciona e como os sentidos são construídos. Desta forma, parece razoável supor que os textos sociológicos científicos configurem estilos. Seria um erro negar que o estudo do estilo de um texto possa contribuir para que compreendamos melhor a estratégia argumentativa persuasiva contida em cada teoria. Muitas vezes as conclusões desses estudos são desconcertantes, mas bastante elucidativas. (FERREIRA, 2008, p.69).

Para Popper, os programas que acenam para o relativismo sociológico, assentam-se na possibilidade de aplicar um critério restrito de validade. Em contraposição a esse princípio, sua exposição volta-se em favor da defesa de um critério “absoluto” ou “objetivo” de verdade, na condução dos processos avaliativos (testes) da produção científica<sup>85</sup>. Para sustentar esta argumentação, recorre fundamentalmente às contribuições do matemático polonês Alfred Tarski (1901-1983), que com a sua teoria sobre a concepção semântica da verdade, na apreciação de Popper, teria restabelecido de maneira indubitável a confiança no critério de verdade por correspondência aos fatos. O “correspondentismo” epistêmico, na leitura que Popper faz da teoria de satisfação das condições de verdade e falsidade tarskiana<sup>86</sup>, deve ser entendido como um princípio regulador, onde mesmo quando nos deparamos com uma teoria verdadeira, estamos fazendo, via de regra, apenas uma conjectura a seu respeito, sendo impossível prová-la em sua total extensão, mas, tão somente, identificando sua satisfação em relação a um determinado grau de adequação (ou valor de verdade).

Na interpretação de Popper sobre a Teoria Semântica da Verdade, destacam-se os seguintes pontos:

---

<sup>84</sup> O artigo Razão ou Revolução? é emblemático nesse sentido. Popper, bastante avesso à abordagem que enfatiza a forma e não o conteúdo, alerta sobre o uso excessivo da linguagem que chama de “verbalismo” (POPPER, 1978, p.41), na sequência destaca como repreende os seus alunos sobre usar um linguajar para “impressionar” e os problemas gerados pelo “culto” da exposição “altissonante” mas que falha na inteligibilidade (Ibid., p.42).

<sup>85</sup> POPPER, 1978, p.28.

<sup>86</sup> Popper faz constantes referências à teoria tarskiana da concepção semântica da verdade, assumindo que esta produziu a reabilitação da concepção da verdade como correspondência aos fatos. Alguns locais onde o autor aborda esse tema são: em A Lógica das Ciências Sociais (POPPER, 1978, p.28-9); em Verdade, Racionalidade e Expansão do Conhecimento Científico (POPPER, 1982, p.249-50); nas Notas Técnicas sobre o tema da verossimilhança (“graus de valor-verdade”) em Conjecturas e Refutações (POPPER, 1982, p.428-33); em Duas Faces do Senso Comum: Argumento a Favor do Realismo de Senso Comum e Contra a Teoria de Senso Comum do Conhecimento (POPPER, 1999, p.51-3). Contudo, em nossa avaliação, a melhor análise que Popper realiza sobre a teoria tarskiana da concepção semântica da verdade, encontra-se no artigo Comentários Filosóficos sobre a Teoria da Verdade de Tarski, que faz parte da coletânea Conhecimento Objetivo (POPPER, 1999, p.294-312).

- 1) Caracterizar o conceito de verdade como correspondência aos fatos.
- 2) De que a ideia de correspondência é expressa como “satisfação” à determinadas condições de verificação. Tal visão é decorrente da lógica matemática (lógica das funções), onde apenas determinado(s) valor(es) satisfaz(em) uma equação algébrica (satisfação material). No caso de uma função, as alterações no valor (argumento) de uma variável, produz resultados que se mantêm logicamente equivalentes (satisfação formal). “Satisfazer” traduz logicamente a correspondência de uma maneira mais precisa e evita as ambiguidades que o termo “corresponder” engendra.
- 3) A satisfação da condição de verdade é expressa em termos linguísticos formais. O sistema linguístico deve conter três requisitos básicos (“quase óbvios”) para expressar legitimamente a correspondência entre fatos e sua representação linguística:
  - 3.1) Apresentar asserções ou expressões linguísticas denotativas que representem logicamente objetos, constituindo um vocabulário rico a ser manipulado pela sintaxe de uma linguagem-objeto (riqueza representacional).
  - 3.2) Conter logicamente a diferenciação entre a ideia de descrever fatos e não fatos. A capacidade de apresentar (“discutir”) essa distinção caracteriza uma metalinguagem conotativa capaz de dar significação (“traduzir”) à representação de fatos (riqueza argumentativa), separando de outros tipos de representações.
  - 3.3) Deve conter, usualmente, dois tipos de expressões relacionais fundamentais: “X corresponde aos fatos” e “X corresponde aos fatos se, e apenas se y” ( $X \text{ sse } y$ , ou ainda  $X \equiv y$ ).
- 4) Uma linguagem que atenda a esses três requisitos mínimos foi chamada por Tarski de “metalinguagem semântica” e capaz de expressar adequadamente a distinção entre os significados das seguintes situações: “os fatos alegados são verdadeiros e os fatos alegados não são verdadeiros (ou seja, não-fatos)” (POPPER, 1999, p.302).
- 5) A teoria semântica da verdade permite substituir o termo “verdade” por um conjunto de asserções ou sentenças que satisfaçam à correspondência aos fatos como condição lógica. Analogamente, podemos aplicar o mesmo princípio ao termo “realidade” e substituí-lo por um conjunto de fatos reais (expressando a equivalência “material”, entre verdade e realidade).

O critério de verdade como correspondência aos fatos, equiparado à condição de grau de satisfação, não é o único conceito que Popper utiliza de Tarski. Uma segunda obra<sup>87</sup> de Tarski é apontada pelo autor como decisiva para a formulação do ideal regulador do critério de verdade. As asserções, ou as sentenças sobre os fatos, podem ser verdadeiras ou falsas e não aceitam mais nenhuma outra possibilidade. Adicionalmente, toda teoria manipula um conjunto de asserções e propõe uma ou mais consequências baseadas em suas premissas. A verdade das asserções é confirmada pela verdade das consequências, em forte analogia com a máxima pragmática<sup>88</sup>.

Popper com base no conceito de Cálculo de Sistemas (dedutivos) de Tarski, introduz a noção de conteúdo de verdade de uma asserção. Uma teoria seria equivalente a um sistema dedutivo e o cálculo do conjunto das consequências verdadeiras da teoria formaria o seu conteúdo de verdade. Nesse processo de verificação, identifica-se, também, o conteúdo de falsidade. A confrontação entre conteúdos de verdade e falsidade estabelece uma medida, a qual Popper denominou de “verossimilhança”. Em sua forma notacional, representou o conteúdo de verdade de uma teoria como A (vsA):  $-1 \leq vsA \leq 1$ ; onde -1 corresponde à total falsidade e 1 à total verdade ou verdade absoluta<sup>89</sup>.

O conceito de verossimilhança executa uma ponte entre a cosmologia realista do autor e o caráter conjectural e falível das teorias científicas. Na defesa do seu valor epistêmico, Popper destaca três aspectos:

- 1) O conceito de verossimilhança implementa a ideia “reguladora da verdade” (POPPER, 1982, p.255), ou seja, o princípio de graus de aproximação com o critério de correspondência (verdade objetiva).
- 2) É mais aplicável que outros critérios, pois o grau máximo de aproximação só é atingido quando uma teoria está completa e mostrou-se corresponder à totalidade dos fatos relacionados com sua formulação, o que é um “ideal nitidamente mais remoto e inatingível” (POPPER, 1982, p.260).
- 3) Contudo, é um “efetivo avanço ao tornar mais claro” o critério que, até então, se mostrava confuso (POPPER, 1982, p.260).

Ainda que o conceito tenha sido originalmente pensado para ser aplicado na avaliação de teorias das Ciências Naturais, Popper reforça a sua importância no âmbito das Ciências Sociais:

No fim, a ideia de verossimilhança tem relevância especial nos casos em que sabemos que precisamos trabalhar com teorias que são, na melhor das hipóteses, aproximações – isto é, teorias a respeito das quais sabemos que não podem ser verdadeiras (o que acontece muitas vezes no campo das ciências sociais). Nesses casos, podemos falar sempre de aproximações maiores ou menores da verdade –

---

<sup>87</sup> POPPER, 1999, p.303. A obra que Popper faz referência é o artigo Cálculo de Sistemas (*The Foundations of the Calculus of Systems*). O artigo faz parte da coletânea de artigos e ensaios de Tarski, publicado sob o título *Logic, Semantic, Metamathematics* (1983), Indianapolis-USA: Harckett Publishing Co.

<sup>88</sup> Ibid., p.304.

<sup>89</sup> Ibid., p.307.

portanto, não podemos interpretar esses casos num sentido instrumentalista. (POPPER, 1982, p.261).

A interpretação de Popper da Teoria Semântica da Verdade de Tarski mereceu a atenção de outros autores, como a da lógica Susan Haack (1945). Em relação ao enquadramento de que a teoria semântica é uma versão da teoria da correspondência, Haack discorda firmemente de que esse fosse o objetivo de Tarski, todavia, reconhece que a teoria semântica guarda “alguma analogia” com as teorias da correspondência<sup>90</sup>. Em relação à visão de que a teoria tarskiana possui o caráter “absoluto” ou “objetivo” de verdade, concorda com a visão de Popper<sup>91</sup>. Por fim, no tocante ao ideal regulador da “verossimilhança”, aponta para a grande dificuldade da sua exequibilidade quando duas teorias são falsas e tenta-se identificar a “menos” falsa<sup>92</sup>. Na mesma linha de raciocínio, Liston, na sua análise sobre a importância do conceito de verossimilhança para a epistemologia popperiana, e em concordância com o lógico Pavel Tichý (1936-1994), entende haver uma “insustentabilidade” do critério da verossimilhança quando aplicado na verificação de duas teorias concorrentes reconhecidas como falsas. Nesta situação, entende ser de total inutilidade buscar, a partir dos graus de falhas, qual seria a menos falsa ou, em outros termos, a que mais se aproximaria da verdade<sup>93</sup>. Na sua visão, o que deve ser buscado são as vantagens de uma teoria em relação à outra, mediante a capacidade de se aproximar significativamente de um objetivo posto, portanto, o que a justificação epistêmica busca não é a falsidade, mas o fim positivo da confiabilidade da teoria (ou seja, o de assegurar confiança na sua adoção)<sup>94</sup>.

Para esses autores, o critério da verossimilhança não é suficiente por si só, sendo necessário o seu complemento com algum critério de relevância (com base em um objetivo previamente estabelecido). Ainda assim, a situação de apontar entre teorias a que é “menos falsa”, quando estas falham em realizar o seu propósito explicativo, é uma séria objeção à aplicabilidade irrestrita do conceito de verossimilhança, mesmo que desta avaliação dependam decisões sob condições de risco.

#### 2.4. O Conhecimento Descritivo e Explicativo

Mesmo apontando na décima-tese uma questão de elevada importância para a metodologia das Ciências Sociais, sinalizada na diferença qualitativa da produção teórica quando esta é realizada sob a orientação descritiva e quando possui o foco explicativo, Popper não chegou a fazer uma análise comparativa entre o emprego das duas abordagens. Sua exposição mirou a defesa da orientação explicativa, como sendo a que melhor realiza o objetivo das ciências, ou seja, a que possui superioridade epistêmica em relação a qualquer outro direcionamento. Assim, a partir da décima-quinta tese, sua explanação volta-se para a identificação dos principais elementos que compõe a metodologia explicativa.

---

<sup>90</sup> HAACK, 2002, p.161.

<sup>91</sup> Ibid., p.163.

<sup>92</sup> Ibid., p.165.

<sup>93</sup> Cf. LIPTON, 1997, p.45, *In*: O'HEAR (org.), 1997. Observar o que o autor chama de “problema da inutilidade”.

<sup>94</sup> Ibid., p.47.

Contudo, outros autores reconheceram a relevância da questão e a ela retornaram, cotejando as duas abordagens, bem como arguindo sobre as implicações na adoção de uma ou de outra. Moser, Mulder e Trout, na exposição sobre as origens da epistemologia contemporânea, destacam, exatamente, a contraposição entre o conhecimento explicativo e o descritivo, entretanto, reconhecem haver uma elevada interligação entre as duas abordagens:

O conhecimento explicativo é diferente do conhecimento descritivo, mas não se deve ser completamente separado dele. A explicação é um *tipo* de conhecimento descritivo, e, por isso, inclui-se na categoria geral de conhecimento propositivo. [...] Qualquer que seja a explicação, ela será transmitida por meio de um certo conjunto de informações *dispostas* em afirmações descritivas acerca da situação. Portanto, o conhecimento explicativo é um tipo particular de conhecimento descritivo. Nem todo conhecimento descritivo é explicativo, mas todo conhecimento explicativo é formado por afirmações descritivas. (MOSER; MULDER; TROUT, 2011, p.190-1, itálicos do autor)

Assim, podemos considerar que o argumento explicativo é formado pela articulação de sentenças descritivas, mas sentenças descritivas dispostas de uma maneira específica, de modo a cumprirem os requisitos metodológicos da explicação. Cabe, então, identificar onde reside o fator que diferencia as duas situações e, notadamente, quando o objetivo explicativo está sendo realizado. Vale mencionar que os autores ressaltam que uma explicação é sempre uma proposição conjectural (potencial) para expor um conhecimento, portanto, pode revelar-se errada ou insatisfatória no cumprimento da sua finalidade<sup>95</sup>.

Um aspecto de máxima relevância na discussão epistemológica, sobre as diferenças entre explicação e descrição, é observado por Sayer e diz respeito à facilidade com que se pode confundir uma com a outra. O autor argumenta que uma descrição, para sua inteligibilidade, realiza a narração em ordem cronológica dos fatos, o que transmite uma aparente relação de dependência entre eles<sup>96</sup>. O ordenamento sequencial das ocorrências pode ser “facilmente” tomado pelo funcionamento de uma determinada situação, por apresentar o encadeamento das ocorrências e dos movimentos. Destaca que a descrição cronológica é particularmente confundível com a explicação quando está voltada para a apresentação de eventos históricos. Um outro ponto que chama a atenção é que a tradição textual de apresentação dos trabalhos científicos, reforça a importância da relação entre exposição e a utilização de um vocabulário rico<sup>97</sup>. Desta forma, o uso de um estilo retórico, transmitindo força persuasiva pela forma do discurso (e não necessariamente pelo seu conteúdo), pode mostrar-se mais eficaz do que o valor lógico dos argumentos. A abordagem descritiva propicia uma maior flexibilidade no manuseio de múltiplas teorias e, em relação a este aspecto, o autor chama a atenção para a discussão conceitual envolvendo as abordagens do “*thin*” e “*thick description*”, as quais traduzimos pelas ideias de “descrição reduzida” e “descrição abrangente”:

A análise enfatiza a virtude de explicar “muito com pouco” e de reduzir a necessidade de apelar para um grande número de fatos, enquanto que os partidários da abordagem descritiva menosprezam essas características como sendo uma

<sup>95</sup> MOSER; MULDER; TROUT, 2011, p.191.

<sup>96</sup> SAYER, 2003, p.259.

<sup>97</sup> Ibid., p.260.

“descrição reduzida” e fazem a promoção da “descrição abrangente”. (SAYER, 2003, p.262, tradução nossa).

Percebe-se que o que está em jogo é a dificuldade de produzir efetivas generalizações, capazes de contemplar unificadamente a ocorrência de classes de eventos, ou um conjunto de situações no plano das Ciências Sociais. Na visão dos defensores da abordagem descritiva, em especial os partidários da descrição abrangente, a diversidade e variações observadas nos fenômenos sociais criam sérias dificuldades para realização de genuínas generalizações. Consequentemente, o que deve ser visado são descrições detalhadas dos fenômenos, enfatizando os aspectos singulares de cada um deles.

Ao avaliar ambas as abordagens, Risjord observa que o conceito da descrição abrangente foi primeiramente formulado pelo filósofo Gilbert Ryle (1909-1976), contudo, nas Ciências Sociais, foram os trabalhos do antropólogo Clifford Geertz (1926-2006), com os seus estudos comparativos entre culturas e sistemas de valores (antropologia simbólica), que deram notoriedade à abordagem<sup>98</sup>. De acordo com Geertz, o objetivo da etnologia seria um processo de “tradução” (e não de exposição) dos aspectos culturais, com destaque para as ações orientadas por valores morais, tornando estas compreensíveis para pessoas que não compartilham o mesmo ambiente cultural. Dessa forma, o estudo das características culturais seria comparável ao processo da tradução de poemas ou dos relatos mitológicos de uma cultura para uma outra.

O autor observa que a diferença entre as abordagens da descrição reduzida e abrangente é uma questão de grau e não de natureza<sup>99</sup>. Descrever a ação ou evento social, de acordo com a abordagem da descrição abrangente, envolve a interdependência de uma série de planos temáticos, a começar pela relação entre valores morais e a ação coletiva, onde os indivíduos compartilham normas e hábitos sociais. A descrição abrangente busca captar aquilo que os membros de uma comunidade possuem em comum, ou seja, a sua cultura. O foco nos aspectos culturais de uma comunidade, povo ou sociedade, exalta o objetivo “interpretativista” das Ciências Sociais, e a abordagem da descrição abrangente seria o melhor direcionamento para realizar este objetivo. Concordando com Popper, Risjord discorda da efetiva neutralidade metodológica exaltada pelos defensores da abordagem descritiva, e conclui que estas não resultam em uma interpretação imparcial, visto que, inevitavelmente, produzem um “ato político” (RISJORD, 2014, p.47). Portanto, há sempre um grau de juízo de valor envolvido na perspectiva “descritivista”.

Sobre o enquadramento metodológico da abordagem da descrição abrangente, o autor destaca sua inserção dentro da corrente mais ampla, representada pela escola hermenêutica das práticas sociais. Para o autor, o objetivo desta escola é a descrição pormenorizada dos elementos formativos da cultura e sua influência para identificação de sentidos e significados dos processos sociais. A abordagem interpretativa tem por desafio integrar diferentes elementos em um sistema compreensivo coerente:

Interpretativismo acarreta em muitas consequências problemáticas tanto para filósofos quanto para cientistas sociais. As descrições abrangentes são generalizações a respeito de grupos sociais e algumas dessas generalizações sobre

---

<sup>98</sup> RISJORD, 2014, p.46.

<sup>99</sup> Ibid., p.47.

“a” cultura mostram-se problemáticas. Há uma forte tendência nas ciências sociais interpretativas de compreender crenças, valores, significados, normas e ação de grupos como um único sistema coerente. [...] Através da apresentação de uma narrativa unificada sobre “a” cultura, a interpretação não só molda a realidade social, como eleva essa visão a uma posição entre as estruturas de poder da sociedade. (RISJORD, 2014, p.47-8, tradução nossa).

Por sua vez, Ferreira, na sua avaliação sobre os desdobramentos da “sociologia hermenêutica” (objetivos, método e perspectivas), faz críticas importantes sobre os seus resultados. Inicialmente aponta que a ideia de aplicar os princípios hermenêuticos ao campo sociológico decorre do debate instalado ao final dos anos sessenta, trazido à baila mais por filósofos do que por cientistas sociais, e que tal debate entrou para a tradição das questões filosóficas como o dilema entre “explicar e compreender”<sup>100</sup>. Sob a influência do pensamento de figuras proeminentes como Theodor Adorno, Jürgen Habermas, Charles Taylor (1931) e Michel Foucault (1926-1984), a sociologia hermenêutica, ao final dos anos setenta, havia se tornado a principal corrente de pensamento nesse ramo das ciências. Entretanto, em virtude das contingências e circularidades demonstradas pelo método descritivo-interpretativo, filósofos como Mario Bunge (1919-2020) e Hans Albert, juntamente com o sociólogo Raymond Boudon (1934-2013) passaram a questionar a efetiva contribuição dessa abordagem para o corpo teórico da sociologia<sup>101</sup>. Ressalta que as abordagens interpretativas e explicativas são estratégias epistêmicas com objetivos diferentes, tecendo a seguinte crítica sobre a contribuição cognitiva da primeira:

Certamente existem inúmeras questões relativas à realidade social que, para serem respondidas, a sociologia precisaria recorrer à interpretação dos significados. Contudo, uma coisa é assumir que o significado faz parte da realidade social, e outra, bem diferente, é defender que a inteligibilidade da realidade social está condenada a se basear na descoberta de significados atribuídos às práticas sociais. (FERREIRA, 2008, p.138).

Já Sayer observa que os defensores do paradigma explicativo para as Ciências Sociais criticam a abordagem descritiva por falhar na problematização dos fenômenos sociais, ao considerarem os eventos como ocorrências únicas, onde o relato pormenorizado seria suficiente para os requisitos do esclarecimento. Já os apoiadores do paradigma descritivo, criticam a supervalorização da explicação, entendendo que esta incorre no problema do “reducionismo epistêmico”, ou seja, de fracassar exatamente na tentativa cumprir o seu objetivo de esclarecer “muito com pouco” (SAYER, 2003, p.262).

Os autores convergem sobre o principal aspecto a diferenciar a lógica descritiva da explicativa, que é o tipo de pergunta que essas abordagens visam responder. Conforme observa Little, a explicação, essencialmente, tem por finalidade responder à pergunta “por que” algo é assim, e o “como” (“*how possible*”), é parte integrante do argumento explicativo, ainda que as respostas estas perguntas possuam conteúdos distintos, todavia, interligados<sup>102</sup>. Por sua vez, Moser, Mulder e Trout argumentam que a descrição tem a finalidade de comunicar que algo é assim e, no relato de uma determinada situação, expor o “como” está

---

<sup>100</sup> FERREIRA, 2008, p.137.

<sup>101</sup> Ibid., p.138.

<sup>102</sup> LITTLE, 1991, p.4.

irremediavelmente envolvido para possibilitar a inteligibilidade do acontecimento<sup>103</sup>. Se a exposição dos motivos que levam à ocorrência de um evento é o conteúdo característico do argumento explicativo, a apresentação de uma situação em termos do seu funcionamento (descrição funcional) pode atender a um nível pragmático de explicação, sem necessariamente adentrar nas razões da sua ocorrência. Um exemplo estrito dessa situação são os manuais de funcionamento dos equipamentos, que descrevem a operação em termos de funções e comandos, entretanto, não apresentam os motivos de operarem de uma determinada maneira.

A partir da décima-quinza tese, Popper adentra resolutamente no tema da explicação, iniciando a exposição dos elementos constitutivos desta abordagem. O primeiro conceito destacado pelo autor é o da lógica dedutiva como processo inferencial paradigmático na formatação do argumento explicativo. A explicação seria eminentemente construída por meio da utilização de sistemas dedutivos para elucidar as ocorrências. Popper reforça o caráter conjectural-hipotético deste processo, o que, por sua vez, requisita práticas de verificação (testabilidade) para aferir a validade de uma explicação. Testar uma teoria explicativa é buscar a sua validade através do argumento falseador, ou seja, identificar os casos em que esta falha ou demonstra conter lapsos. Caso os testes não exponham o valor negativo da falha, estes, conseqüentemente, corroboram a validade da explicação. Por sua vez, essa permanece válida até que (eventualmente) surjam novos testes que venham a expor vulnerabilidades ainda não percebidas. O princípio do falseacionismo fundamenta-se na assimetria entre o valor lógico da refutação (superior) ao da confirmação (inferior). Ainda que Popper discordasse desse entendimento, como veremos à frente, o sentido final do falseacionismo se equipara ao da justificação epistêmica, pelo menos, em uma de suas formas. De um ponto de vista lógico, o elemento central do processo analítico é a dedutibilidade das conseqüências a partir da formação das condições de ocorrência, representado pela estrutura lógica do “se - então”:

A lógica dedutiva é a teoria da validade das deduções lógicas ou da relação de *conseqüência* lógica. Uma condição necessária e decisiva para a validade de uma conseqüência lógica é a seguinte: se as premissas de uma dedução válida são *verdadeiras*, então a conclusão deve também ser *verdadeira*. (POPPER, 1978, p.26, itálicos do autor).

Falando ainda em termos das ciências no geral, o autor aponta a inferência dedutiva, quando corretamente aplicada, “transmite” a verdade das premissas para as conclusões. Em conseqüência, caso uma conclusão mostre-se falsa, não é possível que todas as premissas envolvidas na dedução sejam verdadeiras. A verificação das conseqüências de uma teoria exerce, portanto, a conexão entre “a ideia de verdade e a ideia de explicação” (POPPER, 1978, p.27).

É na vigésima-tese, contudo, que o percurso expositivo sobre a teoria da explicação alcança o seu ponto fundamental. Nessa tese o autor alude ao elemento chave da teoria explicativa: a relação entre explicação e causa, ou mais especificamente, o conceito de explicação causal<sup>104</sup>.

<sup>103</sup> MOSER; MULDER; TROUT, 2011, p.193.

<sup>104</sup> POPPER, 1978, p.28.

## 2.5. A Explicação Causal

A teoria da explicação causal voltada para as questões das Ciências Sociais é o tema culminante do artigo. Essa se fundamenta na lógica dedutiva para desenvolver o argumento explicativo, inarredavelmente centrado na exposição da causa. Por sua vez, a principal característica da dedução é o seu caráter de necessidade conclusiva, derivada das condições causais. Dessa forma, a causa corresponde à formação da condição inicial da qual sucederá os movimentos dependentes (ações) que irão produzir as ocorrências logicamente conectadas. A elaboração do argumento explicativo através da inferência dedutiva apresenta uma segunda característica, que é o seu caráter de determinação, ainda que em termos do seu status epistemológico permaneça como uma conjectura promissora. A “derivabilidade” da explicação é a forma lógica de representar a ligação real e determinada entre a causa e a consequência, em outras palavras, os elementos que possibilitam a inteligibilidade dos fenômenos:

O segundo conceito que tenho utilizado e que pode requerer elucidação é ideia da explicação ou, mais precisamente, a ideia da *explicação causal*. Um problema puramente teórico – um problema de ciência pura – consiste sempre na tarefa de achar uma explicação, a explicação de um fato, ou de um fenômeno ou de uma regularidade destacada ou de uma notável exceção à regra. (Ibid., p.28, itálicos do autor).

A apresentação de Popper acompanha a exposição tornada clássica pelo filósofo Carl Gustav Hempel (1905-1997), sobre a teoria da explicação. Na sua obra de referência, Hempel identifica dois modos de construir o argumento explicativo<sup>105</sup>. O mais tradicional é a explicação formulada com base na lógica dedutiva, a qual designou como modelo Nomológico-Dedutivo (*D-N Model*). Nesta modalidade, há uma subordinação do efeito à condição determinante, a rigor, sem exceção. Essa universalidade confere o status de “lei” (*lawlike effect*) para a generalização e, no plano lógico, assiná-la o poder explicativo abrangente para toda uma classe de fenômenos identificados com o mesmo princípio determinante<sup>106</sup>. Inicialmente, classificou essas situações como “leis gerais” (*general laws*), contudo, para realçar o traço de submissão da explicação ao princípio geral, adota a nomenclatura sugerida pelo filósofo William Dray (1921-2009) de *covering law model*, em analogia ao efeito de “cobertura legal” conferido ao poder da lei<sup>107</sup>. O princípio da explicação causal é enquadrado como uma categoria do modelo D-N, onde a “causa” corresponde às “condições suficientes” para a ocorrência do evento. A lei causal é a forma conceitual derivada da inferência dedutiva, a ser aplicada sobre uma classe de fenômenos empíricos, que se comportam seguindo o princípio geral inscrito na lei<sup>108</sup>. Na sua extensa investigação sobre o tema da explicação, o autor observa que o Modelo D-N abrange outras modalidades de leis, como “leis da coexistência” e “leis da sucessão”<sup>109</sup>. Apesar das diversas variantes analisadas dentro do modelo, a principal característica do argumento explicativo é a de ser baseada em uma relação determinada na produção da consequência. Portanto, a validade das

---

<sup>105</sup> HEMPEL, 1965, p.335.

<sup>106</sup> Ibid., p.338.

<sup>107</sup> Ibid., p.345.

<sup>108</sup> Ibid., p.348.

<sup>109</sup> Ibid., p.352.

explicações pautadas no modelo D-N depende de que os fenômenos tenham um comportamento estritamente regular<sup>110</sup>.

Em virtude da equivalência lógica entre os conceitos de explicar e prever, o autor expande suas considerações sobre as modalidades de argumento explicativo para outras classes de fenômenos, que não são eminentemente uniformes e que ocorrem em variados graus de regularidade. Para tais fenômenos, o princípio da explicação estatística, baseado no comportamento probabilístico (*probabilistic character*), mostra-se mais adequada. Na exposição de Hempel, o modelo de explicação estatística (*Statistical Explanation*), ainda se divide em duas subcategorias. Na primeira, denominada dedutivo-estatístico (*D-S Model*)<sup>111</sup>, estão os fenômenos que possibilitam a previsão do seu comportamento através de um cálculo probabilístico de valor exato (*probability specified value*), como a probabilidade de se obter cara ou coroa no lançamento sucessivo de uma moeda (sempre 50% de chances para os dois resultados possíveis). Para os fenômenos com essa característica, entende haver um fundamento dedutivo sustentado por uma lei probabilística que especifica a possibilidade de resultados de forma precisa. Na segunda, encontram-se os fenômenos com frequências variáveis, que por meio de experimentos repetidos (*repeatable process*), obtêm um conjunto de resultados possíveis, contudo, apresentam distribuições não uniformes (uns mais frequentes do que outros). Denomina esse modelo de indutivo-estatístico (*I-S Model*)<sup>112</sup>, no qual baseia-se um modo de investigação bastante empregado em diversos ramos das ciências empíricas. Nesse modelo, os fenômenos são classificados em intervalos de variações maiores ou menores (*narrow or wide*), não sendo possível estabelecer um valor probabilístico específico para o fenômeno (mas apenas uma amplitude de frequência). Mais uma vez, o autor observa que a questão essencial reside no grau de uniformidade (*general uniformity*) observado no comportamento do fenômeno e, conseqüentemente, a análise lógica decorrerá deste aspecto para o desenvolvimento da explicação<sup>113</sup>. Todo o conjunto de situações analisadas formam um quadro metodológico abrangente, contudo, mantém-se conectado com o princípio de que a forma lógica da inferência deve ser compatível (*adjusted*) à maneira de como o fenômeno se comporta. Em resumo, reafirma a inflexão realista na qual o conceito de explicação está baseado.

No artigo A Lógica da Ciências Sociais, a argumentação de Popper se restringe à modalidade da explicação causal, destacando o seu elevado valor epistêmico ao prover eficientes critérios de testabilidade, previsibilidade e comparabilidade entre teorias. Em favor do autor, observa-se uma abrangente literatura<sup>114</sup>, que reconhece a proeminência da explicação causal e a sua condição de única resposta à pergunta “por que”. Outras perguntas (“como” ou ainda “com qual finalidade”), possibilitam estratégias alternativas de explicação, entretanto, a pergunta “por que” invariavelmente coloca a explicação causal como a resposta pertinente. É em função do balanceamento entre adequabilidade e as dificuldades de

---

<sup>110</sup> Ibid., p.361.

<sup>111</sup> Ibid., p.381.

<sup>112</sup> Ibid., p.386.

<sup>113</sup> Ibid., p.391.

<sup>114</sup> À guisa de exemplos, citamos quatro autores de destaque na temática da Teoria da Explicação: Wesley C. Salmon com as obras *Four Decades of Scientific Explanation* (1989) e *Causality and Explanation* (1997); Alan Garfinkel autor de *Forms of Explanation* (1981); Peter Lipton autor de *Inference of the Best Explanation* (1991); David-Hillel Ruben autor de *Explaining Explanation* (1993).

aplicação da inferência dedutiva, frente às características dos fenômenos sociais, que o debate sobre o desenvolvimento do argumento explicativo transcorre.

A ideia de explicação causal coloca para a filosofia duas questões conceituais: uma de ordem metafísica e outra epistemológica. O posicionamento mais significativo de Popper sobre essa distinção encontra-se na *Lógica da Pesquisa Científica*. Na sua principal obra, o autor argumenta em favor da necessidade de se fazer a diferenciação entre a ideia de um “princípio da causalidade” (ou “princípio de causação universal”) e o conceito de “explicação causal”<sup>115</sup>. Em relação a primeira, entende ser decorrência da concepção de que o mundo é constituído por regularidades universais, portanto, as mudanças e transformações da natureza seriam regidas por princípios determinados, cabendo à investigação científica deslindar seus processos. Avalia que tal tese é de natureza ontológica, não sendo possível a aplicação de testes de verificação, conseqüentemente, não está sujeita ao falseamento dos seus preceitos (princípio da demarcação). Por outro lado, a explicação causal é a abordagem referencial para se conhecer um fenômeno. Dessa forma, o ato de conhecer o processo gerador dos fenômenos se assenta na tarefa de identificar as condições que determinam a sua ocorrência, juntamente com a capacidade de antecipar as suas conseqüências. Em resumo, o princípio da causalidade é uma tese metafísica, inscrita na discussão mais abrangente sobre a forma estrutural de como o universo se apresenta, notadamente, a existência de um fundamento determinístico imanente na produção de todos fenômenos. Já a explicação causal, possui um horizonte bem mais comedido, tratando-se de um procedimento epistêmico.

Em *A Lógica das Ciências Sociais*, Popper não chega a mencionar explicitamente o termo “lei de ocorrência” (“*covering law model*”), como a forma normativa da inferência dedutiva, na maneira de como Hempel a conceitua, entretanto, ela está lá, no conteúdo da décima-sétima tese:

Podemos dizer: se todas as premissas são verdadeiras e a dedução é válida, então a conclusão deve também ser verdadeira; e se, conseqüentemente, a conclusão é falsa em uma dedução válida, então, não é possível que todas as premissas sejam verdadeiras. Este resultado trivial, porém, decisivamente importante pode também ser expresso da seguinte maneira: a lógica dedutiva é não só a teoria da *transmissão da verdade* das premissas à conclusão, mas é, também, ao mesmo tempo, a teoria da *retransmissão da falsidade* da conclusão até, ao menos, uma das premissas. (Ibid., p.26, itálicos do autor).

O que Popper expõe é o conceito de causalidade na sua acepção mais estrita, da lei de ocorrência, já incluindo o argumento contrafactual. Se o autor fosse apresentar a lógica dedutiva na perspectiva da lei de ocorrência, então teria dito: quando as condições para ocorrência do evento X são formadas, então X ocorre, entretanto, se X não ocorrer, ou ocorrer Y, então essas condições não são as causas suficientes para que o evento X ocorra, ou são suficientes apenas para que o evento Y ocorra. A lei de ocorrência como o objetivo da investigação científica é francamente bem-sucedida em diversos campos das Ciências Naturais, como exemplo, nas muitas leis físicas e químicas amplamente corroboradas. A regularidade da natureza provê as condições necessárias e suficientes para que muitas leis possam ser obtidas com alto grau de satisfação. De outro lado, no campo social, as regularidades situacionais são substancialmente menores, tornando a apresentação da causa

---

<sup>115</sup> POPPER, 2013, p.54.

deduzida da condição de “leis sociais” inconsistente. Quando da elaboração do artigo A Lógica das Ciências Sociais, Popper se mantém firme na defesa da abordagem explicativa fundamentada no binômio da lógica dedutiva e da lei de ocorrência, como o estatuto epistêmico da cientificidade.

Foi a insatisfação com a efetividade da explicação produzida pela aplicação da inferência dedutiva, baseada na lei de ocorrência sobre situações que apresentam graus de variabilidade, que levou ao desenvolvimento de outras modalidades de construção do argumento explicativo. Entretanto, muitas situações sociais apresentam uma sistematização de ocorrências, bem como uma nítida funcionalidade estrutural, não se configurando em casos eminentemente estatísticos (*repeatable process*), como caracterizados por Hempel. A investigação estatística concentra-se na identificação de correlações e no apelo quantitativo das regularidades. O conceito de explicação irá requerer teorias que apontem origens e a forma relacional dos elementos envolvidos no processo de ocorrência. Por exemplo, a explicação do rompimento de uma corda pela ação de colocar um peso superior à sua capacidade de resistência é obtida fazendo o uso da lei do equilíbrio de forças (dinâmica newtoniana) associada aos (diferentes) graus de resistência dos materiais (densidade e coeficiente de elasticidade). Já o poder do guarda de trânsito de paralisar o fluxo de veículos em um avenida de circulação não é explicado pelo potencial físico do guarda, mas por um grande conjunto de fatores combinados, como a autoridade conferida pela instituição governamental, o condicionamento dos motoristas de veículos moldados pelo acordo social por detrás das regras de trânsito, a lógica do princípio organizativo para que o trânsito possa fluir eficientemente, a atitude do policial coerente com o papel funcional o qual ele deve exercer, etc. Da mesma forma, não é esclarecedor saber o número de vezes em que o guarda conseguiu parar o trânsito e se houve casos em que não. Em resumo, quando estamos falando de um evento social, mesmo dos mais simples, sempre estará envolvido todo um conjunto de ações de diferentes atores, que são influenciados ou guiados por fatores combinados formadores de um “campo de forças”. O arranjo que esses elementos assumem, responde por um sistema causal, não linear e não conformativo com os princípios da lei de ocorrência, e nem com a pesquisa estatística.

Uma das principais alternativas para elaborar o argumento explicativo ajustada à forma estrutural de como os fenômenos sociais se apresentam, passou a ser conhecido como explicação baseada em sistemas relacionais ou mecanismos, ou apenas “explicação de mecanismos” (*mechanism-based explanantion*). Os postulados dessa abordagem são particularmente importantes em virtude da proposta metodológica de Popper para as Ciências Sociais. O autor nomeou a sua proposta de “lógica situacional” ou “análise situacional”<sup>116</sup> e, em nossa avaliação, seus fundamentos e os princípios que norteiam a explicação de mecanismos apresentam grande aproximação. Efetivamente, é nosso objetivo mostrar que a proposta de Popper antecipa os aspectos-chave que serviram de base para o desenvolvimento do conceito de explicação de mecanismos.

No artigo A Lógica das Ciências Sociais as sinalizações foram sutis, contudo, no artigo Modelos, Instrumentos e Verdade, as indicações são mais evidentes, mostrando significativa conexão com a linha de desenvolvimento teórico que resultou na formulação da abordagem de explicação de mecanismos.

---

<sup>116</sup> Cf. POPPER, 1978, p.32.

## 2.6. A Explicação dos Fenômenos Sociais

Na conclusão da vigésima-tese, Popper enfatiza a defesa da abordagem analítica como o método efetivo para alcançar o conhecimento sobre os fenômenos em geral, ou seja, fenômenos sociais incluídos. Na visão do autor, os principais aspectos constitutivos dessa abordagem são: a lógica dedutiva como forma inferencial característica, a explicação causal como finalidade do processo analítico e a verossimilhança/aproximação com a verdade como critério de avaliação de teorias.

Na sequência expressa sua posição em favor de que a sociologia possui um horizonte próprio como campo das ciências. Ele reforça essa posição distinguindo-a dos estudos de psicologia (social). Conforme seu entendimento, não seria possível reduzir os conceitos sociológicos aos psicológicos:

Portanto, a psicologia pressupõe ideias sociais, o que demonstra ser impossível explicar a sociedade exclusivamente em termos psicológicos, ou reduzi-la à psicologia. Logo, não podemos considerar a psicologia como base das ciências sociais. (POPPER, 1978, p.30).

O ambiente social em toda a sua diversidade e magnitude engloba uma série de fatores que vão muito além da subjetividade humana. Fazer essa distinção e demonstrar que os problemas sociais não são redutíveis à psicologia é um passo fundamental para que Popper possa sustentar sua proposta analítica para as Ciências Sociais. A sociologia é uma ciência autônoma e não deveria buscar o desenvolvimento de suas teorias sobre a ação social e suas consequências baseando-as nos aspectos cambiáveis da subjetividade dos agentes. A sociologia é autônoma não só no sentido de prescindir do apoio da psicologia humana, como também será melhor sucedida respaldando-se na análise lógica das situações sociais. Assim, o processo de compreensão do contexto social deve, por um lado, ser depurado das questões ligadas à constituição da interioridade humana e, por outro, apoiar-se na identificação dos elementos objetivos da ação. O cerne da proposta popperiana é exposto na vigésima-quinta tese:

Este resultado mostra que existe um *método puramente objetivo* nas ciências sociais, que bem pode ser chamado de método da compreensão *objetiva*, ou de lógica situacional. Uma ciência orientada para a compreensão objetiva ou lógica situacional pode ser desenvolvida independentemente de todas as ideias subjetivas ou psicológicas. (Ibid., p.31, itálicos do autor).

Esta é a linha mestra da sua proposta metodológica e define com grande vivacidade os referenciais a serem seguidos. Contudo, a exposição de Popper em *A Lógica das Ciências Sociais* se restringiu ao básico. A capacidade de síntese do autor foi a sua maior virtude, entretanto, concedeu um amplo campo aos seus críticos.

Um interessante contraponto sobre a apresentação de Popper foi feito por Habermas nas avaliações que fizeram parte da edição dos artigos que compõem a *Disputa do Positivismo na Sociologia Alemã*:

A tentativa popperiana de salvaguardar o racionalismo científico-lógico das consequências irracionistas de sua forçada fundamentação decisionista, a profissão racionalista de fé, em suma, feita por Popper frente a uma práxis política

cientificamente orientada, parte de uma problemática premissa que compartilha com (John) Dewey de *Quest for Certainty* e com o pragmatismo em seu conjunto: *que os homens são capazes de orientar racionalmente seu próprio destino com a ajuda de técnicas sociais*. Vamos investigar a validade dessa premissa: existe, por acaso, um contínuo de racionalidade entre a capacidade de disposição técnica sobre processos objetivados, por uma parte, e o domínio prático de processos históricos, por outra, da história que “fazemos”, sem que se pudesse fazê-la conscientemente até então? Trata-se do problema *se a administração racional do mundo coincide coma solução das questões práticas suscitadas e criadas historicamente*. (ADORNO *et al.*, 2014, p.154, itálicos do autor).

Habermas coloca sob judge não o conceito da racionalidade ou o de ação racional, mas questiona a capacidade dos homens de estarem conscientes destes princípios e de refleti-los intrinsecamente em suas ações. Como justificativa, convoca por um olhar sobre transcurso histórico da humanidade, pontuado de decisões insensatas, ações incoerentes e danosas, para dizermos o mínimo. O autor expõe uma aguda contradição. Quando observamos a formação das situações históricas e os seus desdobramentos, fica claro que a maioria das ações não foram estritamente racionais e diversos outros fatores operaram preponderantemente nas suas definições. Contudo, seríamos efetivamente capazes de exercer uma compreensão objetiva (leia-se racional) das nossas ações (sociais)? Um complexo dilema. Vale observar que em 1982, Habermas viria a publicar uma obra<sup>117</sup> com o mesmo título da apresentação de Popper, com o objetivo de aprofundar a sua avaliação em relação as duas principais posições metodológicas nas Ciências Sociais: a analítica, conferindo a Popper a condição do seu principal representante e a hermenêutica, creditando às obras do filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (1900-2002) sua mais importante referência<sup>118</sup>.

O movimento de Habermas segue na linha de que antes de iniciarmos o processo analítico há uma hermenêutica essencial, que são as condições de possibilidade para sua realização e, tais condições, não são de ordem lógica. Ainda que não dita de maneira direta, a posição cultivada por Popper possui um caráter dogmático e ingênuo na visão de Habermas. Não obstante as muitas divergências, este externa o seu reconhecimento do empenho de Popper em salvaguardar a posição racionalista, o que não deve ter desagradado o nosso autor. Mesmo não sendo de fácil entendimento, a defesa da posição racionalista popperiana não está voltada para os resultados em si da produção científica, mas na capacidade desta de empregar as faculdades da razão para examinar, identificar problemas, levantar hipóteses, testar e criticar as suas conclusões. É o caminho que o autor defendeu para ampliação do conhecimento: aliás, o único. Entretanto, como ele mesmo observa, retornando ao conteúdo exposto na primeira e segunda teses, há um efeito “paradoxal”: na medida em que o conhecimento se amplia, este também revela que nossa ignorância é “ilimitada”.

Dessa maneira e em atenção à crítica de Habermas, devemos fazer uma importante adição aos princípios fundamentais da análise situacional que há pouco mencionamos. Além da lógica dedutiva, da explicação causal e da verossimilhança, é necessário incluir o princípio da racionalidade nos moldes popperianos formando os quatro pontos cardeais de sua abordagem analítica.

---

<sup>117</sup> Título em alemão: *Zur Logik der Sozialwissenschaften – Erweiterte Ausgabe – II. Hermeneutik*. Editado por Suhrkamp. A obra foi traduzida por Marco Casanova para a edição brasileira.

<sup>118</sup> Cf. HABERMAS, 2011, p.10.

Quando Popper faz referência às situações estudadas pelas Ciências Sociais, sua visão de sociedade parte de um ponto bastante elementar. A sociedade é formada por indivíduos que agem com certo grau de organização, que apresentam regularidades de comportamento e que buscam a realização de objetivos comuns. A análise situacional deve considerar que os indivíduos habitam um mundo físico, operando os recursos encontrados neste, e que precisam lidar com os seus obstáculos e limitações. Também deve admitir a existência de um “mundo social”, formado por instituições orientadoras, resultantes das experiências coletivas acumuladas. As instituições são elementos estruturadores necessários para conduzir as ações coletivas que tratam das questões (leia-se restrições) do mundo físico. Essas são as principais considerações expostas na última do artigo<sup>119</sup>. Devemos reconhecer que é uma visão sensivelmente simplificada do ambiente social, quase um contorno, e que deixa de mencionar muito dos seus aspectos distintivos. É importante destacar ainda que o autor reconhece que sua proposta metodológica é individualista<sup>120</sup>, ou seja, um método que privilegia a perspectiva do indivíduo-agente.

Certamente Popper era consciente de que a complexidade do ambiente social ia muito mais além do que a sua resumida exposição poderia fazer crer. Este é o resultado da cadeia de interações realizadas por uma grande diversidade de indivíduos, com múltiplas finalidades, mas que só possuem relevância quando tomadas no seu agregado, ou seja, apenas quando o resultado conjunto, constitui-se em um evento significativo dentro do contexto onde transcorrem. A configuração do problema, conforme apresentado no capítulo anterior, são as consequências involuntárias que contradizem os objetivos visados pela ação (em geral, danosos). Crises sociais são produtos de conflitos de interesses, de problemas econômicos, de eventos climáticos ou mesmo de epidemias, portanto, há uma grande diversidade de fatores causais. Transformações mais graduais, possuem forte conexão com mudanças tecnológicas que paulatinamente afetam a organização do trabalho e, em seu efeito multiplicador, atingem os mecanismos de produção de riqueza e bem-estar. É necessário fazer a distinção mínima entre os eventos singulares e os eventos sistemáticos, frutos da recorrência de determinados processos. Por exemplo, Popper destaca na vigésima-terceira tese o caráter individual-competitivo da vida social<sup>121</sup>, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade da estabilidade no convívio coletivo, o que, por sua vez, implica em graus de coesão e adesão às normas sociais. Uma situação de instabilidade econômica, que leve à redução dos postos de trabalho, acirra o fator competição e a maior disposição pela luta por recursos escassos. Dependendo da intensidade de como o fenômeno se apresenta, pode-se chegar ao nível de conflagração geral. São consequências da ativação de certos mecanismos que incorporam uma cadeia de causalidades (*causal chain*).

Um interessante exemplo de explicação baseada em mecanismo nos é dada por Little, ao discorrer sobre um tipo de movimento social registrado em muitas cidades. Trata-se do deslocamento da classe média das regiões centrais em direção aos bairros periféricos (*suburbanization phenomena*), ocasionado pela expansão/melhoria da rede de transportes<sup>122</sup>. Tal movimento é motivado pela procura de imóveis mais espaçosos em bairros com menor densidade populacional e melhor qualidade de vida. Esse movimento é seguido por empresas

---

<sup>119</sup> POPPER, 1978, p.32-3.

<sup>120</sup> Ibid, p.32.

<sup>121</sup> Ibid, p.31.

<sup>122</sup> LITTLE, 1991, p.16.

que procuram se aproximar dos locais de residência de profissionais com elevado grau de qualificação, o que culmina com a desocupação em escala considerável de imóveis nas regiões centrais e com a redução dos seus valores. A elevada vacância atrai a precariedade de ocupação, muitas vezes aproveitada por imigrantes e pessoas em condições de indigência. O autor destaca que tais seguimentos sociais não possuem a mesma capacidade de pressão política que os mais abastados e isso redundará na diminuição da atenção do poder público sobre essas regiões, o que, por fim, acarreta em áreas com elevados níveis de degradação e criminalidade. O mecanismo descrito leva em conta primeiramente as decisões individuais tomadas no contexto de um objetivo econômico (aproveitar as oportunidades imobiliárias criadas pela expansão da rede de transporte), e com a sucessão de várias ações semelhantes, se transforma em um movimento socialmente significativo. A força desse movimento inicia um processo de transformação dentro da cidade, onde o aspecto observável (a deterioração das regiões centrais), não faz a ligação direta com todas as interações relacionais que, combinadamente, produzem o resultado final. A explicação de mecanismo visa estabelecer uma forma de apresentar a conjunção entre os vários fatores relacionados que produzem um certo efeito. É a compreensão do funcionamento da cadeia causal, operada pela ação desses diferentes aspectos, que explica a consequência. Este processo é denominado de abertura da “caixa preta” (*open the black box*)<sup>123</sup>, sendo que a caixa preta é uma metáfora para fazer referência ao mecanismo formado pela interação de diversas ações individuais que formam níveis da ação coletiva. As microações não observáveis fundissem em um movimento cujas consequências são plenamente constatáveis no plano macro dos seus efeitos.

Em relação às vantagens metodológicas da explicação de mecanismo e o seu foco em expor as relações causais residentes no interior da caixa preta, Ferreira destaca como esta abordagem altera substancialmente a maneira como as análises sociológicas são formuladas e assumem formas radicalmente diferentes na sua apresentação:

Para entender a propalada superioridade cognitiva dos mecanismos utilizo a expressão *black box*, bem frequente entre estes autores. [...] Acredito que a construção da explicação sociológica a partir dos mecanismos sociais traria grandes vantagens para a sociologia e para a construção da sua cientificidade. A primeira e sem dúvida a de caráter mais premente, pelo contraponto, está na possibilidade de fazer com que se perceba facilmente o caráter ensaístico de uma parte da produção no campo da sociologia. Nada contra os ensaios. O problema é que muitos deles são vistos ou como tendo preocupação explicativa ou como poder explicativo quando efetivamente não o tem. Quando se tem como principal preocupação a exposição dos mecanismos, os textos assumem uma forma radicalmente diferente da dos ensaios. (FERREIRA, 2008, p.146-7).

Essas considerações de autores contemporâneos são indicativas da evolução teórica que a abordagem analítica sofreu a partir das discussões metodológicas iniciadas no pós-guerra. Independentemente das circunstâncias históricas nas quais a apresentação de Popper se insere, esta foi um momento marcante para o delineamento do status teórico que as Ciências Sociais iriam alcançar em épocas recentes. O autor teve o mérito de reunir numa apresentação os vários elementos que viriam a formar o núcleo da abordagem analítica. Por ser um acadêmico profundamente engajado no debate sobre a teoria do conhecimento, em especial, acerca da justificação de teorias, foi possível a Popper realizar uma síntese relevante

---

<sup>123</sup> Cf. RISJORD, 2014, p.227.

para as Ciências Sociais. Adicionalmente, contou a seu favor o fato de não ser um especialista radicado nos estudos de sociologia. Seu distanciamento o ajudou na identificação das questões metodológicas mais importantes.

Além de colocar no centro do debate os quatro pontos cardeais que formam a abordagem analítica para a construção do argumento explicativo, Popper contribuiu com outros temas importantes, como o do desenvolvimento das ciências baseado na evolução dos seus problemas, que a objetividade da atividade teórica não reside na conduta pessoal do cientista ou no cumprimento de algum roteiro de procedimentos específicos, mas na tradição crítica da comunidade científica, e que o relativismo epistêmico assume diversas e discretas maneiras de operar.

Mesmo após o término do evento promovido pela Associação Alemã de Sociologia, acreditamos que tais assuntos continuaram transitando no foco de atenção do autor. O convite para a palestra na Faculdade de Economia de Harvard foi uma segunda oportunidade para que ele aprofundasse discussões já iniciadas. Como será discorrido no próximo capítulo desta dissertação, o conteúdo desta apresentação trouxe importantes desdobramentos para a proposta analítica defendida por Popper para as Ciências Sociais.

### 3 A ANÁLISE SITUACIONAL E OS MODELOS EXPLICATIVOS

#### 3.1. A Influência das Ciências Econômicas no Pensamento Popperiano

Fugindo do agravamento da situação política na Europa em virtude da ascensão do nazismo na Alemanha e seus reflexos na vizinha Áustria, em março de 1937, Popper e sua esposa mudam-se para Nova Zelândia<sup>124</sup> e lá permanecem até 1945. No final daquele ano, com a ajuda do amigo, o economista e filósofo Friedrich Hayek (1899-1992), obtém uma posição de professor auxiliar na *London School of Economics* da Universidade de Londres<sup>125</sup>.

Em sua autobiografia, destaca o seu especial interesse pelo pensamento econômico dentro do conjunto das Ciências Sociais<sup>126</sup> e observa que, inspirado neste, procurou desenvolver sua proposta de análise situacional baseando-a na teoria da utilidade marginal ou maximização da ação utilitária. Seu objetivo era bem claro em buscar um sentido orientador para analisar as ações humanas e, a partir da lógica econômica, “torná-la aplicável às outras ciências sociais teóricas” (POPPER, 1986, p.126). O novo ambiente acadêmico torna-se uma grande influência nos trabalhos desenvolvidos por Popper, e na exposição sobre os motivos que o levaram à escolha dessa orientação, reforça o objetivo de enquadrar a ação dos agentes sob um ponto de vista racional, de modo que o resultado da análise pudesse ser submetido a um processo verificativo:

Nas formulações que *posteriormente* lhe dei, esse método consiste em construir um *modelo da situação social* que inclua especialmente a *situação institucional* em que o agente está atuando, de modo a explicar a racionalidade (o caráter zero) de sua ação. Tais modelos são, nas Ciências Sociais, as hipóteses suscetíveis de comprovação e os modelos que sejam “singulares”, mais especificamente, correspondem às hipóteses singulares da História (hipóteses em princípio comprováveis). (POPPER, 1986, p.126, *itálicos do autor*).

Em 1949, menciona que foi nomeado professor da cadeira de Lógica e Método Científico nessa mesma instituição<sup>127</sup>. A proximidade com os temas metodológicos, formados pela tríade do princípio da escolha racional, baseado na lógica econômica, mais a utilização da abordagem explicativa para compreensão dos fenômenos sociais e a orientação para que as teorias sociais fossem elaboradas de uma maneira testável, resumem, com propriedade, a gênese da proposta de análise situacional ou lógica situacional desenvolvida por Popper.

O artigo Modelos, Instrumentos e Verdade é o texto mais representativo produzido pelo autor para a compreensão da sua proposta metodológica para as Ciências Sociais. Nas linhas iniciais, Popper já sinaliza que suas opiniões sobre a metodologia das Ciências Sociais são o resultado de sua admiração pela teoria econômica, e que a sua proposta começou a ser desenvolvida “há cerca de vinte e cinco anos, tentando generalizar o método da economia teórica” (POPPER, 2009, p.247), o que coincide com a época do seu ingresso nos quadros da

---

<sup>124</sup> POPPER, 1986, p.119.

<sup>125</sup> Ibid., p.129.

<sup>126</sup> Ibid., p.129.

<sup>127</sup> Ibid., p.135.

*London School of Economics*. Adicionalmente, insere no texto uma nota explicativa onde destaca que ficou particularmente impressionado com um comentário de Hayek, que dizia considerar o estudo da economia uma lógica da escolha<sup>128</sup>. A teoria da ação, na sua acepção mais elementar, está centrada na lógica avaliativa para determinar a melhor opção de atuação e possui relação muito próxima com o que o autor denomina de “situações problemáticas”, isto é, aquelas que implicam em difíceis avaliações entre possibilidades de ação. Em termos gerais, fazer escolhas é parte intrínseca da condição humana e nossa existência é, inescapavelmente, constituída pelas constantes atividades de ponderar possibilidades, buscar as que sinalizam ter as maiores chances de sucesso e antecipar os efeitos das nossas decisões. A condição existencial é comum a todos, mas a maneira como as situações se apresentam, são amplamente variadas. Uma rede envolvendo elementos e referências se mesclam na escolha individual. A lógica da escolha econômica, uma das principais vertentes desse processo, é particularmente influenciada (ou explicada) pelo princípio da utilidade marginal. O formato deste princípio foi uma importante referência para o pensamento de Popper sobre a dinâmica social, como ele observou em sua autobiografia<sup>129</sup>.

Em linhas gerais, o princípio da utilidade marginal preconiza que os indivíduos em suas atividades cotidianas buscam a maximização do resultado de seus esforços, de modo a ampliar o grau de satisfação das necessidades e desejos, vis a vis com a maior eficiência no labor empregado. A busca pelo melhor aproveitamento de nossos esforços é um princípio universal e autoevidente, pois a nossa condição geral caracteriza-se por ser um estado de constante atividade, premida, via de regra, com menos recursos do que o desejável. Tais objetivos não possuem um mesmo grau de relevância e, para aumentar a complexidade do processo de escolha, têm a sua importância variando “dinamicamente” conforme as características de cada situação. Um ponto decisivo no direcionamento do processo de escolha/ação é a disponibilidade dos recursos (abundância ou escassez) para se alcançar a um determinado objetivo. A escolha do que priorizar, entre um conjunto de interesses a serem satisfeitos, é contrastada pelas condições de realização. O entrelaçamento entre essas duas variáveis condiciona o valor que atribuímos a certos objetivos, na comparação com outros, em um determinado momento específico. É exatamente sobre a relatividade da ideia de “valor”, bem como sua formação, em que se baseia o princípio da utilidade marginal<sup>130</sup>.

Relacionando o grau de importância ou utilidade que atribuímos à satisfação de um determinado objetivo com a disponibilidade de recursos e a quantidade de esforços para realizá-lo, o princípio da utilidade marginal serve de orientação geral para regular o sentido positivo da escolha, ou seja, aquilo que elegemos como o principal e o que colocamos numa escala inferior de interesse em um dado momento. Como possuímos uma grande lista de objetivos/interesses, pelos quais estabelecemos sua utilidade e procuramos ter a sua posse/controlar, esta busca torna-se o princípio orientador mais fundamental para pautarmos nossas ações. É “marginal” porque envolve aquilo que está acontecendo na margem do processo de sucessivas escolhas acumuladas, visto que cada unidade de um determinado bem adquirido adiciona menos satisfação (ou apresenta menos utilidade) do que aquela

---

<sup>128</sup> POPPER, 2009, p.247.

<sup>129</sup> Id., 1986, p.126.

<sup>130</sup> Uma visão ampla sobre o tema, está disponível em: < [https://en.wikipedia.org/wiki/Marginal\\_utility](https://en.wikipedia.org/wiki/Marginal_utility) >.

Acesso em 12/11/2020. Observar os comentários sobre as contribuições de Jevons, Mengers e Walras para a chamada “Revolução Marginalista”.

proporcionada pela aquisição da unidade anterior. Por exemplo: uma pessoa amante de chocolate irá valorizar muitíssimo a obtenção de uma barra, já a aquisição da segunda em relação à primeira não terá “exatamente” o mesmo valor (ligeiramente menor, ainda que “quase” imperceptível). Já a centésima barra será totalmente irrelevante e a atenção do nosso “chocólatra” estará voltada para outros objetivos (possivelmente obter doce de leite). Isto vale para todas as situações envolvendo escolha/ação. O conceito da utilidade marginal apregoa que o processo de escolha é dinâmico, variando conforme as especificidades de cada situação, entretanto, é um princípio logicamente confiável para traduzir a orientação geral utilizada pelos seres humanos para direcionar suas escolhas entre um leque de possibilidades. É necessário nos determos um pouco mais sobre esse tema e sua importância para a proposta popperiana.

De acordo com as explicações de Abbagnano<sup>131</sup>, o princípio da utilidade marginal inicia sua trajetória com a mudança do conceito de valor dos bens nos estudos das ciências econômicas. Um dos pilares da economia clássica (de Adam Smith a Marx) era a de que o valor de um bem seria resultado da quantidade de trabalho empregada para a sua produção (ou obtenção). A quantidade de esforços em produzi-lo, o seu “valor-trabalho”, determinaria o “valor de troca” deste bem em relação aos demais bens. Todavia, ao longo do desenvolvimento econômico das nações, várias situações conflituosas em relação à efetividade desse princípio foram sendo observadas, o que levou a busca de uma teoria que melhor explicasse a formação do valor dos bens. Foi em função dos trabalhos dos economistas William Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Leon Walras (1834-1910) que a “revolução marginalista” teve início, centrada na substituição da visão de que a atividade econômica tende naturalmente para uma condição de equilíbrio (entre oferta e demanda agregadas), resultado da mediação de interesses econômicos antagônicos. Baseada nesses novos referenciais, a visão introduzida por Menger sobre a definição de valor passa a ser: “a importância que nós atribuímos a determinados bens concretos ou quantidade de bens, pelo fato de sabermos que a satisfação de nossas necessidades depende da possibilidade de dispor desses bens” (ABBAGNANO, 1998, p.302). Esse entendimento propõe que a ideia de valor surge do ajustamento entre o grau de interesse na aquisição e a quantidade em oferta de produtos para satisfazê-lo, e só desta relação. A consequência desse novo entendimento é que a atividade econômica deve buscar a promoção da situação de equilíbrio entre os estados de escassez e o de excesso de oferta (tão problemático quanto o primeiro). Mesmo que a ideia marginalista já estivesse inserida no pensamento desses economistas, foi o economista Alfred Marshall (1842-1924) quem cunhou o termo “utilidade marginal” e deu contornos mais precisos de como esse conceito guia a atividade econômica: na medida que aumenta o número de frações disponíveis de uma determinada mercadoria que satisfaz uma necessidade ou desejo, o valor da última adicionada reduz-se em relação a fração anterior, fazendo com que dentro de um determinado horizonte de tempo, *ceteris paribus*, o valor de satisfação decresça (até tornar-se negativo pela superabundância de oferta). O desdobramento lógico desse princípio é o de que o trabalho (produção) não é racionalmente justificável quando o valor da última fração adicionada é menor do que o valor para ser produzida, independentemente do tamanho do esforço envolvido. Valendo a lógica da escolha guiada pela utilidade marginal, a produção deverá cessar. As teorias econômicas passariam a ser direcionadas para a determinação do ponto de equilíbrio e, principalmente, os mecanismos

---

<sup>131</sup> ABBAGNANO, 1998, p.302-4. Descreve o princípio da utilidade marginal dentro do verbete Economia Política.

de gerenciamento do comportamento do “mercado”, ou seja, a propensão da decisão individual e o seu efeito coletivo. As considerações do economista Carl Menger (austríaco como Popper e Hayek) são particularmente importantes para a proposta popperiana da análise situacional. Mesmo que conhecidos os pontos de partida e chegada da atividade econômica (da situação de desequilíbrio para a de equilíbrio), nem por isso o caminho a ser seguido pelos agentes econômicos para satisfação de suas necessidades é rigorosamente determinado. Identificando que as situações surgem em virtude da decisão de escolhas individuais sobre as alternativas possíveis (mas que afetam o conjunto das decisões a serem tomadas), Menger tece a seguinte conclusão: “o arbítrio, o erro e outras causas podem fazer (como de fato fazem) que o homem tenha a liberdade de seguir rumos diferentes, contudo, o certo é que dadas aquelas, um só é o caminho mais conveniente” (ABBAGNANO, 1998, p.303). Em resumo, é possível considerar inúmeros direcionamentos para a ação econômica, entretanto, há apenas uma escolha que possibilita o rendimento máximo entre esforço e resultado, ou, em outras palavras, a maximização da ação utilitária (expressada no senso comum pela relação “custos versus benefícios”). O objetivo da ciência econômica é, senão outro, o de antecipar qual será a melhor escolha utilitária, pois já se sabe de antemão qual é o princípio racional que deverá guiar o processo decisório dos agentes.

A reflexão de Menger faz a importante distinção entre o plano lógico e o empírico. Mesmo quando a ação econômica escolhida não seja a que corresponde à máxima utilidade, mostra-nos que o comportamento humano “procura pela escolha racional”, que pressupõe a avaliação dos fatores situacionais da ação: recursos disponíveis, graus de conhecimento, possibilidades colaborativas, estimativa de sucesso/fracasso, etc. Em resumo, a questão de identificar um princípio lógico que permita elaborar uma teoria explicativa sobre a ação individual de modo consistente, aproxima o princípio da utilidade marginal com a proposta da análise situacional desenvolvida por Popper<sup>132</sup>.

Em seu detalhado estudo sobre as aproximações e distanciamentos da análise situacional popperiana e a teoria econômica, Gorton aponta a importância do conhecimento prévio acerca do princípio da utilidade marginal para compreensão das questões metodológicas visadas por Popper em relação às Ciências Sociais:

Antes de avaliarmos a afirmação de Popper de que a análise situacional é de fato uma generalização do “método” das ciências econômicas, é necessário considerar quais são as regras mais usuais destas. Ainda que não exista um método único empregado pelos economistas, as ciências econômicas são aquelas que apresentam o maior grau de unidade metodológica entre as ciências sociais. Portanto, não é muito difícil indicar as questões centrais da disciplina. Adicionalmente, a “teoria da utilidade marginal” ou maximização da utilidade, sendo um segmento particular da teoria econômica a qual Popper aparentemente deseja emular, é um conceito bem desenvolvido e que ocupa uma posição de destaque no conjunto das teorias econômicas. Por sua vez, o conceito de maximização utilitária é a proposição central na qual se fundamenta a teoria da escolha racional (RCT – *Rational Choice Theory*). De fato, a teoria econômica é fortemente baseada na aplicação dos princípios da RCT. (GORTON, 2006, p.62, tradução nossa).

---

<sup>132</sup> Será explicado mais detidamente no Item 3.4., onde é abordado o requisito lógico do “princípio da animação” nos modelos situacionais.

Como destaca o autor, Popper aproxima sua proposta de análise situacional da teoria econômica, na qual o princípio da utilidade marginal ocupa uma posição de destaque. Observa que este princípio está inserido no contexto da RCT, uma teoria de cunho comportamental e que possui um horizonte mais amplo, ultrapassando as fronteiras dos estudos de economia. Um dos desafios da análise situacional, como proposta para o exame dos fenômenos sociais, é encontrar uma maneira eficaz de representar o contexto das ações individuais que, no agregado, formam um evento socialmente relevante. Assim, o problema fundamental passa a ser o da identificação do “princípio do movimento” que impulsiona o modelo (na terminologia de Popper, o que constitui a sua “animação”). Como veremos no próximo tópico, a RCT foi desenvolvida como um importante referencial de análise, sendo compreendida como uma “lógica da escolha” (voltando às palavras de Hayek), mas que, também, desperta fortes críticas.

### 3.2. A *Rational Choice Theory* (RCT) nas Ciências Sociais

Seguindo as considerações de Gorton<sup>133</sup> a respeito das bases da RCT, este aponta que a teoria é formada pelo princípio mínimo de que os seres humanos comportam-se de maneira intencional, pautando suas ações de acordo com uma hierarquia de objetivos, estabelecida conforme o seu grau de utilidade na percepção de cada indivíduo. Em outras palavras, não é que a ação escolhida seja racional em si mesma, mas que o processo de tomada de decisão é que é orientado por princípios racionais. Para tanto, apoia-se na lógica econômica de maximização da utilidade marginal, como fundamentação racional empregada nos processos de escolha. Em resumo, a escolha racional procura pela ação que possibilita alcançar a máxima satisfação com o menor dispêndio de esforço possível e, baseado na combinação destes dois critérios, a situação na qual a escolha está inserida é logicamente reconstruída, visando identificar a melhor estratégia de ação, juntamente com os efeitos esperados.

Para distinguir a ideia de racionalidade guiada pelo princípio da maximização utilitária (*instrumental behavior*), o autor menciona outros enfoques de condução da ação que contrastam com o princípio em questão, como a orientação pela tradição, pelos hábitos culturalmente inculcados e, notadamente, a ação guiada por normas sociais (*norm-guided behavior*)<sup>134</sup>. A RCT, por sua vez, postula que a ação é guiada apenas pelo interesse individual, mesmo quando esse interesse tem uma finalidade altruísta. O princípio da ação utilitária, ou instrumental, possui a seguinte forma: um agente decide alcançar o objetivo X, e ele acredita que a melhor maneira para alcançar X é fazer Y, então, Y será feito.

Um segundo aspecto apresentado pelo autor, é o de que a RCT é entendida por aquilo que o agente “acredita” ser a melhor escolha para alcançar um determinado fim e esta premissa já contempla o pressuposto de que as informações disponíveis para o agente são suficientes para que ele realize esta decisão. Não seria possível postular a RCT como um princípio orientador se a discussão sobre o nível de conhecimento do agente ou a quantidade

---

<sup>133</sup> GORTON, 2006, p.59-80. O autor dedica todo o Capítulo IV (*Situational Analysis and Economic Theory*) para expor as relações entre a proposta popperiana da análise situacional e a teoria econômica, em especial, a relação com a RCT.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p.62.

de informações disponíveis sobre a situação, exercessem um papel superior no processo de definição da melhor ação a ser empreendida<sup>135</sup>.

Além da maximização utilitária e da crença na suficiência do conhecimento por parte do agente, mais dois outros princípios são fundamentais na definição da RCT. O primeiro é que os agentes são capazes de hierarquizar os seus objetivos e este ordenamento é guiado pela perspectiva pessoal, ou seja, pelo grau de importância que o objetivo possui “para si”. O outro é que o processo de escolha obedece a regra da consistência transitiva. Se o objetivo A é mais importante do que B e B mais do que C, então A é mais importante do que C. Dessa forma, a RCT considera que os indivíduos são capazes de realizar comparações entre fins e possuem um comportamento logicamente consistentes na para realizar a elaboração do *ranking* dos seus objetivos<sup>136</sup>.

Assim, em termos metodológicos, temos duas abordagens ligeiramente diferentes a respeito da RCT: uma mais restrita (*thin model of rationality*) e outra mais abrangente (*thick model of rationality*)<sup>137</sup>. A abordagem restrita propõe, minimamente, que os indivíduos se caracterizam por serem “agentes” e, como tais, atuam de forma intencional. Em outras palavras, realizamos ações calculadas e fazemos ponderações consistentes sobre as suas possibilidades de sucesso. Ademais, desenvolvemos uma escala de prioridades, atribuindo diferentes graus de importância para cada fim e agimos estrategicamente para alcançá-los. Já a abordagem abrangente, além dos princípios da restrita, assume que os indivíduos são por definição “egoístas” e colocam o seu bem-estar ou as posições de poder (controle da situação) acima de outros objetivos. Dessa forma, o que distingue as duas abordagens é que a primeira admite apenas que os indivíduos agem intencionalmente buscando a concretização de objetivos definidos com base no interesse pessoal, ao passo que a outra, avança para a posição de que damos primazia para determinados fins em comparação com outros.

Como explica o autor, a adoção do princípio egoísta é uma demanda vinda dos estudos de economia<sup>138</sup>, os quais enfatizam que se este não for adotado, a RCT perde sua capacidade explicativa e tornar-se uma proposição trivial e tautológica (do tipo “as pessoas agem de acordo com os seus desejos ...”). Por conseguinte, baseado nesse ponto de vista, certos fins, como bem-estar, riqueza material, segurança pessoal e ascensão profissional são postulados como finalidades principais.

É exatamente sobre esse aspecto onde residem as divergências mais enfáticas em relação à RCT. Para tanto, citamos os autores Little<sup>139</sup> e Risjord<sup>140</sup>, que reproduzem a crítica habitual liderada pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen (1933), prêmio Nobel de Economia em 1988. Argumenta Sen que, em muitas situações, é observado que os seres humanos não se guiam por interesses utilitários e decidem de forma contrária as suas inclinações pessoais. Pesquisas empíricas mostrariam que acima dos nossos interesses individuais levamos em consideração outras finalidades, que partem de nossos familiares ou de outros grupos de pertencimento. Nesses casos, as relações de compromisso (*commitments*)

---

<sup>135</sup> Ibid., p.63.

<sup>136</sup> Ibid., p.63

<sup>137</sup> Ibid., p.64.

<sup>138</sup> Ibid., p.65.

<sup>139</sup> LITTLE, 1991, p. 62.

<sup>140</sup> RISJORD, 2014, p. 108.

têm uma capacidade de conduzir nossas decisões maior do que o interesse por benefícios pessoais. Dessa forma, a RCT é implausível e falha em seu poder explicativo. Sen advoga em favor do poder que a interatividade exerce na constituição do nosso processo decisório e ilustra esta proposição através de uma alegoria na qual descreve a situação de decisão entre dois garotos diante da possibilidade de escolher entre duas maçãs, uma grande e outra pequena. O garoto A, primeiramente, pergunta ao B qual a maçã que ele escolheria e B responde pela maior. Diante do desapontamento de A, o garoto B argumenta que ele foi apenas racional em sua escolha e que não há por que o garoto A reclamar do seu “egoísmo”. O aspecto que Sen realça, é que A, primeiramente, “pergunta” a B e que isso, por si só, já reflete um gesto não utilitário, o que indica a importância dos referenciais de convivência entre os humanos, ou seja, situações que fazem parte da própria ideia de vida comunitária e da origem da sociedade. Por sua vez, a contrarresposta dos partidários da RCT é: o valor altruísta demonstrado pelo garoto A ao ser cortês com B é mais uma confirmação da validade do princípio da racionalidade firmado na ação de acordo com uma escala de objetivos do agente. Um outro exemplo que costuma ser oferecido, é a situação extrema (mas muitas vezes registrada) de proteção, como a do soldado que salta sobre a granada para defender o seu pelotão. A resposta dos partidários da RCT é que esta ação não corresponde a nenhum ato heroico (ainda que usualmente seja assim compreendida), mas é extremamente consistente com a lógica do treinamento militar, onde para vencer um conflito é necessário impingir ao inimigo o maior dano possível, ao mesmo tempo em que se deve buscar a proteção do dano que o inimigo pode causar ao seu lado, mesmo que na realização destes dois objetivos esteja implicado a perda da sua própria vida.

Já na sua análise sobre a RCT, Risjord<sup>141</sup> acrescenta que a racionalidade instrumental é um conjunto de definições e orientações para construir modelos representacionais dos variados fenômenos sociais, contudo, este processo trata-se de uma dramática super-simplificação<sup>142</sup>. O autor argumenta que a ação é o que é efetivamente observado e que a intenção pode apenas ser inferida, permanecendo os verdadeiros fatores motivacionais restritos à subjetividade do agente. Adicionalmente, não podemos afastar a possibilidade de que esses sejam inconscientes ao agente, portanto, o processo analítico, invariavelmente, possui inegáveis limites. Para o autor, a RCT delinea-se pela interação de três princípios: a escolha orientada pela maximização da utilidade (*maximisation of the utility function*), a escolha da estratégia de ação que o indivíduo acredita ser a mais efetiva para alcançar o objetivo almejado (*efficiency and efficacy*) e um constante processo de reavaliação baseado no resultado da ação (*reevaluation*)<sup>143</sup>. Em complemento, destaca duas premissas que os teóricos da RCT fazem questão de frisar. A primeira é que a RCT (assim como a Teoria dos Jogos) não é capaz de fazer justiça à riqueza e à complexidade do quadro das motivações humanas, portanto, seu horizonte não é de ser uma proposta explicativa completa sobre o comportamento dos indivíduos<sup>144</sup>. A segunda é que a finalidade visada pela RCT é a de explicar os comportamentos humanos típicos e não o comportamento de um indivíduo em

---

<sup>141</sup> RISJORD, 2014, p. 94-113. Como se trata de um estudo a respeito da decisão racional em situações onde a decisão individual leva (ou deve levar) em consideração a expectativa sobre comportamento de outros indivíduos, o autor expõe os princípios e usos da RCT em associação com outra importante abordagem sobre comportamento: a Teoria dos Jogos (*Game Theory*).

<sup>142</sup> Ibid., p.96.

<sup>143</sup> Ibid., p.97.

<sup>144</sup> Ibid., p.106.

particular<sup>145</sup>. Dessa maneira, a RCT constitui um arcabouço teórico para explicar as situações sociais a partir da ótica da ação individual intencional e, por meio desta perspectiva tipificada (ou generalizada), responder pela produção da ação coletiva. Um ponto que claramente comunga dos objetivos teóricos da proposta de Popper.

É exatamente sobre a gênese da ação coletiva que os destacados teóricos sociais Hans Joas (1948) e Wolfgang Knöbl (1963) avaliam as possibilidades e as deficiências da RCT<sup>146</sup>. Os autores enquadram a RCT como uma variante da abordagem neoutilitarista nas Ciências Sociais, desenvolvida a partir da década de sessenta. A questão-chave para estes é: “como é possível, para os indivíduos orientados pela utilidade, unir forças em busca de um objetivo comum em primeiro lugar” (JOAS; KNÖBL, 2017, p.129). Dessa forma, colocam em relevo a discussão sobre o funcionamento do processo social responsável pela passagem do interesse individual, preconizada pela RCT, para a constituição dos processos colaborativos capazes de construir a ação social tipificada. Portanto, para os autores, o eixo da questão é outro. Assim, surge a necessidade de explicar como o interesse individual pode ser o fator promotor de processos organizacionais e de interações coletivas, capazes de produzir ações coordenadas que promovam a realização dos interesses individuais em conjunto. Os autores destacam a dificuldade de explicar como ocorre a transformação dos interesses individuais em um contexto de atuação coletiva. Seguir pela perspectiva de explicar a ação coletiva com base no que é afirmado pela abordagem utilitarista, assevera os autores, conduz a desdobramentos paradoxais e contraintuitivos:

Os expoentes do neoutilitarismo adotam uma abordagem diferente. Eles abordam o problema da ordem de uma perspectiva muito diferente; inicialmente, ela não era central para o seu trabalho. O mais inteligente sobre o seu argumento, que toma a suposição de que todos os atores buscam utilidade como um *modelo teórico em vez de uma observação empírica*, é que ele demonstra os macroprocessos ou consequências para a sociedade como um todo, muitas vezes paradoxais ou contraintuitivos, que podem resultar. (JONAS; KNÖBL, 2017, p.129-30, itálicos dos autores).

Os autores observam que várias das correntes nas teorias sociais aceitavam, irrestritamente, a ideia de que a partir de fins comuns, o processo de organização para a execução destes objetivos individuais, todavia coincidentes, se daria “quase que automaticamente” (JOAS; KNÖBL, 2017, p.130), entretanto, destacam que trabalhos como do economista Mancur Olson (1932-1988) e do sociólogo Raymond Boudon, colocaram estes entendimentos sob forte contestação. Para Olson e Boudon a busca utilitarista do interesse individual não seria suficiente para explicar a construção da ação coletiva. Citando a argumentação de Olson, o motivo porque isso acontece é que os bens coletivos, ou os chamados bens públicos, são “disponibilizados mais ou menos independentemente da contribuição individual” (JOAS; KNÖBL, 2017, p.131). O resultado da ação coletiva enfrenta dificuldades para ser visualizado pela ótica da contribuição individual. Nos casos em que o resultado é produzido pela ação conjunta de um grande número de indivíduos, a contribuição marginal individual é tão pequena que a percepção da sua importância para o resultado total, de um ponto de vista meramente utilitário, é ínfima, o que acaba propiciando

---

<sup>145</sup> Ibid., p.107.

<sup>146</sup> JOAS; KNÖBL, 2017, p. 114 – 44. A RCT é abordada no Capítulo V, dedicado à corrente Neoutilitarista nas Ciências Sociais.

o comportamento desinteressado. Não há como deixar de observar uma certa ironia na afirmação de haver uma posição contrária entre o objetivo individual e a atuação coletiva. Esse comportamento é identificado como um “parasitismo”, pois pressupõe receber sua parte do benefício coletivo sem, contudo, engajar-se no esforço conjunto. Isto torna-se um grande fator de dificuldade para a efetivação da ação coletiva. Para exemplificar essa situação, os autores citam os casos da defesa da ecologia e da atuação sindical:

O ponto crucial em todos esses exemplos é que não sou só eu que vou pensar desta forma, todos os outros *provavelmente irão pensar assim também*. O resultado peculiar é que, embora todo mundo tenha um interesse no “ar limpo”, todos os passageiros do metrô tenham interesse em um sistema de transporte público adequadamente financiado e todos os trabalhadores tenham interesse em um sindicato forte, na medida em que todos agem apenas com a *utilidade* em mente e outros fatores não entram em jogo, esses bens coletivos nunca estarão disponíveis. (JOAS; KNÖBL, 2017, p.131, itálicos dos autores).

A argumentação do sociólogo Raymond Boudon também é destacada. Para este autor, mesmo nos grupos que possuam interesses comuns e estejam bastante conscientes disto, mas que não se estruturam para promovê-los, não irão realizar ações necessárias para alcançá-los. Sem que haja um processo organizacional, que envolva o estabelecimento de uma liderança, a divisão de tarefas e a coordenação das ações, entre outras atividades, os fins coletivos não serão perseguidos. A conclusão de Boudon é emblemática: “a lógica da ação coletiva e a lógica da ação individual são duas coisas muito diferentes” (JOAS; KNÖBL, 2017, p.130).

Em relação ao problema do parasitismo e a construção da ação coletiva, os estudos de Mancur Olson destacam que há uma diferença significativa entre a forma de agir do “grande grupo” e a do “pequeno grupo”, quanto à “força” na adesão à ação coletiva e à promoção do interesse comum<sup>147</sup>. Considerando os fatores que podem levar ao parasitismo, Olson observa que nos pequenos grupos de pressão a contribuição individual para a realização do interesse coletivo é comparativamente elevada, ao passo que quanto menor o grupo, maior será a importância da atuação individual, sendo inteiramente racional esperar que um indivíduo que comungue das finalidades do grupo, engaje-se com um esforço relativamente grande para alcançá-los, ainda que admita que outros irão “fugir” deste compromisso<sup>148</sup>. Já no caso do grande grupo, menos significativo é o valor da participação individual, o que contribui para a diluição do interesse entre os membros, reduzindo a perspectiva de que a ação coletiva efetivamente venha a ocorrer (ou a ocorrer na intensidade requerida para o sucesso da ação). Portanto, a conclusão é de que quanto maior for o grupo, maior é a redução da contribuição individual e maior a exposição aos efeitos do esmaecimento do interesse coletivo<sup>149</sup>.

A questão colocada sobre a formação da ação coletiva baseada na combinação do interesse individual, no mínimo, suscita muitas dúvidas. A conclusão que os autores citados advogam é de que a ação coletiva, em todas as suas tipificações, não pode ser reduzida a um agregado de interesses individuais regidos por um único princípio universal, ainda que bem fundamentado, como o da maximização utilitária. Mesmo quando muitas situações possam

---

<sup>147</sup> JOAS; KNÖBL, 2017, p.132.

<sup>148</sup> Ibid., p.132.

<sup>149</sup> Ibid., p.133.

ser consideradas como compatíveis com esse princípio, notadamente quando o assunto envolve a aquisição de bens, assumir a motivação utilitária como “o” princípio determinante, recebe fortes questionamentos, tanto empíricos quanto teóricos<sup>150</sup>. Os estudos históricos sobre os processos revolucionários, nos quais a ação coletiva e seus desdobramentos são dramaticamente perceptíveis, indicam que as atuações individuais foram “decisivamente moldadas” pelo interesse das “redes sociais” já existentes<sup>151</sup>. A força dessa influência, sustentada na identidade com o grupo, mostrou-se muito mais relevante para a constituição da ação coletiva (em sua capacidade aglutinadora) do que o interesse individualizado. Assim, a conclusão de Joas e Knöbl (cercada de todos os cuidados argumentativos) é bastante crítica quanto à real possibilidade explicativa da ação social a partir dos princípios preconizados pela RCT:

Temos discutido como o ramo do neoutilitarismo que pode ser rotulado de “escolha racional” ou “ação racional” difere da “teoria da troca” na medida em que o ator orientado para utilidade é aqui entendido como um conceito normativo e analítico. [...] No entanto, os teóricos aos quais nos referimos estão, naturalmente, interessados em aplicar este modelo à realidade, a fim de produzir explicações: todos estão interessados em produzir teorias empiricamente precisas da escolha e tomada de decisão. A questão, então, é a quais campos pode-se realmente aplicar, com um grau razoável de plausibilidade, o modelo de atores racionais. E aqui os limites deste modelo tornam-se evidentes muito rapidamente. (JOAS; KNÖBL, 2017, p.143).

Mesmo não fazendo referências ao quadro de dificuldades sobre a determinação do princípio de racionalidade vinculado à lógica da maximização utilitária, transposta para o plano das ações coletivas, Popper, deveria estar consciente dos argumentos contrários à sua adoção. É difícil apontar se esses contra-argumentos foram o fator motivador, mas o autor “contornou” as diversas intempéries que envolvem a ideia de racionalidade nas situações sociais por meio de uma visão bastante maleável impressa no princípio de que “os agentes envolvidos agem *adequada* ou *apropriadamente* – ou seja, em consonância com a situação” (POPPER, 2009, p.271). Dessa forma, o conceito da ação racional ganha muita elasticidade, tornando-se ao mesmo tempo abrangente e generalizável, todavia, significativamente abstrato. Com perspicácia, Gorton observa que, diferentemente da limitação imposta pelos postulados da RCT para explicar fenômenos sociais, a concepção de Popper de racionalidade parece englobar normas, tradições, valores e outros aspectos estruturais para além da lógica instrumental-utilitária<sup>152</sup>. Tal constatação, incide diretamente sobre a possibilidade de formular um princípio geral para a ação e implementá-lo nos modelos teóricos sobre os fenômenos sociais.

Não é nosso objetivo adentrar por um território tão espinhoso, contudo, vale lembrar que as ações em economia são derivadas de duas, e apenas duas ações básicas: comprar e vender (que substituíram a fase do escambo). E as ações derivadas, também, não são muitas: produzir, ofertar, consumir, poupar, emprestar e investir. Se o quadro das considerações que

<sup>150</sup> O trabalho mais relevante de Mancur Olson, um clássico sobre o tema, tem o título original: *The Logic of Collective Action*, com primeira edição em 1965 e revisado para a edição de 1971. Foi editado no Brasil em 1999 pela Edusp com o título: *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p.137

<sup>152</sup> GORTON, 2006, p. 66

envolvem a variação do valor dos bens no tempo é complexo (e, geralmente, muito complexo dado a diversidade das estruturas econômicas), as possibilidades de decisão/ação não são muito extensas. Sorte das Ciências Econômicas. Com efeito, partindo dos princípios de economia, em particular, o da utilidade marginal, Popper se afasta da visão estrita imposta por esta abordagem e volta-se para uma apreciação flexível do princípio da racionalidade. Seu intuito é torná-lo suficientemente abrangente para servir de orientação em todas as “situações sociais”, oferecendo um guia eficiente para o enquadramento analítico. A aproximação com princípio da maximização utilitária, inicialmente referenciado nos escritos de Popper, mostra-se ao longo dos desdobramentos de suas reflexões, um efetivo afastamento. Esse movimento para tornar a sua proposta da lógica situacional aderente à multiplicidade dos fenômenos sociais não passou despercebido por Gorton:

Estas considerações sobre o princípio da racionalidade não se ajustam facilmente com as afirmações de Popper sobre a relação entre os princípios econômicos e a análise situacional. Eu quero fazer uma pausa para considerar a história do princípio da racionalidade vis a vis com a teoria econômica nos trabalhos de Popper. Parece ser o caso do princípio da racionalidade – e da análise situacional no geral - ser menos próxima da teoria econômica na medida em que Popper desenvolve o conceito ao longo dos anos, ainda que ele nunca tenha formalmente reconhecido esta mudança. (GORTON, 2006, p.66, tradução nossa).

### 3.3. Abstração e Generalização na Análise Situacional

Após as palavras de abertura do artigo Modelos, Instrumentos e Verdade, Popper inicia o seu tradicional percurso apresentando os principais conceitos que norteiam suas concepções sobre o funcionamento das ciências, elencando pontos que são comuns a todos os campos, e que aproximam, por exemplo, as Ciências Sociais das Naturais, “uma vez compreendidos adequadamente” (POPPER, 2009, p.249).

O aspecto mais realçado pelo autor é de que a atividade científica sempre começa e termina por problemas: problemas do conhecimento. Assim, em boa medida, o esforço teórico aportado neste processo concentra-se na tarefa de aprofundar a análise dos aspectos intrigantes da investigação e de conduzir esta abordagem como tentativas de solução de situações problemáticas. A formação do conhecimento é acumulativa e o seu acervo amplia com estas tentativas de solucionar problemas do conhecimento, o que envolve a redução de inexatidões, a eliminação de inconsistências ou ainda o esclarecimento de lacunas por ventura existentes. Um processo que na grande maioria das vezes resulta na identificação de novos problemas derivados do problema original. Desta forma, não é outra a conclusão do autor de que a evolução científica corresponde à evolução dos seus problemas. Tanto em termos de ampliação do escopo da investigação, quanto do seu aprofundamento teórico, ou ainda através da mudança no seu direcionamento original<sup>153</sup>.

Popper é incisivo em apontar que as situações-problema antecedem à formulação de teorias, entretanto, nunca começamos do nada e a evolução do conhecimento envolve a correção dos pressupostos que geram expectativas a respeito de suas consequências<sup>154</sup>. O

---

<sup>153</sup> POPPER, 2006, p.250.

<sup>154</sup> Ibid., p.251.

conhecimento científico procura dar a melhor sustentação para essas expectativas, entretanto, é bastante comum ter que encarar falhas neste processo. Nossas expectativas se estruturam como hipóteses explicativas que conectam dois níveis epistemológicos: o “como” e o “porque”. As hipóteses explicativas são formuladas em um arco argumentativo, que abrange a causa (na linguagem do autor, a formação das “condições iniciais” de ocorrência), o movimento produtor e as consequências projetadas. A assertividade na determinação de tais efeitos é fundamental para o status da teoria. Uma hipótese explicativa só alcança uma posição epistemológica de destaque se produzir conclusões precisas. Ao mesmo tempo, esse conteúdo consequencial determinado é que gera uma elevada exposição à refutação. Portanto, uma explicação é uma proposta generalizadora acerca de situações problemáticas que, a rigor, não é possível de ser confirmada *in totum*, entretanto, apresenta elementos claros que permitem a sua refutação objetiva, através da identificação de ocorrências que não se coadunam com as consequências esperadas. A discussão corretamente conduzida não refuta a teoria diretamente, mas concentra-se nos testes de verificação, que expõem eventuais incorreções em relação às consequências prescritas, assim sintetiza o autor<sup>155</sup>.

Como já mencionado, o objetivo das ciências é o de dar uma formulação cada vez mais precisa sobre uma situação problemática. A elevação do grau de precisão corresponde ao maior detalhamento sobre o que é esperado e sobre as características do movimento realizador. Uma constatação, mesmo que surpreendente, só instaura um processo investigativo quando não se conforma com um esquema compreensivo, que faz a conexão entre a causa e o efeito esperado. Por conseguinte, a complexidade de um problema do conhecimento é resultado do grau de incongruência entre o fato e a estrutura compreensiva existente para explicá-lo.

Todo problema do conhecimento, em sua formatação básica, apresenta o choque entre uma estrutura compreensiva de base, da qual se depreende expectativas e, uma situação da qual resultam consequências que não correspondem ao que é esperado. Quando tal contexto é observado, então, o problema emerge “deste modo característico” (POPPER, 2009, p.250). Popper destaca que não é possível identificar um marco inicial deste processo. A vida, enquanto potencialidades, recursos, limitações, restrições e reações, já surgiu problemática em si mesma, e não sendo discernível “um primeiro começo”, pois não houve um momento histórico específico, no qual se instalou o procedimento de tentar, errar, avaliar, corrigir e tentar novamente, construindo a longa trilha de descobertas que nos levou até o momento atual<sup>156</sup>.

Para uma epistemologia da conjectura, que se fundamenta em uma ontologia indeterminista, falhas e fracassos são etapas inexoráveis para se chegar a conclusões mais significativas: “as teorias evoluem com o resultado de tentativas de resolução dos problemas nas quais se baseiam” (POPPER, 2009, p.254). Esse entendimento corrobora a terceira característica fundamental do processo científico: falhas e fracassos não garantem a obtenção de soluções, ou mesmo o surgimento de melhores teorias, contudo, são inevitáveis e indispensáveis, fornecendo as informações corretivas para uma próxima investida. O conteúdo informacional produzido pelas tentativas malogradas sustentam o processo da

---

<sup>155</sup> Ibid., p.253.

<sup>156</sup> Ibid., p.250

crítica racional. Essa reflexão feita na primeira parte do artigo Modelos, Instrumentos e Verdade, expõe uma das principais chaves compreensivas do pensamento popperiano:

Em conformidade, os cientistas, nas suas discussões críticas, não atacam os argumentos que possam ser usados para estabelecer, ou mesmo, só para apoiar, a teoria em análise. Atacam a própria teoria, *enquanto solução* do problema que ela tenta resolver. Examinam e contestam as suas consequências, o seu poder explicativo, a sua consistência e a compatibilidade com outras teorias. (POPPER, 2009, p.256, itálicos do autor).

A asserção serve para que Popper inicie a exposição dos princípios “canônicos” que formam as etapas evolutivas do conhecimento a partir dos seus problemas, e que foram sumarizadas naquilo que denominou de *tetradic schema*<sup>157</sup>:

$$P_1 \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P_2$$

Onde  $P_1$  representa o problema em seu estágio inicial. Já  $TT$  é uma tentativa de solução experimental, na forma de uma teoria explicativa conjectural (*tentative theory*).  $EE$  é o exame crítico dos resultados obtidos com a aplicação da solução teórica sugerida, onde procura-se identificar quais as possíveis correções a serem implementadas para que a teoria se aproxime da solução do problema (*error elimination*). Por fim,  $P_2$  é a forma como o problema se apresenta após a adição das informações obtidas com a tentativa de solucioná-lo. O *tetradic schema* é, portanto, a maneira de retratar a sistematização da evolução do conhecimento, através da passagem de um estágio de compreensão para outro qualitativamente superior.

A qualidade e a fertilidade do trabalho científico são mensuradas pela inventividade das TTs, entretanto, é notória a ênfase epistemológica que o autor confere à atividade de  $EE$ <sup>158</sup>. Quanto à possibilidade de promover a criatividade, ou de haver maneiras que induzam à inspiração de soluções (descobertas, invenções, etc.), o autor manteve a posição externada na *Lógica da Pesquisa Científica*, onde reconhece que a epistemologia evolui no plano lógico-metodológico, correspondendo aos aprimoramentos dos programas de pesquisas, notadamente, os seus processos avaliativos. Já a possibilidade de aplicar estímulos à engenhosidade na elaboração das teorias científicas, estaria além da sistematização da lógica do conhecimento:

Todavia, a visão que tenho do assunto, valha o que valer, é a de que não existe um método lógico de conceber ideias novas ou reconstruir logicamente esse processo. Minha maneira de ver pode ser expressa na afirmativa de que toda descoberta encerra um “elemento irracional” ou “intuição criadora”, no sentido de (Henri) Bergson. (POPPER, 2013, p.31).

<sup>157</sup> Conforme explicado na nota 13, em Popper, 1999, p.348, o *tetradic schema* pode ser encarado como a sua interpretação do esquema dialético (não hegeliano) discutido pela primeira vez no ensaio “*What is Dialectic*” de 1940, que faz parte de *Conjecturas e Refutações*.

<sup>158</sup> Essa ênfase pode ser vista na própria relevância que o autor confere em seus escritos sobre os procedimentos de crítica e acerca da objetividade nas ciências. Ver, por exemplo, em POPPER, 1999, p.263-4, onde o autor trata mais detidamente sobre  $EE$ , e em 2009, p.255. Ademais, a tese do Falseacionismo, que está intimamente ligada ao nome de Popper, deve ser compreendida, essencialmente, como um método revisor de teorias, de modo a apontar falhas e identificar caminhos para as correções.

A ênfase direcionada ao processo de análise e às questões metodológicas, como a de verificação de teorias (falseamento), contrasta com a pouca consideração dada às atividades de abstração e generalização de conceitos<sup>159</sup>. É como se tais formulações ocorressem de forma automática na atividade de teorização. Observa-se esse mesmo tratamento no artigo Modelos, Instrumentos e Verdade, no qual tais questões são passadas de largo e a alusão à generalização é entendida como implícita à elaboração de teorias<sup>160</sup>. Contudo, uma apreciação mais diligente dos temas da abstração e generalização foi realizada por outros autores, que reconheceram sua importância e fizeram uma reflexão mais aprofundada sobre os seus princípios e usos, especialmente quando estão voltadas para o desenvolvimento de teorias sociais.

A palavra abstração, originada do termo grego ἀφαίρεσις ou *aphairesis*, em seu sentido original combina os atos de separar e remover partes isoladas. Já o seu emprego corrente, diz respeito à faculdade de fazer a separação mental, juntamente com a identificação das características que são comuns entre coisas diversas<sup>161</sup>. Portanto, a função abstrativa é essencial para a elaboração de conceitos, e de máxima importância para a epistemologia. O filósofo Aristóteles (384-322 A.C.) aponta que todo o processo de conhecer pode ser descrito como abstrativo, pois o conhecimento intelectual recebe as formas inteligíveis abstraindo-as das formas sensíveis nas quais estão presentes<sup>162</sup>. Na percepção dos objetos concretos, dispensasse cognitivamente as notas individualizantes e que variam entre as unidades, para concentrar-se naquilo que é invariável e que permanece em contínuo diante dos processos de transformação (geração e corrupção). Essas características invariáveis são as tidas por essenciais e só são identificadas (extraídas) por abstração. Por sua vez, são as características que podem ser generalizadas de modo a identificar grupos, classes e tipos, enfim, os universais. Do ponto de vista da atividade cognitiva, devemos observar que a abstração e generalização são processos fundamentais, ao mesmo tempo que solidários para a formação do conhecimento.

Uma apreciação mais avançada nos é dada por Ibri em relação à função generalizadora, ao posicioná-la como uma atividade constitutiva dos modos de ser da própria experiência, na qual somos capazes de combinar a coleta (identificação) dos aspectos essenciais e caracterizantes de uma dada situação, para desenvolvermos a compreensão de classes de eventos semelhantes. Dessa forma, uma faculdade inerente à condição ativa da espécie humana e peculiar na sua finalidade de traduzir em aprendizado coletivo as experiências vividas:

---

<sup>159</sup> Se os temas da teoria da explicação, da justificação, da assimetria lógica da validade (argumento negativo do falseacionismo versus a validade geral), da distinção entre os diversos tipos de conhecimento e dos critérios de verdade são uma constante nos escritos do autor, até onde nos foi possível verificar, a questão dos critérios de abstração e generalização e as relações com a produção do conhecimento (seu reconhecimento ou “ingresso” no “Mundo Três”) não recebeu de Popper apreciação mais detalhada. Nossa conclusão é que para o autor, as funções abstrativas e de generalização, equivalem ao processo de teorização e quando comenta sobre este está implicitamente envolvendo essas duas faculdades.

<sup>160</sup> POPPER, 2009, p.249. O tema da generalização recebe a seguinte abordagem: “O principal equívoco relativamente às ciências naturais está na crença de que a ciência – ou o cientista – parte da observação e da recolha de dados ou fatos ou medidas e daí prossegue para ligar e relacionar entre si, chegando assim – *de algum modo* – a generalização e teorias”. Itálico nosso.

<sup>161</sup> PETERS, 1967, p.20.

<sup>162</sup> Metafísica, 1025b1.

A Fenomenologia, por pretender a formação dos modos de ser de toda experiência ou categorias, parece não poder submeter-se a outro método que não aquele constituído, fundamentalmente, pela coleta de elementos de incidência notável e pela posterior generalização de suas características. As três faculdades requeridas podem, assim, ser resumidas como ver, atentar para e generalizar, despindo a observação de recursos especiais de cunho meditativo. (IBRI, 2015, p.25).

Em seu estudo sobre a metodologia das Ciências Sociais, Sayer<sup>163</sup> faz uma análise sobre o tema e inicia sua exposição postulando que a função abstrativa é o modo mais elementar na elaboração de conceitos, entretanto, sua aplicação é apresentada como o ponto de partida do qual prossegue-se para etapas mais complexas do processo de teorização. O autor indica que os estudos no campo das Ciências Sociais possuem os temas fundamentais da ação coletiva e da estrutura social, portanto, as implicações entre a ação e estrutura ocupam o centro dos seus debates, sendo que a execução da função abstrativa é necessária para designar o “de onde” (*from*) e o “como” (*how*), ao passo que adverte para o fato desta ser uma ferramenta “poderosa” e, ao mesmo tempo “perigosa”, devendo ser utilizada com “cuidado”, em clara recomendação pela atenção ao rigor metodológico<sup>164</sup>.

O autor mira a explicação dos motivos que levam à reprodução social, ou seja, a recorrência de um conjunto de ações sociais que, em virtude da sua repetição, tornam-se típicas e dão uma característica de estabilidade ao ambiente social. No conceito de reprodução social, a ação, o elemento dinâmico da situação, é guiada pelas especificidades da estrutura social. Assim, a ação está subordinada aos ditames da estrutura, sendo muitas vezes indistinto para os cientistas sociais fazer a abstração dos elementos entrelaçados nos fenômenos sociais. É, também, impossível recorrer ao expediente de um laboratório para realizar a separação das partes e analisá-las isoladamente. Dessa forma, um conjunto de elementos da estrutura, como valores culturais, normas de convívio e características sociais, são propostos com força dirigente para conduzir a ação dos indivíduos de modo a sustentar a reprodução de práticas sociais. A atividade teórica busca expor conceitual a maneira como atuam “combinadamente” tais fatores para produzirem um resultado específico. Além de identificar a influência dos elementos que não são constatáveis *prima facie*, é necessário posicioná-los dentro do modelo situacional, avaliando o poder de influência de cada um sobre a ação. Em resumo, o processo analítico requer, primeiramente, um elevado esforço de abstração dos elementos que não são diretamente observáveis, mas apenas inferidos. Já em uma etapa posterior, faz uso destes elementos característicos para determinar categorias típicas de fenômenos sociais. Esse processo abstrativo-generalizador é o que o autor chama por “análise estrutural” (SAYER, 1992, p.88).

A questão mais difícil desdobrada do conceito de situação social é a identificação dos tipos de relacionamentos envolvidos na ação coletiva, como os discursos, os gestos e as sinalizações, ou seja, todos os modos de exteriorização de intenções para a agregação de outros agentes à ação. Na visão do autor, são estas as principais modalidades<sup>165</sup>:

---

<sup>163</sup> SAYER, 1992, p.85-117

<sup>164</sup> Ibid., p.86.

<sup>165</sup> Ibid., p.88-9.

Formal	Substancial
Externo	Interno
Contingente	Necessário

O critério substancial diz respeito à identificação de interações para coordenação de esforços voltados para o alcance de objetivos comuns. Esforços que se fossem realizados desarticuladamente, teriam poucas chances de sucesso. Já as relações marcadas pela formalidade, indicam estarem pautadas por uma normatividade baseada em hábitos de convivência, ou seja, indicam uma recorrência procedimental destas relações. Relações familiares são pautadas pelo compartilhamento de valores no núcleo mais próximo ao indivíduo, possuem um elevado grau de influência para a conduta, enquanto que as relações de convivência entre os moradores de um bairro são marcadas pela normatividade do compartilhamento de um mesmo espaço e seguem a regularidade de rotinas definidas.

As relações internas são aquelas cuja ocorrência define os objetos. A relação marido e esposa é um exemplo tradicional de relação interna, assim como entre o locador e o inquilino. Já a relação entre o artista e o público é um exemplo de relação externa. A relação interna não deve ser confundida com uma tautologia, pois o inquilino paga o aluguel ao locador por haver uma efetiva relação contratual entre as partes. Da mesma forma, também há um aspecto contratual na constituição do casamento. Uma outra característica da relação interna é que a mudança em uma das partes, modifica a situação da outra parte, dentro da relação.

A distinção entre relações necessárias e contingentes não diz respeito ao grau de importância ou de interesse, mas de dependência e de simetria de atuação. O autor aponta que essa distinção é especialmente importante para identificar uma classe social. A relação entre membros de uma classe seria necessária e simétrica, enquanto que entre classes, contingente e assimétrica.

Além da abstração das relações entre os elementos envolvidos em uma determinada ação ou situação, o autor ressalta que a função abstrativa é particularmente importante na identificação das estruturas sociais e da peculiar função que realizam<sup>166</sup>. Observa que a ideia de estrutura social é comumente associada ao comportamento de grandes grupos sociais, como etnias ou praticantes de uma religião, entretanto, também incluem neste conceito a performance de pequenos grupos. O autor aponta que a estrutura social estabelece “posições” que demandam dos indivíduos o cumprimento de regras específicas de comportamento. Assim, é importante distinguir a figura do ocupante ao da posição em si, cuja existência é delineada pelo cumprimento de regras que definem sua identidade. A percepção da estrutura está associada à forma de recorrência da ação, quando estas são orientadas por valores e normas de conduta. Adicionalmente, deve-se buscar a identificação da figura de autoridade, que via de regra, é exercida por uma instituição social. Trata-se da função regulatória necessária para dar estabilidade ao ambiente social, por meio do apoio às ações aprovadas, juramente com a operação de mecanismos coercitivos desencorajadores das reprovadas. Certas ações só são possíveis sob o direcionamento da estrutura social e o reconhecimento de sua existência só é perceptível com a continuidade da sua reprodução, independentemente

---

<sup>166</sup> Ibid., p.92

da vontade do ator social<sup>167</sup>. Em outras palavras, a estrutura se expressa na capacidade de projetar sua força sobre a conduta de toda uma coletividade e não em relação a apenas o comportamento isolado de indivíduos.

Assim, o que seria uma utilização problemática da função abstrativa? O autor nos chama atenção para o que denomina de abstrações ruins ou desprovidas de conteúdo<sup>168</sup>. Essas seriam produzidas quando ocorre designações arbitrárias dos elementos em uma situação, sem estarem em conformidade com os critérios atinentes à abordagem analítica. Por conseguinte, quais aspectos devem ser buscados como propriedades definidoras? A resposta recai sobre as interações causais e sobre as características relacionais “significativas” entre os elementos que tomam parte na situação. Para reforçar estes princípios, o autor apresenta um exemplo de abstração ruim relacionada com a separação desarticulada de segmentos funcionais entre áreas de trabalho<sup>169</sup>.

Aprofundando a discussão sobre o tema da generalização, temos o interessante estudo realizado por Goertz<sup>170</sup>, no qual aborda o uso desta faculdade voltada para a tradicional (e sempre polêmica) questão de haver leis de ocorrência em relação aos fenômenos sociais. O autor entende que a centralidade do conceito de “lei” (*covering law model*) baseia-se no aspecto de não haver exceção para as consequências de uma determinada situação. A forma lógica realçada pelo autor é:

- Todos os A's são B's.
- O objeto é um A;
- Consequentemente, o objeto é um B.

Como exemplo, no âmbito da teoria social, esta formatação assumiria o seguinte enunciado:

- Não ocorrem guerras entre países de governo democrático.
- EUA e Canadá são democracias;
- Consequentemente, não ocorre guerra entre EUA e Canadá.

Como a regra da não exceção é virtualmente impossível de ser satisfeita, o autor apresenta um conceito alternativo para a teorização nas Ciências Sociais, que denomina de Generalização Descritiva-Causal (*Descriptive-Causal Generalization*)<sup>171</sup>. O eixo de sua argumentação baseia-se no entendimento de que as teorias sociais desenvolvem suas formulações apoiando-se em generalizações estatísticas e não em termos de relações lógicas de produção, em outras palavras, sua ênfase recai sobre a identificação de correlações, o que se traduz no apelo ao argumento quantitativo, mais do que sobre os aspectos qualitativos das ocorrências. Assim, não vê problema em equiparar uma forte correlação com o estatuto da lei de ocorrência (empiricamente confirmada) e advoga que é exatamente isso o que acontece<sup>172</sup>.

---

<sup>167</sup> Ibid., p.94.

<sup>168</sup> Ibid., p.98.

<sup>169</sup> Ibid., p.105.

<sup>170</sup> GOERTZ, 2012, p. 85-108. In: KINCAID (ed.) (2012).

<sup>171</sup> Ibid., p.86.

<sup>172</sup> Cf. Ibid., p.88.

Entretanto, destaca que o termo “lei” gera uma “tensão” problemática pela ideia de não exceção trazida das Ciências Naturais, em virtude da qual, muitos teóricos a evitam, mas que tal abordagem não ajudou a melhorar os processos de teorização nas Ciências Sociais. A passagem abaixo é representativa do seu pensamento e o aspecto comparativo entre os ramos das ciências aludido pelo autor é bastante relevante:

O tópico da generalização causal e ocorrência de regularidades não têm recebido muita atenção, sistemática ou não, dos cientistas sociais. [...] Isto pode ser resultado da crença de que não há um espaço propício para produção de generalizações nas ciências sociais. Em contraste, filósofos, particularmente aqueles que se interessam em acompanhar ciências especiais como a biologia e a geologia, mostram interesses nos tópicos das regularidades e generalizações. Aqui o interesse parece se originar do fato de que muitas ciências especiais têm sido bem-sucedidas em seus objetivos, ao mesmo tempo em que não se baseiam na produção de leis de ocorrência. (GOERTZ, 2012, p. 88, tradução nossa.).

Para responder à pergunta sobre a diferença (conceitual) existente entre a generalização e a formação de leis empíricas, o autor argumenta que a primeira tipicamente mira no que é usual e não no universal, sendo que a generalização admite um certo número de exceções. Como desdobramento deste entendimento, cita que alguns teóricos recorrem à ideia de probabilidade forte (*strong probabilistic observation*) nas Ciências Sociais, em vez de se fixarem na busca da ausência de exceções, a qual conduz ao conceito de lei, válida universalmente<sup>173</sup>. Em conclusão, apresenta um conjunto de cinco critérios a serem seguidos (“minimamente”) para nortear a aplicação da abordagem da Generalização Descritiva-Causal<sup>174</sup>:

- 1) Avaliar o número de contraexemplos que possam enfraquecer a regularidade das observações.
- 2) O escopo deve ser definido em termos de tempo e local de onde é inferida a generalização, visto que estas duas dimensões influenciam fortemente variáveis decisivas sobre as características de uma situação social.
- 3) Consenso em relação ao mecanismo causal, por envolver a articulação de variáveis produtoras da ação.
- 4) Desenvolver diferentes formas de medir as variáveis condutoras do processo de generalização.
- 5) Avaliar as implicações teóricas e empíricas envolvidas na formulação da generalização.

Podemos identificar algumas convergências das posições externadas por esses autores com o pensamento de Popper, contudo, apresentaram uma melhor fundamentação para o emprego das faculdades da abstração e generalização nas Ciências Sociais. Com destaque

---

<sup>173</sup> Ibid., p.99.

<sup>174</sup> Ibid., p.103.

para a aferição das consequências teóricas identificadas a partir da formação das condições iniciais de ocorrência (essência do argumento explicativo baseado na identificação causal). Já a ideia de que a constatação de regularidades seria suficiente para apontar a origem de uma determinada situação social e, portanto, os estudos das Ciências Sociais deveriam priorizar o argumento estatístico, iria receber uma forte crítica de Popper (como efetivamente recebeu<sup>175</sup>).

#### 3.4. O Potencial Explicativo dos Modelos Representacionais

A segunda parte do artigo Modelos, Instrumentos e Verdade é direcionada ao tema da construção de modelos representacionais e o potencial explicativo que esta abordagem possibilita. Na parte inicial da exposição, Popper realiza algumas menções de caráter geral, e na sequência volta-se para determinados tipos de situações nas quais a construção de modelos seria o método mais indicado para o desenvolvimento do argumento explicativo.

Já de início, aponta um aspecto-chave na questão, quando distingue as ocorrências em duas modalidades: as singulares e as típicas<sup>176</sup>. As ocorrências singulares são restritas, possuem características ímpares, ou seja, não se enquadram no perfil de reprodutibilidade e de sistematização. Por conseguinte, realça-se o caráter de excepcionalidade deste tipo de evento. As situações típicas, por outro lado, possuem distintivamente a marca da repetição e da recorrência. É significativo o destaque que o autor confere a essa diferenciação através dos exemplos que oferece, onde as perguntas aplicadas às situações singulares começam por “quando ocorrerá” e “quando é que”, ao passo que nas situações típicas são cotejadas pela pergunta “por que é que”<sup>177</sup>. As perguntas direcionadas aos eventos singulares reforçam o caráter temporalmente determinado desses eventos, ao ocorrerem “quando”, enquanto que na maneira implícita de abordar os eventos típicos, enfatizam a ideia de sempre estarem se repetindo através da pergunta “por que”, pois já se sabe que o fenômeno continuará a se repetir e o mais importante é entender a dinâmica da sua recorrência.

Seguindo, o autor argumenta que no plano epistemológico os problemas do conhecimento oriundos das situações singulares podem ser analisados sem a necessidade de

---

<sup>175</sup> O argumento estatístico-probabilístico, no qual se fundamenta a lógica indutiva, está na raiz da polêmica ocasionada pela crítica de Popper à utilização deste princípio como base para *justificação epistêmica*. É de suma importância observar que Popper não critica a lógica indutiva como *programa de pesquisa*. Efetivamente, o autor está ciente de que as regularidades e correlações entre eventos são os principais indicativos da existência de uma relação causal (enquanto possibilidade), portanto, informações decisivas em um programa de investigação. O sentido da crítica ao indutivismo focaliza a sua utilização para validar uma teoria. A existência de correlações precisa ser explicada e, na visão do autor, o argumento explicativo não pode ser baseado na afirmação de sua regularidade. A formulação da explicação (conjectural) está fundada no emprego da *lógica dedutiva*, que na visão do autor é a única capaz de apontar corretamente a(s) causa(s) de um fenômeno, por meio da “derivabilidade” das consequências a partir da formação das condições iniciais de ocorrência (testabilidade). Em resumo, o que o autor buscou foi fazer a separação entre a maneira como os programas científicos são operados e o critério para justificar os seus resultados. Alguns textos são significativos para uma melhor compreensão da posição do autor: Capítulos I e X da *Lógica da Pesquisa Científica*; *Conhecimento Conjectural: Minha Solução do Problema da Indução* *In: Conhecimento Objetivo*; *A Distinção Entre Ciência e Metafísica: Parte 6 (Probabilidade e Indução)* *In: Conjecturas e Refutações*; *Capítulo VII de Os Dois Problemas Fundamentais da Teoria do Conhecimento*.

<sup>176</sup> POPPER, 2009, p.260.

<sup>177</sup> *Ibid.*, p.260.

construção de um modelo representacional, já os problemas das situações típicas, são resolvidos “com maior facilidade” através deste recurso (POPPER, 2009, p.261). Pela natureza da distinção, evidencia-se que as características que permitem identificar uma situação como reprodutível e tipificada é, efetivamente, o cerne da discussão. O autor expõe esse ponto de vista da seguinte maneira:

Assim, chegamos ao resultado que se segue. Por vezes, explicações e previsões do primeiro gênero – isto é, explicações ou previsões de acontecimentos singulares – operam com leis universais e condições iniciais; explicações e previsões do segundo tipo – isto é, aquelas que explicam ou preveem acontecimentos típicos – operam com modelos que representam algo semelhante às condições iniciais típicas. (POPPER, 2009, p.262).

As “condições iniciais típicas” expressam a recorrência de determinados fatores causais, ou seja, estes ao se formarem produzem efeitos que tipificam as ocorrências. Prosseguindo, volta-se ao papel exercido pelas relações entre os elementos na composição das condições iniciais:

Mas estas últimas precisam de leis universais se quisermos fazer o modelo mover-se ou trabalhar, ou como podemos dizer, se quisermos “animar” o modelo – isto é, se quisermos representar a forma como os vários elementos do modelo atuam uns sobre os outros. (Ibid, p.262).

Neste ponto, a argumentação de Popper, ainda transita por exemplos extraídos das Ciências Naturais<sup>178</sup>, contudo, ele menciona um aspecto capital na utilização de modelos, que é o de identificar a sua “animação”, resultante das interações entre os elementos constitutivos da situação. Esta é uma das premissas mais relevantes do pensamento sistêmico, em que as partes ao se movimentarem individualmente, formam um entrelaçamento e produzem o grande movimento combinado, ou seja, a dinâmica do sistema. Ainda que o autor não explane nestes termos, qualquer semelhança com a ideia de ação coletiva não é uma mera coincidência. Então, recapitulando os princípios gerais sublinhados pelo autor sobre a construção de modelos, temos:

- 1) Modelos são a abordagem recomendada para representar fenômenos que possuem um comportamento recorrente, o que a caracteriza como uma situação (social) que segue uma determinada tipificação.
- 2) Modelos incorporam nas condições iniciais o fator causal e junto com a sua animação é possível representar o movimento, inferindo os efeitos gerais que se seguirão à formação da condição de ocorrência.

---

<sup>178</sup> Ibid., p.261. O exemplo oferecido é o da Teoria das Perturbações e a validade das Leis Gravitacionais de Newton diante dessa anomalia. Popper argumenta que podemos estudar a questão das perturbações gravitacionais construindo um modelo que represente a *movimentação* da Terra e da Lua *coordenadamente* em torno do Sol. Seria um modelo “rudimentar”, de esferas de madeiras proporcionais e o Sol seria representado por uma lâmpada. O movimento precisa ser feito numa posição inclinada e não necessariamente deve descrever uma trajetória elíptica (o formato correto), ou seja, a simplificação por meio de uma trajetória circular é suficiente para reconstruir adequadamente a situação, permitindo a análise comparativa dos efeitos reais das perturbações.

- 3) A animação do modelo diz respeito à estrutura das relações entre os elementos envolvidos na situação, ou seja, as interações existentes entre estes. Portanto, modelos são voltados para representar situações dinâmicas.
- 4) Modelos, enquanto uma representação da realidade, são uma construção esquemática e levam em consideração critérios de relevância da atuação de determinados elementos sobre outros, notadamente, a identificação das principais interações dos movimentos individuais (microdinâmica) e a formação do grande movimento do modelo (macrodinâmica).

Após essas considerações, o autor adentra no contexto das Ciências Sociais, sublinhando que a construção do argumento explicativo por meio de modelos é mais relevante para estas ciências do que para as Ciências Naturais:

E quanto às ciências sociais? Eu gostaria de propor a tese de que aquilo que afirmo relativamente ao significado dos modelos nas ciências naturais se pode aplicar também aos modelos nas ciências sociais. Na realidade, os modelos são aqui ainda mais importantes, porque o método newtoniano para explicar e prever acontecimentos singulares através de leis universais e de condições especiais muito raramente se aplica às ciências sociais teóricas. Estas operam quase sempre pelo método de construir situações ou condições *típicas* – isto é, pelo método de construir modelos. (Ibid, p.265, *italico do autor*).

O autor justifica a utilização da abordagem de modelos citando as palavras de Hayek, para quem as Ciências Sociais exibem menos possibilidades explicativas “em pormenor” e mais “em princípio”, numa avaliação comparativa com o que ocorre nas Ciências Naturais (POPPER, 2009, p.265). Esse contraponto sobre a possibilidade de se obter explicações minuciosas acerca dos efeitos aduzidos dos fenômenos estudados pelas Ciências Naturais, contrasta com o tipo de explicação que pode ser obtida em relação às situações-problema das Ciências Sociais. Assim, percebe-se que no momento em que a apresentação para a faculdade de economia de Harvard foi preparada, Popper já dava indicações de estar consciente das muitas dificuldades existentes no desenvolvimento de uma abordagem explicativa genuína para esse campo das ciências. Numa comparação entre o conteúdo exposto no evento de Harvard, com os preceitos metodológicos que defendeu na abertura do congresso de 1961 da Associação Alemã de Sociologia, foram variações pequenas, não obstante, significativas.

Podemos compreender o recurso de construção de modelos representacionais dentro de uma linha evolutiva das “ferramentas heurísticas” que, em sua trajetória de desenvolvimento, remonta às abordagens kantiana de “esquema” e peirciana de “diagrama”. Aponta Ibrri, com propriedade, que a utilização de tais dispositivos visa potencializar as inferências lógicas-investigativas aplicadas em situações envolvendo múltiplas relações, as quais requerem à percepção sistêmica das suas conexões, com a finalidade de expor adequadamente sua forma de ocorrência:

Propomos refletir agora, em primeiro lugar, sobre aquele poder heurístico de nossa humana visão que, como se evidenciou, seja em Peirce, seja em Kant, apresenta-se como recurso efetivo de descoberta de relações e entendimento sistêmico de um estado de coisas contidos em um digrama. Tomemos o conceito kantiano de regra de síntese do todo do tempo, como válido para sua ideia de esquema. Se considerarmos um digrama como um ícone de relações evidenciadas à visão, ter-

se-á diante dela, a presentidade de todos aqueles predicados relacionais. (IBRI, 2020, p.157-8).

Por sua vez, a relação entre o processo de teorização e a lógica dos modelos representacionais, foi um dos principais assuntos estudados pelo filósofo neozelandês Horace Romano “Rom” Harré (1929-2019). Em seu livro, *Os Princípios do Pensamento Científico (The Principles of Scientific Thinking)*, realiza uma minuciosa e abrangente reflexão sobre esse tema, e algumas de suas conclusões tocam nas questões abordadas por Popper<sup>179</sup>. O ponto de partida de Harré é sua crítica à doutrina do dedutivismo, que entende ter muitas limitações e estreiteza de aplicação. Advoga que a característica principal de como a lógica dedutiva opera é a da coerência interna entre as relações ou, o seu coerentismo, sendo que os princípios da identidade e da não contradição são a sua expressão mais fidedigna. Ainda fazem parte de seus estatutos, a submissão da derivabilidade das conclusões a um princípio universal ou a uma condição de lei de ocorrência (*lawlike effect*). Como consequência, ao ser dependente da regularidade irrestrita da lei, o dedutivismo se mostra como um mito para muitos campos do conhecimento, na avaliação do autor<sup>180</sup>. A lógica da necessidade conclusiva, que sustenta a matematização do universo, atende com presteza ao critério da coerência entre relações, entretanto, pode muitas vezes se apresentar empiricamente irreal. É uma orientação que tende pela exacerbação na equiparação das teorias científicas a um sistema lógico demonstrável matematicamente<sup>181</sup>. Contra a formulação de teorias explicativas baseadas nessa ótica, que considera uma limitadora da produção científica, propõe outra forma que “essencialmente envolve analogias” (HARRÉ, 1970, p.4). Compreendemos as palavras do autor como uma apologia à abordagem comparativa, que confronta a teoria com a realidade, visando a descrição das estruturas de ocorrências, bem como a identificação do comportamento de variáveis juntamente com o quadro geral do sentido da mudança. Como desdobramento das dificuldades que o autor identifica na abordagem dedutivista, sua definição do que é uma teoria introduz novos e relevantes fatores:

A teoria consiste na representação da estrutura de um sistema duradouro no qual os eventos ocorrem e os fenômenos são produzidos. Para formulá-las, deve ser adicionado um conjunto de condições de ocorrência que expressam as possibilidades dos processos de mudança, guiados pela estrutura; e na medida em que conhecemos estes processos, conhecemos também sua capacidade e condição de operar estas mudanças. A identificação dessas condições podem ser ou não dedutivamente obtidas. [...] Em resumo, a teoria, comumente, consiste em um conjunto de proposições condicionais que eventualmente podem formar um sistema dedutivo, ou que podem ser formuladas como um modelo (da estrutura), visando representar as relações internas dos elementos do modelo, as (possíveis) relações com entidades de fora e o comportamento do conjunto. (HARRÉ, 1970, p.14, tradução nossa)

É uma premissa trivial afirmar que a cosmovisão adotada por um autor possui forte influência sobre maneira de como ele compreende a lógica do conhecimento. No caso de Harré, a relação entre estrutura (da realidade) e forma de funcionamento (conhecimento sobre

<sup>179</sup> Para as considerações apresentadas na presente dissertação, foram considerados apenas os dois primeiros capítulos da obra mencionada, a saber: *A Mitologia do Dedutivismo e Modelos em Teoria*. Todavia, a obra *Princípios do Pensamento Científico* é de grande envergadura e abrange muitas outras questões. Até onde nos foi possível verificar, encontra-se pouco difundida no Brasil.

<sup>180</sup> HARRÉ, 1970, p.2.

<sup>181</sup> Ibid, p.3.

os fenômenos), parece ser o principal fundamento. Em relação à teorização por meio de modelos, o autor apresenta um conjunto de premissas que regulam sua aplicação<sup>182</sup>. Destacam-se:

- 1) A definição sentencial de modelo:  $T'$  é um modelo de  $T$  ( $T$  e  $T'$  são um conjunto de sentenças), sendo que para cada  $p$  em  $T$  há um  $q$  (e, talvez, um e apenas um  $q$ ) em  $T'$ , de tal forma que se  $q$  é aceitável então  $p$  é verdadeiro, e se  $p$  é falso então  $q$  não é aceitável.
- 2) Definição de um modelo icônico:  $M$  é um modelo icônico de  $N$ , onde  $T'$  descreve  $M$  e  $T$  descreve  $N$ , portanto,  $T'$  é um modelo sentencial de  $T$ .
- 3) O uso comum da palavra “modelo”: (a) como resultado da ideia de modelagem ou moldagem; (b) com o seu significado equiparado ao de tipo; (c) na matemática, usado como modelo sentencial e, às vezes, como modelo icônico.
- 4) A construção de teorias envolve a formulação de um modelo depreendido de um mecanismo hipotético.
- 5) O mecanismo hipotético deve reproduzir os mesmos tipos de relações identificadas no fenômeno produzido por um mecanismo real. Há dois tipos de relações: causais e modais.
- 6) Há quatro tipos de hipóteses: existenciais, descritivas, causais e modais, sendo que as existenciais são as principais e as demais são decorrentes destas.

O autor observa que esses princípios fazem parte do “pensamento científico”, cuja atividade de teorização tem a finalidade de formar uma imagem (*picture*) dos mecanismos da natureza, responsáveis pela produção dos fenômenos que observamos<sup>183</sup>. Como a existência de estruturas duráveis, assim como a dinâmica de mudanças, são importantes características do modo de ser da natureza e respondem conjuntamente pela produção dos fenômenos, é grande a chance de um modelo funcional conseguir representar adequadamente os processos geradores dos acontecimentos<sup>184</sup>. Por conseguinte, teorias têm sido formuladas para solucionar um problema que constantemente desafia as ciências: “Por que é que os padrões dos fenômenos são da maneira que são?” (HARRÉ, 1970, p.35). As teorias buscam responder esta questão formulando explicações sobre a atuação dos elementos formadores dos fenômenos, em especial, os padrões de interações entre eles. Ao dar contornos mais precisos à teorização baseada em modelos representacionais, vinculada ao objetivo de elucidar o funcionamento de mecanismos reais, Harré foi pioneiro ao propor uma nova concepção de explicação, como observa Ylykoski<sup>185</sup>.

<sup>182</sup> Ibid, p.33-4. No total, o autor expõe dez argumentos ou premissas, contudo, apresentamos apenas seis por entendermos serem os que exprimem os principais pontos de sua reflexão. Os outros quatro nos pareceram apenas detalhamento de premissas já colocadas.

<sup>183</sup> Ibid, p.34.

<sup>184</sup> Ibid, p.35.

<sup>185</sup> Cf. YLIKOSKI, 2012, p. 22. In: KINCAID (ed.) (2012). Observar que entre as principais referências apontadas no histórico narrado pelo autor, o trabalho de Harré antecede ao de todos os demais. Não obstante,

Um passo adiante foi realizado por Kaidesoja<sup>186</sup>, na sua apreciação sobre a conexão entre modelos representacionais e a inferência causal. Entendendo que a identificação da causa é o ponto central em qualquer proposta explicativa, a incorporação da causalidade no processo de construção de modelos é um requisito essencial para que esta abordagem tenha sucesso em seu objetivo.

O autor inicia sua exposição apontando que a abordagem mais usual de modelos explicativos causais, no âmbito das Ciências Sociais, passou a ser confrontada com uma outra prática, cuja orientação propõe métodos estatísticos exclusivamente para essa finalidade<sup>187</sup>. Menciona ainda que a utilização da abordagem estatística para extrair inferências causais passou a dominar as discussões metodológicas nas Ciências Sociais. Com base nesta visão, podemos considerar que o eixo da discussão sobre o emprego de modelos gira em torno de duas perspectivas: uma de ordem qualitativa, baseada na estrutura de relações envolvidas na ocorrência, e outra, quantitativa, onde a identificação da causa baseia-se no número de eventos observados, portanto, a modelagem estatística tende a equiparar a regularidade de ocorrências com a causalidade. A identificação por meio da análise estatística de uma forte correlação entre eventos, evidenciaria a elevada dependência (*robust dependence*) entre estes, e tal constatação seria suficiente para afirmar a identidade causadora na sucessão entre eventos<sup>188</sup>. Para corroborar, cita o (usual) exemplo da forte correlação observada entre o grau de escolaridade e o nível de renda dos indivíduos. A conexão entre esses dois fatores, como é repetidamente constatada, deve ser tomada como uma robusta dependência (correlação ampla), portanto, a condição de causa do segundo evento em função da ocorrência do primeiro. Entretanto, observa que nas situações sociais, o envolvimento de apenas duas variáveis como definidoras do contexto situacional é muito incomum, sendo que nas questões sociológicas é recorrente estarem em jogo a ação de múltiplas variáveis<sup>189</sup>. A determinação de quais variáveis estão envolvidas na situação é feita por generalização, apreendidas do comportamento da população, ou de um grande número de indivíduos. Como os estudos sociais são baseados na identificação de comportamentos coletivos, há uma natural propensão para adotar métodos estatísticos como o principal direcionamento de desenvolvimento.

Todavia, a abordagem estatística tem os seus problemas, conforme destaca o autor<sup>190</sup>. O primeiro deles é o risco das falsas correlações, as quais baseadas apenas na sucessão de eventos, interpreta-se que o evento X, por regularmente ser seguido do evento Y, é a causa deste. Como ilustração, nos servimos de um exemplo fornecido por Risjord, adaptado a nossa realidade na América do Sul<sup>191</sup>. É comum para o homem do campo ao observar um

---

muitos teóricos, posteriormente, fizeram importantes contribuições para o desenvolvimento do conceito de *mechanism-based explanation*, onde a elaboração de modelos representacionais ocupa o centro da discussão.

<sup>186</sup> KAIDESOJA, 2017, p. 202-13. In: McINTYRE; ROSENBERG (ed.) (2017).

<sup>187</sup> Ibid, p.202.

<sup>188</sup> Ibid, p.203.

<sup>189</sup> Ibid, p.204.

<sup>190</sup> Cf. Ibid p.204.

<sup>191</sup> Cf. RISJORD, 2014, p.217. O exemplo original faz menção ao comportamento dos corvos, pássaro mais comum no hemisfério norte. Em virtude dos seus sentidos aguçados, percebem a mudança de tempo bem antes desta se tornar aparente. Assim, agrupam-se em locais mais protegidos e encolhem a cabeça dentro dos

determinado comportamento das andorinhas, antecipar a ocorrência de uma tempestade, mesmo que esta demore para ocorrer e as condições do tempo (céu limpo, sem formação de nuvens, ausência de vento, etc.) não indique que isso irá acontecer. Quando as andorinhas começam a voar rapidamente formando bandos que se aninham nos galhos mais baixos das árvores, já é esperado, uma chuva forte está a caminho. Apenas baseado na observação entre os dois fenômenos, seria de se supor que o voo das andorinhas é a causa da tempestade (o que não é o caso). Voltando ao exemplo sobre a correlação entre o grau de escolaridade e a renda do indivíduo, outras variáveis poderiam ser sugeridas como causadoras do mesmo efeito (maior ou menor renda), como o local onde a pessoa vive ou a sua idade, entretanto, uma análise detida sobre a vinculação lógica desses fatores seria rejeitada. Já a atividade profissional dos pais, mostra ser um importante fator de influência na escolha profissional dos indivíduos. Conseqüentemente, deve ser considerada como uma variável que “logicamente” (no senso comum) mostra ter real conexão com a situação que produz o nível renda. Esse é o segundo problema engendrado na análise estatística, e que o autor apresenta sob a denominação de “elaboração” (*elaboration*):

O parágrafo anterior descreve a ideia básica do procedimento que algumas vezes é chamado de *elaboração*. Esse procedimento consiste no condicionamento de diferentes “variáveis testáveis” que podem confundir (como) a correlação observada entre duas variáveis. Quais as variáveis que devem ser incluídas no conjunto de nossas variáveis testáveis? Não há uma regra geral para fazer essa escolha. Na prática, a resposta depende das nossas suposições substanciais (ou “teóricas”) sobre as plausíveis relações entre variáveis que tomam parte nas nossas construções e medições. (KAIDESOJA, 2017, p.204, itálico do autor e tradução nossa).

O arremate dessa primeira parte da sua exposição sobre a construção de modelos baseados em dados estatísticos, é de que o seu problema central, em um contexto de impossibilidade de realizar testagens isoladamente (*nonexperimental*), é o de não ser possível estar seguro quanto à escolha das variáveis que devem compor o modelo (*elaboration*), em outras palavras, quais as variáveis que efetivamente influenciam à ação e quais as que apenas aparentam estar envolvidas (*counfunding variables*). Em virtude dos problemas citados, o autor é da opinião de que a determinação da causalidade, portanto, a formulação do argumento explicativo baseado no princípio da “robusta dependência”, é raramente advogada “explicitamente” para tal finalidade no atual cenário metodológico das Ciências Sociais<sup>192</sup>.

Uma outra linha metodológica é a que o autor denomina de modelo de causalidade embasado no resultado potencial da situação (*the potential outcome model of causation and causal inference*) e sublinha que esta é uma alternativa mais popular ao da robusta dependência. O fundamento dessa modelagem é a lógica contrafactual, da determinação do fator causal apoiado na correspondência entre os efeitos esperados e os verificados. A estratégia do potencial resultado, possibilita uma forte evidencição da relação causal através comparabilidade entre a previsão e o resultado, entretanto, introduz um maior grau de complexidade ao processo de análise, por requerer a formação (e a “manipulação”) de dois grupos de verificação. Um grupo deve ser exposto à suposta variável causal (*test group*) e um outro deve ficar isento desta influência (*control group*). Adicionalmente, quem está em

---

“ombros” em uma posição característica que com o tempo foi sendo tomada como uma sinalização da aproximação de tempestade.

<sup>192</sup> KAIDESOJA, 2017, p. 205.

um grupo não pode tomar parte no outro. Assim, o resultado que cada um dos grupos deverá apresentar será o de confirmação no primeiro, enquanto no segundo, não. Dessa maneira, a identificação da causa é obtida pelas vias contrafactuais. É uma técnica que apresenta um elevado grau de confiabilidade, entretanto, a questão de ser exequível a formação de dois grupos, e de ser possível aplicar, confiavelmente, os procedimentos de controle entre os seus membros, levanta sérias dificuldades. Os opositores deste modelo afirmam que ele não elimina a necessidade do tratamento estatístico, todavia, há os que advogam em favor da estratégia contrafactual, exatamente por ela atingir um grau de confiabilidade que o critério da robusta dependência não alcança<sup>193</sup>. Um aspecto relevante sobre essa abordagem, e que vai ao encontro das proposições de Popper em favor da testabilidade, é o apoio implícito de ir o mais longe possível com o processo de verificação, realizando experiências (ou seja, manipulando situações) em que seja possível algum tipo de confrontação/comparação, ainda que tais expedientes não possuam pleno rigor metodológico.

Finalizando sua exposição sobre as diferentes linhas para desenvolvimento de modelos representacionais e a incorporação do fator causal como critério de elaboração, o autor salienta a crítica de muitos teóricos de que as novas propostas, como as mencionadas anteriormente, não chegaram a produzir alterações substanciais em como as pesquisas são atualmente conduzidas, sendo que os modelos causais permanecem explicitamente baseados em teorias sociais, que identificam processos sociais concretos e recorrentes, onde tais processos são as formas de interação entre indivíduos e grupos razoavelmente organizados que miram alcançar objetivos racionalmente justificáveis e que agem de forma intencional e sistemática<sup>194</sup>. Na opinião do autor, os métodos estatísticos não conseguem esclarecer a influência de valores, práticas culturais, influências religiosas, entre outros elementos estruturais, visto que não são variáveis diretamente observáveis. É necessário desenvolver teorias de apoio, baseadas na lógica da ação e não apenas nas questões correlacionais. Dessa forma, a linha de teorização que continua a ser majoritariamente utilizada é a que busca descrever o funcionamento da atuação conjunta de indivíduos nos processos produtores da ação coletiva<sup>195</sup>.

Esses processos apontam para consequências observáveis das ações (*macrofoundation*), em função dos elementos não observáveis (*microfoundation*), caracterizados pela relação entre o indivíduo e grupos, ou entre estes e as instituições construídas dentro da própria dinâmica social. É o processo interacional entre indivíduos, grupos e instituições, norteado por valores, normas e crenças, que se tornou o foco da “sociologia analítica”, sendo esta a “mais recente encarnação do movimento de teorização dos processos sociais baseado em modelos teóricos causais” (KAIDESOJA, 2017, p.209, tradução nossa). Resume o autor que este movimento focaliza a construção de modelos como representação do funcionamento de mecanismos sociais que regularmente produzem certos tipos de consequências a partir da formação de determinadas condições<sup>196</sup>.

As considerações de Popper sobre a utilização de modelos como argumento explicativo inicia-se pela diferenciação das características de ocorrência de dois tipos de

---

<sup>193</sup> Ibid, p.207.

<sup>194</sup> Ibid, p.209.

<sup>195</sup> Ibid, p.209.

<sup>196</sup> Ibid, p.210.

acontecimentos. Modelos seriam a maneira adequada para realizar a reconstrução teórica daqueles que primam pela regularidade e recorrência, portanto, passíveis de tipificação. Tais situações seriam indicativas de relações baseadas em uma lógica funcional-sistêmica. Ademais, esses acontecimentos possibilitariam a generalização de situações em uma modelagem que procura capturar os traços gerais das relações entre os elementos envolvidos. Essa abordagem no âmbito das Ciências Sociais seria voltada para o desenvolvimento de cenários, ou seja, as possíveis configurações resultantes da movimentação do modelo. Inferir o movimento, nas palavras do autor, é “fazer o modelo mover-se ou trabalhar”, para tanto, é necessário identificar o aspecto mais importante dentro da abordagem proposta. De maneira perspicaz Popper aponta: “sua animação” (POPPER, 2009, p.262).

A animação de um modelo não se coaduna com a estrita determinação, ou necessidade para o curso da(s) ação(ões). O embasamento lógico, o componente decisivo em qualquer processo de teorização, não encontra nos princípios da lógica dedutiva a fundamentação apropriada para destrinchar os fenômenos sociais. As conclusões dedutivamente orientadas podem primar por uma elevada coerência interna e, mesmo assim, não encontrar a devida correspondência com a concretude das situações, retomando a chave conclusiva de Harré.

Mas como falar sobre validade conclusiva sem apontar o princípio causal racionalmente justificado? Como inferi-lo entre múltiplos elementos interagindo e, de fato, tendo distintos níveis de força dentro do contexto situacional? Qual é a correta capacidade de ação que não necessariamente se somam, mas que causam efeitos reflexivos? É possível explicar a animação do modelo pelas interações que combinadas respondem por seu movimento principal?

Kaidesoja não propõe respostas abrangentes a respeito dessas questões, entretanto, suas considerações são importantes para reafirmar que há um referencial insubstituível na elaboração do argumento explicativo. Também, é importante ao mostrar que há três orientações básicas para o desenvolvimento de teorias explicativas sobre os fenômenos sociais: estatística (robusta dependência), resultado potencial e modelar-analítica. Por fim, é representativa a conclusão de que cada uma dessas abordagens mostra virtudes e insuficiências e não há como escapar ao seus empregos combinados no processo de teorização<sup>197</sup>.

Numa avaliação comparativa com as considerações dos outros autores citados, vemos o pensamento de Popper como um meio-termo entre indagações e propostas, e que reflete o estágio inicial sobre o emprego da abordagem analítica para a elaboração de teorias explicativas sobre os fenômenos sociais. O autor teve como mérito, o fato de reunir em seus escritos as principais dificuldades envolvidas no emprego dessa abordagem:

A minha tese é que só desta forma se consegue explicar e compreender um acontecimento social (só desta forma, por que nunca temos à nossa disposição nem leis nem condições iniciais suficientes que nos ajudem a explicá-lo). Ora, se a análise situacional nos apresenta um modelo surge a questão: o que corresponde aqui às leis universais do movimento de Newton que, tal como já referimos, animam o sistema solar? Ou, por outras palavras, de que forma é animado o modelo de uma situação social? (POPPER, 2009, p.270-1)

---

<sup>197</sup> Ibid, p.211.

### 3.5 Mecanismos Sociais e a Integração Entre Ação e Estrutura

O final da segunda parte do artigo Modelos, Instrumentos e Verdade é particularmente importante, em virtude de Popper apresentar um exemplo de análise situacional, aliás, o único exemplo que chegou a apresentar sobre como empregar a sua proposta metodológica.

O exemplo descreve uma situação muito simples. Uma pessoa (“Richard”) pretende apanhar um trem e está com muita pressa, além disso, precisa atravessar uma via de tráfego intenso para chegar na estação. A análise situacional que se segue busca explicar os movimentos, um tanto erráticos de Richard, para que consiga alcançar o seu propósito. Primeiramente, o autor destaca os elementos situacionais envolvidos na ação. Há recursos físicos, como carros, estrada, a estação, etc. Também há recursos sociais, como o próprio Richard: muitas pessoas que juntas tomam parte na movimentação que está ocorrendo naquele local da cidade. Algumas possuem o mesmo propósito (ir para estação), outras com objetivos diferentes, com destino final em um outro local, ou ainda paradas, aguardando a chegada de um amigo, etc. Destaca-se, também, que entre os envolvidos na movimentação há a percepção de propósitos diferentes. Todos estão “ativos”, mas não há um sentido único na movimentação.

Há outros elementos sociais envolvidos, como normas de trânsito, sinalização da via, regras de comportamento e, provavelmente, vigilância policial para o caso de descumprimento de algum destes elementos regulatórios. Ainda que não visto como uma presença física, há outras entidades atuando sobre o ambiente, como instituições que exercem a “administração” do processo de deslocamento para que a movimentação das pessoas não se transforme em uma situação caótica. Estas, também, estão interessadas majoritariamente que o processo de deslocamento ocorra com a maior eficiência para que todos os diferentes objetivos possam ser alcançados de forma satisfatória: o de Richard inclusive.

A animação da situação só é possível quando adicionamos mais alguns elementos na sua construção. O primeiro deles, e mais importante, é a capacidade de agir dos recursos sociais (pessoas), e é necessário atribuir um conjunto de conhecimentos necessários para que possam ser capazes de realizar seus objetivos. Popper, apresenta esse quadro e resume a finalidade do seu exemplo:

Assim, a análise situacional englobará algumas coisas físicas e algumas das suas propriedades e estado, algumas instituições sociais e algumas de suas propriedades, alguns objetivos e alguns elementos de conhecimento. Dada esta análise da instituição social, talvez sejamos capazes de explicar ou prever os movimentos de Richard quando atravessa a rua. Como é evidente, o que temos aqui é um modelo, um caso típico mais do que um caso singular. [...] o nosso método de análise situacional faz que Richard possa ser “qualquer pessoa” que passe por esta situação relevante e reduz os seus objetivos pessoais de vida e o seu conhecimento pessoal a elementos de um *modelo situacional típico* capaz de “explicar em princípio” (para empregar a expressão de Hayek) uma vasta categoria de acontecimentos estruturalmente semelhantes. (POPPER, 2009, p.270, itálicos do autor)

O exemplo possui virtudes e também uma grande deficiência. A principal virtude é a sua simplicidade em apresentar os elementos-chave que compõem uma situação social. Em conexão com a sua concepção de situação social, formulada pela ótica individual dos agentes (no caso de um agente representando uma classe de indivíduos), que agem de maneira racional para alcançar um objetivo definido, o autor destaca a existência de diversos aspectos estruturais envolvidos para que a ação possa ser realizada. Em resumo, o exemplo reúne os principais elementos da ação coletiva: capacidade de agir dos atores sociais, objetivos individuais atribuíveis a cada um deles e uma estrutura composta por elementos gerais que atingem/influenciam a todos os envolvidos. Popper, ainda deseja realçar o aspecto de que em nenhum momento é necessário apelar para a psique de Richard, ou seja, as suas características psicológicas, assim como as das outras pessoas, para que se possa realizar a construção da situação e explicar a sua ocorrência<sup>198</sup>. Portanto, reforça o autor, podemos discutir e criticar a situação em seus possíveis desdobramentos sem recorrermos aos sentimentos, temperamentos, esperança, raiva, medo, enfim, variáveis psicológicas que Richard e os outros envolvidos têm. Finalizando, a situação é reconstruída como um modelo aplicável a todo o conjunto de situações semelhantes, sem o requisito de individualizá-la para termos uma exposição do que está se passando ao conjunto dos agentes envolvidos, a partir da posição desempenhada por Richard.

Contudo, o exemplo de Popper apresenta a grande deficiência de ser “excessivamente” simples e deixar de mostrar a atuação de importantes aspectos situacionais. O principal é de não demonstrar que a realização da ação por Richard não depende exclusivamente dele, mas envolve todo um conjunto de sinalizações, colaborações e a administração de mútuas expectativas. Em suma, deixa de evidenciar uma sistemática de interações que precisa ocorrer para que a ação isolada de Richard seja bem-sucedida e não ocorra, por exemplo, um atropelamento. As relações reflexivas não são abordadas por Popper. Provavelmente essas omissões se devem ao fato de que o autor escolheu um exemplo bastante trivial e não realizou outros exercícios de análise situacional que tenham por base situações sociais mais complexas.

As deficiências nos conteúdos exemplificativos oferecidos por Popper foram, mais uma vez, percebidas por Gorton. Conforme comenta o autor, Popper deveria estar melhor alinhado com a sua própria proposta epistemológica, pois quando a ação se desenvolve exatamente de acordo com a intenção visada, não cria um problema para as Ciências Sociais, portanto, as questões que despertam o interesse da análise situacional são os “relativamente complexos padrões de interação entre atores e instituições, especialmente, aqueles que produzem intrigantes consequências não intencionadas” (GORTON, 2006, p. 76, tradução nossa). O autor observa ainda que, a respeito do problema que Popper advogou como sendo o principal nas Ciências Sociais (o da contrafinalidade), este realizou poucos esforços para mostrar como a análise situacional poderia ser aplicada fora da temática econômica<sup>199</sup>. Nas suas considerações finais sobre os exemplos de análise situacional fornecidos por Popper, o autor faz menção a um que merece destaque, exatamente por retratar uma situação de contrafinalidade, portanto, enquadrar-se na problematização característica preconizada por Popper. O exemplo que Gorton faz referência, encontra-se na obra *A Sociedade Aberta* e

---

<sup>198</sup> POPPER, 2009, p.271.

<sup>199</sup> Cf. GORTON, 2006, p.77.

Seus Inimigos<sup>200</sup> e está relacionado com o comportamento dos partidos comunistas e a interação entre o objetivo revolucionário e os laços de confiança com os trabalhadores. A tática revolucionária, baseada nas ideias marxistas, envolve o acirramento do que Popper nomeia de “teoria da miséria crescente”. Os partidos comunistas, para atuarem em favor da revolução, precisam aprofundar o conflito de classes, sendo, portanto, necessário estimular o confronto entre grupos e levar o acirramento entre capital e trabalho a um nível crítico. Por outro lado, é necessário desenvolver vínculos de confiança com os trabalhadores, demonstrando a capacidade de conduzir seus interesses diante dos detentores do capital. Se por um lado houver concessão por parte dos capitalistas, isso denota boa condução dos processos de negociação pela liderança partidária e amplia a confiança dos trabalhadores na sua atuação, se, contudo, houver o aprofundamento dos impasses, haverá a percepção de que a condução do processo negocial não está mostrando resultado e o risco de descrença para com a liderança do movimento, amplia-se. Resumindo a situação observada por Popper, revela-se como uma nítida contrafinalidade entre os dois objetivos (acirramento e mediação). Em conclusão, vale destacar as palavras de Gorton sobre o exercício de análise situacional realizado por Popper:

Não é minha intenção mostrar a validade da explicação de Popper sobre a degeneração do partido Comunista. Eu apenas desejo sugerir que esta (sua argumentação) fornece um exemplo de modelo situacional de um fenômeno político típico. Popper aparenta considerar sua argumentação como uma descrição do que ocorreu com muitos partidos Comunistas através da Europa. Ele tenta explicar a queda do partido Comunista pela descrição de como os trabalhadores e os membros do partido produzem o efeito não intencionado de degeneração (das relações entre atores) simplesmente agindo racionalmente de acordo com as suas situações sociais e convicções. O ato de explicar é essencialmente o de expor ordenadamente (desemaranhar) a interação entre os trabalhadores e os membros do partido, revelando o mecanismo que conduz à degeneração da relação partidária. (GORTON, 2006, p.79, tradução nossa)

O comentário de Gorton é emblemático a respeito do objetivo explicativo da proposta de Popper, ao estabelecer o alinhamento de três componentes centrais desta abordagem: modelos, tipificação e mecanismos. Assim, temos os modelos situacionais como reconstruções teóricas que visam apresentar a estrutura de ocorrência de acontecimentos típicos, expondo o funcionamento de mecanismos sociais reais sob a ótica de processos causais. Em concordância com essa formulação, para ficarmos nos autores já citados, temos primeiramente a avaliação do próprio Popper:

Parece que, por norma, operamos primeiro com modelos, e que os modelos, *juntamente com um mecanismo rudimentar*, são capazes de resolver alguns problemas do segundo tipo – isto é, explicar alguns acontecimentos típicos. (POPPER, 2006, p.263 – itálicos do autor)

Já o pensamento de Harré faz relação entre a finalidade da atividade científica e a utilização da abordagem da explicação de mecanismos:

---

<sup>200</sup> POPPER, 2017, p.222-5. O exemplo citado por Gorton encontra-se na parte 7 do Capítulo 20 do Vol. II de A Sociedade Aberta e Seus Inimigos. Popper contrasta a lógica dos partidos marxistas (que foram desaparecendo) ao dos sociais-democratas, que priorizaram os ganhos graduais ao longo das negociações e se tornaram preponderantes como partidos trabalhistas dentro da Europa Ocidental.

Cientistas, em muitas das suas atividades teóricas, estão tentando formar uma imagem dos mecanismos da natureza que são responsáveis pelos fenômenos que observamos. A principal maneira de como isto é feito é através da construção ou imaginação de modelos. Desde que estruturas duradouras são, no mínimo, uma característica tão importante da natureza quanto o fluxo de eventos, haverá sempre a possibilidade de alguns modelos poderem ser sugeridos como mecanismos hipotéticos e que estes mecanismos seriam idênticos às estruturas reais da natureza. (HARRÉ, 1970, p. 34-5 – tradução nossa)

Por sua vez, Kaidesoja põe em relevo a interação dos planos operativos, macro e micronível, que compõem a estrutura social, e seus movimentos representam a dinâmica de funcionamento desta estrutura. Os mecanismos causais das situações sociais são revelados pela atuação integrada dos planos e pelo sentido hierárquico da formação da ação:

Os processos geradores são por sua vez explicados em termos de atividades e interações de entidades possuidoras de *poder causal, capacidades e tendências*. Os que advogam em favor dessa abordagem referente aos modelos causais, também, frequentemente, questionam a visão de que “não há tal coisa como um processo puro de causação social envolvendo relação de um macronível com outro macronível”; pelo contrário, hipóteses sobre mecanismos causais (de situações) sociais devem ser construídas tendo por base o “micronível” dos processos postulados. Esses microníveis, são muitas vezes entendidos em termos de indivíduos (ou típicos atores individuais) agindo e interagindo dentro de um contexto socialmente estruturado, contudo, algumas vezes, grupos organizados também podem ser aceitos como componentes dos microníveis. (KAIDESOJA, 2017, p.209, itálicos do autor e tradução nossa)

A explicação de mecanismos (*Mechanism-based explanation*) não é uma abordagem exclusiva das Ciências Sociais e o seu desenvolvimento se estende a outros ramos das ciências, entretanto, muitas das suas formulações teóricas tem por origem os estudos de biologia<sup>201</sup>. No campo da teoria social, os trabalhos dos sociólogos Peter Hedström (1955) e Richard Swedberg (1948), radicados na Universidade Linköping de Estocolmo, são considerados como os referenciais e, em parceria, foram os editores da primeira obra a tratar de maneira abrangente sobre este tema: *Mecanismos Sociais - Uma Abordagem Analítica para a Teoria Social (Social Mechanism - An Analytical Approach to Social Theory)*. Hedström e Swedberg dividem a autoria do primeiro ensaio que compõe a obra, e neste traçam um panorama dos principais aspectos envolvidos na proposta epistemológica de construir o argumento explicativo como que expondo um mecanismo. Já nas palavras iniciais apontam o cerne da questão:

A principal mensagem deste livro é que o desenvolvimento da teoria social reclama por uma abordagem analítica que sistematicamente busque explicar os mecanismos sociais produtores bem como as associações observadas entre eventos. Poderia parecer óbvio que cada teoria social formulada, como o próprio nome indica, deveria ser explicativa. Mas, sob uma avaliação mais detalhada, não é isto que ocorre com os trabalhos denominados de teoria social, estes deveriam ser considerados mais como conceituais ou esquemas sensibilizantes e não propriamente teorias explicativas. Muita da moderna teoria social desenvolvida tem a tendência – como foram os trabalhos de Talcott Parsons no passado – de

<sup>201</sup> Cf. RISJORD, 2014, p.137; YLIKOSKI, 2012, p.22, *In*: KINCAID, 2012; ROSENBERG, 2017, p. 147, *In*: McINTYRE, ROSENBERG, 2017; HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.2-3, *In*: HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998.

descrever mais do que explicar. (HEDSTRÖM & SWEDBERG, 1998, p.1, tradução nossa)

As preocupações de Popper apresentadas trinta e sete anos antes, no congresso da Associação Alemã de Sociologia, pelo menos para esses autores, parecem ter se confirmado. Além deste ponto nodal no debate epistemológico, os autores comungam com Popper da percepção de que muitas teorias fazem apenas uma exposição sobre a concatenação de eventos, destacando a sua regularidade, sem, contudo, aprofundar a respeito da sua produção e de como operam. É em resposta a esses pontos, alçados à condição de problemas do conhecimento, que os autores buscaram pelo desenvolvimento do conceito de explicação de mecanismos, como cerne da proposta metodológica da sociologia analítica e, baseado nela, alcançar teorias mais esclarecedoras acerca dos fenômenos sociais.

Observando que a identificação dos mecanismos como estruturas causais possui uma trajetória interdisciplinar, os autores apresentam um terceiro aspecto fundamental na discussão epistemológica, que é o fato de os cientistas de outros campos das ciências já terem se dado conta de que a investigação dos fenômenos concernentes às suas respectivas áreas deveria ser conduzida pela ótica de mecanismos, e não pela procura de leis. Em complemento, destacam que a noção de “lei” é geralmente reservada apenas à Física (o que a torna paradigmática para outras ciências) pela natureza dos fenômenos que estuda, sendo capaz de desenvolver explicações poderosas e abrangentes, sem “exceções significativas”, firmando-as como leis estritas de ocorrência<sup>202</sup>. Essa distinção entre mecanismo e lei, abriu uma nova perspectiva de concepção lógica. A abordagem teórica baseada em mecanismos propicia um enquadramento analítico que evolui por estágios, revelando processos e a maneira de como componentes formam estruturas relacionais em diferentes níveis operacionais. Do aproveitamento que os estudos de economia fazem da abordagem de mecanismos, os autores chamam a atenção para o conceito de função/funcionamento (o “mercado”, por exemplo, pela forma como “funciona” é um grande mecanismo) e o de “equilíbrio” entre forças atuantes (estruturas que visam a manutenção da estabilidade através do equilíbrio dinâmico). Da psicologia, ressaltam os processos cognitivos que realizam a conexão entre “micromotivos” e “macrocomportamentos”<sup>203</sup>.

Ao longo da exposição sobre como o termo mecanismo foi introduzido nos estudos das Ciências Sociais (“prematuramente, de maneira rudimentar, particularizada e largamente não explicado” (HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.5, tradução nossa)) e como, gradualmente, o conceito foi ganhando importância entre as vertentes metodológicas, os autores destacam, especialmente, as contribuições de dois pensadores nesta trajetória. O primeiro deles foi Robert Merton (1910-2003), um dos principais sociólogos estadunidenses, cujos trabalhos de maior repercussão foram voltados para a sociologia do conhecimento e a influência da massificação da comunicação (*broadcast*) nas sociedades contemporâneas. Particularmente em relação à teoria social, Merton foi o autor do conceito de “teorias de médio alcance” (*middle-range theories*). As teorias sociais se caracterizariam por estarem posicionadas em termos de generalização entre a descrição de situações e o determinismo da lei de ocorrência. Conforme observa os autores, Merton trouxe em conjunto com o desenvolvimento da teorização de médio alcance, o emprego da explicação de mecanismos,

---

<sup>202</sup> HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.3, *In*: HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998.

<sup>203</sup> *Ibid*, p.4.

sendo essa sua mais importante contribuição para o aperfeiçoamento da abordagem<sup>204</sup>. Da mesma forma, rejeitou as tentativas de desenvolvimento de um sistema geral para abarcar as (diferentes) teorias sociais e, em contraponto, advogou que o desenvolvimento destas deveria estar direcionado para a investigação dos mecanismos sociais. Além de Merton, o filósofo norueguês John Elster, já referenciado no item 1.3. desta dissertação, é outro pensador a receber uma menção de destaque pelos autores. Segundo estes, “John Elster é aquele que claramente mais contribuiu acima de qualquer outro para o avanço da teorização baseada na ideia de mecanismos durante os anos oitenta e noventa” (HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.7, tradução nossa). E dentro do histórico sobre o desenvolvimento do conceito, os autores fizeram menção às formulações apresentadas por Popper, em particular, sua proposta de análise situacional, contudo, é necessário vermos um pouco mais sobre o conceito de mecanismo antes de abordarmos a proximidade entre as duas propostas.

Como colaborador de Hedström<sup>205</sup> no aperfeiçoamento da abordagem de mecanismos para análise dos fenômenos sociais, Ylikoski expõe com propriedade o que devemos entender quando nos referimos à proposta epistemológica da explicação de mecanismos :

Primeiro, um mecanismo é sempre um *mecanismo de alguma coisa*, e é identificado por meio do tipo de efeito ou fenômeno que produz. Segundo, um mecanismo é *inapelavelmente uma noção causal*. Refere-se a entidades do processo causal que produz o efeito que desperta o interesse da investigação. Terceiro, um mecanismo possui uma *estrutura*. Quando uma explicação de mecanismos realiza a abertura de uma caixa preta, torna visível como as entidades participantes e suas propriedades, atividades e relações produzem o efeito investigado. O foco da explicação de mecanismos é fracionar a investigação original da explicação do “por que” em uma série de questões mais pormenorizadas a respeito do processo causal: Quais são as entidades participantes e quais são as propriedades relevantes? Como são as interações destas entidades organizadas (seja espacialmente ou temporalmente)? Quais os fatores que podem prever ou modificar os resultados dessas interações? Finalmente, mecanismos possuem uma *hierarquia* de níveis. Em um primeiro nível de visão, um mecanismo pressupõe, ou leva em consideração, a existência de certas entidades com propriedades e atividades características, contudo, é esperado que a haja um nível inferior que as explique. Em outras palavras, a explicação empregada para esclarecer o que ocorre em um determinado nível, requer que se desça a um nível inferior de observação. (YLIKOSKI, 2012, p. 22-3, itálicos do autor e tradução nossa)

Em suma, a explicação de mecanismos realiza-se por meio de um corte analítico que visa identificar as estruturas relacionais e os processos de interação entre as partes componentes. Em tais arranjos, identificamos a real capacidade de ação e podemos inferir que quando ocorrem são os produtores de determinados resultados. Portanto, uma específica configuração que combina atores humanos com elementos da estrutura organizacional-cultural-institucional e a oportunidade de ação resulta em um fator causal de determinados resultados. A compreensão dos efeitos dessa configuração deve ser conduzida pelo enfoque sistêmico acerca do movimento de “engrenagens” (a analogia é inescapável como nos mostra Elster<sup>206</sup>) que funcionam conjuntamente dentro do arranjo. A identificação da maneira de

<sup>204</sup> Cf. Ibid, p.5-6.

<sup>205</sup> YLIKOSKI, 2017, p. 146, *In: McINTYRE, ROSENBERG, 2017. Ylikoski é coautor com Hedström do artigo Causal Mechanisms in Social Sciences*, publicado no Annual Review of Sociology 36, p.49-67.

<sup>206</sup> O título do livro de Elster vai direto ao ponto: Peças e Engrenagens das Ciências Sociais (*Nuts and Bolts for the Social Science*), editado em 1989.

como esses arranjos são ativados requer um aprofundamento do processo analítico, pois o que é observado no plano macro não pode ser esclarecido sem uma investigação em um nível inferior das relações. A explicação de mecanismos se distingue de outras abordagens por considerar a ação dos fatores causais em níveis de atuação hierarquicamente integrados.

Hedström e Swedberg observam que, para muitos autores, a explicação de muitos fenômenos sociais requer o suporte de diversos tipos de mecanismos: “apenas um não é suficiente” (HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.21, tradução nossa). Dessa forma, a complexidade do ambiente social faz referência a uma multiplicidade de mecanismos, sendo metodologicamente importante realizar uma classificação dos mais relevantes. Os autores visualizam a existência de três tipos principais de mecanismos sociais, sendo que o primeiro deles está associado, diretamente, com o pensamento de Popper sobre as Ciências Sociais. Não é por outro motivo que o denominam de mecanismos situacionais (*situational mechanisms*)<sup>207</sup>. A característica desse tipo de mecanismo é a ligação entre a situação estrutural e como esta influencia os agentes individualmente na sua forma de agir. Trata-se da exposição do indivíduo a determinados fatores gerais (plano macro da ação) que afeta a cada um dos envolvidos de modo particular (plano micro), como interesses, crenças, valores e a percepção das situações de ação. Um exemplo típico de mecanismos situacionais são os chamados indicadores econômicos de confiança. Quando o grau de confiança dos agentes está elevado, a consequência são as ações que ampliam os investimentos na produção, o aumento do nível de consumo, a elevação da taxa de emprego, ou seja, temos um plano macro de aumento da atividade econômica. O segundo tipo de mecanismo que os autores identificam é denominado de mecanismos de formação da ação (*action-formation mechanisms*), e sua principal característica é de ser um processo interacional indivíduo a indivíduo e que destaca as microações<sup>208</sup>. O exemplo característico deste mecanismo é o processo de comunicação “boca a boca”, que faz circular a informação não oficial (institucional), mas que tem grande influência sobre a percepção dos indivíduos a respeito da conjuntura geral (mesmo que o conteúdo transmitido se confronte com a informação “oficial”). Chama atenção o aspecto de que o fator “confiança”, possivelmente o ingrediente mais importante nas relações sociais, esteja sempre em jogo. Por fim, o terceiro tipo é chamado de mecanismos de transformação (*transformational mechanisms*), com o qual está envolvido a produção de efeitos coletivos relevantes a partir das ações individuais combinadas, quer os efeitos sejam intencionalmente desejados, quer não<sup>209</sup>. O sentido da construção da ação é do micro (interações individuais) para o macro (resultado coletivo), portanto, um processo que melhor corresponde à ideia de mecanismo. Um exemplo tradicional deste tipo de mecanismo está impresso no conceito denominado de “tragédia dos

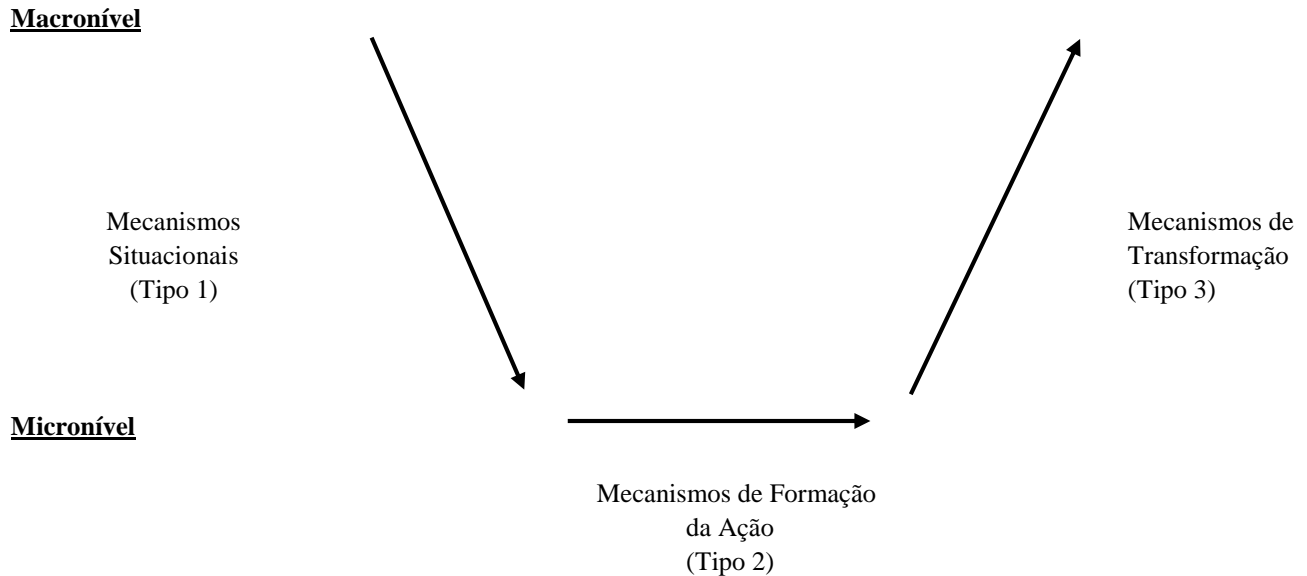
---

<sup>207</sup> HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.23, *In*: HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998.

<sup>208</sup> *Ibid*, p.23.

<sup>209</sup> *Ibid*, p.23.

bens comuns” (*tragedy of the commons*)<sup>210</sup>. Os autores apresentam a conexão entre as tipologias de mecanismos por meio do seguinte diagrama<sup>211</sup>:



Os trabalhos<sup>212</sup> de Hedström e Swedberg são um importante ponto de inflexão na trajetória do desenvolvimento de uma metodologia de cunho analítico para o tratamento dos temas das Ciências Sociais. Ainda que especificamente em relação à Popper as concepções dos autores sejam tributárias apenas no que classificam como mecanismos situacionais (baseados na análise situacional popperiana), é importante observar como as preocupações e os objetivos entre estes e Popper são bastante convergentes. A passagem abaixo citada parece-nos profundamente exemplificativa deste alinhamento e podemos identificar a elevada convergência com as considerações expostas por Popper em Modelos, Instrumentos e Verdade:

A característica principal de uma abordagem analítica é que esta procede primeiro através da construção de um modelo da situação para ser analisado (um “tipo ideal”). Esse modelo teórico é em princípio construído de maneira a incluir apenas os elementos que são reputados como essenciais do problema que temos nas mãos. O alvo da análise teórica, então, é esse modelo, e não a realidade em si que o modelo intenciona explicar. Contudo, em boa medida, o modelo teórico construído incorpora os elementos essenciais da situação concreta e desta maneira os

<sup>210</sup> “Tragedy of the Commons” foi um termo cunhado pelo economista inglês William Foster Lloyd (1794-1852) para fazer referência ao uso exageradamente excessivo das terras comunais de pastagem e, por extensão, a todo o tipo de recursos coletivos. Os indivíduos agindo de forma independente e racionalmente em favor dos seus interesses, comportam-se de maneira contrária ao interesse coletivo, que seria a manutenção em bom nível dos recursos para todos. O ecologista Garret Hardin (1915-2003) ajudou a popularizar a expressão em um ensaio a respeito da contínua expansão das fronteiras agrícolas sobre matas nativas. Disponível em: < [https://en.wikipedia.org/wiki/Tragedy\\_of\\_the\\_commons](https://en.wikipedia.org/wiki/Tragedy_of_the_commons)>. Acesso em: 21dez.2020.

<sup>211</sup> HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.22, In: HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998.

<sup>212</sup> Os autores são responsáveis por outros livros e muitos artigos sobre metodologia nas Ciências Sociais, com destaque para o “handbook” da coleção da *Oxford University* sobre Sociologia Analítica.

resultados da análise teórica jogam luzes sobre as situações do mundo real. Ou, nas palavras do (economista) Schumpeter, uma vez procedido dessa forma, quando a costureira é boa, o casaco servirá. (HEDSTRÖM, SWEDBERG, 1998, p.13-14, tradução nossa).

Compreendemos que as relações entre situação, ações e consequências (sejam logicamente esperadas ou de repercussões não intencionadas) já tenham sido suficientemente abordadas na presente dissertação. Restaria a complexa questão a respeito da participação dos elementos da estrutura na composição da situação, ou do mecanismo social com o qual a situação está relacionada. Não é nosso objetivo apresentar de maneira abrangente os diversos aspectos que envolvem esta intrincada questão, apenas assumimos que a relação entre ação e estrutura está na raiz das questões teóricas das Ciências Sociais e que os temas fundamentais acerca da dinâmica de mudanças (mais restritas) ou de transformações (mais abrangentes) invariavelmente recaem na interligação dos planos conceituais da ação e da estrutura. Em que medida, em que composição, como se relacionam, entre outras indagações, estão para além do nosso escopo. Entretanto, advogamos que a proposta de explicação de mecanismos nas Ciências Sociais possui claramente este objetivo, ou seja, o de prover uma base de análise que consiga identificar satisfatoriamente a influência da estrutura social na definição da ação individual, na formação de movimentos coletivos e na produção de suas consequências.

Entre os artigos que compõem a edição de *Mecanismos Sociais: Uma Abordagem Analítica para a Teoria Social de Hedström e Swedberg*, destacamos *Virtualidade Real (Real Virtuality)*, no qual o autor, o sociólogo norueguês Gudmund Hernes (1941), é bastante preciso em mostrar as relações existentes entre ação, estrutura e mecanismo. Hernes<sup>213</sup> aponta que o objetivo visado pela abordagem analítica nas Ciências Sociais é:

Mecanismos nas ciências sociais possuem dois conjuntos de elementos abstratos. O primeiro deles envolve a especificação dos atores (i.e., a identificação de qual modelo de indivíduo está sendo assumido) (i.e., o modelo de mecanismo que está sendo refletido pelas ações humanas). O outro conjunto é assumido pela estrutura que está colocada ou pelo tipo de contexto onde os indivíduos estão operando (i.e., a orientação do mecanismo que direciona “os trilhos” por onde os atores movem-se). O objeto central no direcionamento da construção do mecanismo é a apresentação dos efeitos sistêmicos (i.e., o mapeamento – das consequências advindas da combinação da ação dos agentes com a influência da estrutura). É precisamente esta combinação de elementos definidos – agentes, estrutura e a dinâmica entre eles – que distingue o mecanismo social de muitos outros fenômenos, como leis de ocorrência ou como mera correlação entre eventos, etc. (HERNES, 1998, p.92-3, tradução nossa)<sup>214</sup>.

Nosso objetivo neste capítulo foi mostrar que a visão de Popper sobre as Ciências Sociais delineadas no início dos anos sessenta, especialmente a forma como ele abordou algumas questões-chave do debate, tiveram uma importante continuidade nos trabalhos de autores posteriores. O rico campo das teorias sociais possui a principal finalidade de lançar luzes sobre os processos de transformação das sociedades e é fortemente influenciado pelo

<sup>213</sup> HERNES, 1998, p. 74-101. In: HEDSTRÖM; SWEDBERG (ed.) (1998).

<sup>214</sup> Abordam a mesma questão em linha com as conclusões de Hernes, cf.: LITTLE, 1991, p. 100-1; MANICAS, 2006, p.81-4, inclusive, Manicas cita Hernes em diversos pontos de sua exposição; SAYER, 1992, p.94-6; RISJORD, 2014, p.142-3.

pensamento de base da filosofia social. Nessa área de estudos, os temas metodológicos são predominantes, entretanto, a transição da discussão conceitual para o enquadramento das situações empíricas mostra-se como um grande desafio. As contribuições de Popper para os temas das Ciências Sociais não são tidas como as mais importantes, e nem colocadas entre as obras de maior destaque, contudo, permanecem (diríamos teimosamente) sendo revisitadas e inspirando a novos trabalhos. Isso deve querer dizer alguma coisa e foi o nosso intuito divisar alguns dos possíveis motivos porque tal fato acontece. O certo é que o nosso autor foi um pensador do seu tempo. Um tempo em que as fronteiras de separação entre ciência, tecnologia, sociedade, economia, política e comportamento começaram a ficar muito tênues. A abrangência dos escritos de Popper, assim como de outros pensadores, faz um reverente reconhecimento ao novo cenário que já se anunciava. A tendência de que os estudos sobre sociedades passassem a ser pautados pela interdisciplinaridade foi apenas um desdobramento do reconhecimento de que o objeto da investigação possui diferentes planos de abordagem, contudo, a mútua influência é a sua característica mais determinante.

## CONCLUSÃO

A realização deste projeto permitiu-nos ampliar o conhecimento sobre o que pode ser considerado como o principal objetivo do programa filosófico popperiano: o de promover a abordagem explicativa para o desenvolvimento das teorias científicas. Foi possível perceber que os temas com os quais o autor é tradicionalmente identificado, como a proposta do falseacionismo, da demarcação e da justificação epistêmicas, operam dentro do espectro conceitual mais amplo, englobado pela teoria da explicação. Pela temática tratada nos dois artigos escolhidos para a realização da nossa empreitada, aproximamo-nos da visão metodológica que o autor propôs para as Ciências Sociais levando em conta suas características particulares.

A ênfase na formulação dos problemas do conhecimento (sua estrutura lógica), juntamente com a maneira de validar as respostas apresentadas, são destaques nas concepções metodológicas que o autor nos legou. As suas proposições estão firmemente inscritas no grande mosaico da teoria do conhecimento, notadamente, as relacionadas com os desdobramentos ocorridos ao longo do século XX, acompanhando os avanços nas Ciências Naturais. Possivelmente, apenas Thomas Kuhn receba uma reverência proporcional.

A produção de Popper sobre os temas das Ciências Sociais possui um caráter transversal e não se pauta por preocupações de sistematização (como ocorre em relação às Ciências Naturais). Com exceção das duas obras críticas sobre o historicismo, particularmente, a extensa *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, as demais incursões foram curtas e pontuais. Se tal abordagem é problemática no sentido de dificultar a coesão expositiva, por outro lado, conferiu uma liberdade de atuação que foi bem aproveitada pelo autor. Destacamos a importância do seu “olhar” de *outsider*, como quem chega de fora e percebe nuances e detalhes com mais intensidade do que aqueles que permanecem dentro do mesmo *habitat*.

Reconheçamos mais uma característica decisiva e que muito influencia qualquer abordagem nesse campo de estudos. Em toda a produção das Ciências Humanas é impossível isolar a enorme diversidade de assuntos em apenas uma visada. As questões implicitamente repercutem em muitas áreas ao mesmo tempo. Algo, por exemplo, que seja comportamental se repercute nas concepções políticas, nos efeitos econômicos, está impressa na herança histórica, reflete nas expressões estéticas, nos valores culturais, entre tantas outras esferas do conhecimento. É a sua marca mais distintiva. Uma questão está tão intimamente entrelaçada com outra que o esforço para ficarmos dentro de uma determinada delimitação é como tentar caminhar por uma grande loja de porcelanas onde as estantes estão muito próximas.

Os dois artigos base da nossa investigação, além de serem dos mais representativos na produção do autor sobre as Ciências Sociais, possuem a virtude de apresentar conclusões que influenciaram importantes continuações nos anos posteriores. Foi necessário, portanto, tentar buscar um posicionamento de suas concepções dentro do panorama mais extenso e complexo das teorias sociais (no tocante a este ponto, esperamos não ter quebrado muitas xícaras).

A tipificação do problema do conhecimento nas Ciências Sociais, como uma situação de contrafinalidade, é, reiteradas vezes, afirmada por Popper como o fio condutor de suas reflexões. Esclarecer a dinâmica das ações humanas e a produção dos efeitos involuntários, muitas vezes surpreendentes e habitualmente indesejados, é o que deve ser priorizado pela atividade teórica nas Ciências Sociais. Por que tal consequência surgiu quando era esperada que outra ocorresse? Quão incorreto é o nosso conhecimento sobre uma determinada situação para que a nossa capacidade de antecipar os seus efeitos se mostre tão equivocada? Como fazer para separar os elementos envolvidos em uma situação de modo a identificar a participação de cada um? O que podemos aproveitar com a nossa experiência para evitar novos resultados indesejados? Tais questões sobre a validade do conhecimento são exemplos do que o problema da contrafinalidade é capaz de ocasionar. É razoavelmente simples apresentar os seus contornos lógicos, entretanto, a dinâmica da sua ocorrência mostra-se intrincada e impõe significativas dificuldades analíticas. Tanto é assim que estudiosos da obra de Popper, regularmente, acentuam que ele apresentou apenas raros exemplos dignos de registro. Contudo, enquanto problema do conhecimento, é dos mais intrigantes quando temos a confiança na pertinência de nossas ações para alcançar um determinado objetivo e o que se verifica contrasta fortemente com esta expectativa. A questão é tão relevante que Popper, como um filósofo vigorosamente alinhado com a corrente realista, defendeu enfaticamente a equivalência lógica entre conhecimento e o poder preditivo de nossas teorias.

Entendemos que em virtude da sensibilização para a complexidade da contrafinalidade, nosso autor anteviu uma outra questão espinhosa para as Ciências Sociais, que é a diferenciação entre um conhecimento descritivo do explicativo. Do ponto de vista metodológico, é uma constatação óbvia saber que há uma grande diferença entre essas duas abordagens, entretanto, como alertado na passagem já citada da “vitória de Pirro”<sup>215</sup>, a atração exercida pelo primeiro em detrimento do segundo não é pequena. Ademais, devemos reconhecer que as grandes tradições teóricas são construídas como *corpus* descritivos<sup>216</sup> e que há uma inequívoca força persuasiva na narração bem urdida. Por conseguinte, aquilo que pode parecer facilmente distinto, revela-se, na prática, um grande emaranhado.

Para enfatizar a diferença entre as duas abordagens, Popper reforça os dois principais elementos característicos que fundamentam o argumento explicativo: a indicação da causa e a derivabilidade dos efeitos baseado na lógica dedutiva. Essencialmente, explicar um fenômeno é fazer uma conexão causal entre a condição inicial da ocorrência e, por princípios lógicos, identificar os seus efeitos. Essa regra, que se adequa muito fortemente à regularidade de uma ampla gama de fenômenos físico-químicos, não mostra a mesma efetividade quando analisamos outras modalidades de fenômenos. Até onde nos foi possível verificar, Popper não chegou a fazer menção ao conceito de teorias de médio alcance (*middle range theory*), entretanto, assume os seus princípios em importantes momentos. Destacamos a ideia de explicação decalcada do funcionamento de sistemas abertos e a referência aos graus de regularidade que ele aborda no artigo De Nuvens e Relógios. O mesmo enquadramento sobre a lógica sistêmica, agora voltada para os eventos nas Ciências Sociais, é utilizado em Previsão e Profecia nas Ciências Sociais. Entretanto, é na recomendação para utilizar modelos representacionais como melhor forma de explicar o funcionamento de mecanismos causais que Popper antecipa fundamentos da sociologia analítica. Através dessa proposta,

---

<sup>215</sup> POPPER, 1978, p.19.

<sup>216</sup> A obra Quatro Tradições Sociológicas de Randall Collins expõe com pertinência essa posição.

que o conceito de teorias de médio alcance recebe contornos mais precisos, pois seria possível realizar a reconstrução dos fenômenos sociais sem incorrer na irreal universalidade da lógica dedutiva e, por outro lado, sem se restringir à incompletude da estatística observacional, que aponta as correlações, mas não explica a origem destas situações. Pelo menos, assim avaliam os apoiadores dessa proposta. Vale destacar a importante divergência com a posição de Popper, que se manteve fiel à exclusividade da lógica dedutiva para elaboração da explicação.

As principais conclusões daqueles que vieram após Popper e que compartilhavam as suas preocupações epistemológicas é que a explicação alcança sua genuína expressão através do arco argumentativo que interliga três fatores: as condições iniciais, a descrição do movimento-ação e, por fim, as consequências projetadas em função das relações entre os dois termos anteriores. Um argumento explicativo é sempre conjectural, contudo, uma conjectura que primeiramente deve atender à coerência interna. Num segundo plano, deve ter a sua validade aferida com base na correspondência com as consequências previstas. Portanto, a formulação da explicação parte das suas causas e, sua validade epistêmica, encontra-se nas suas consequências (conclusões). A crítica racional se concentra na interligação entre os três termos. Em situações simples, a descrição do movimento pode ser suprimida. Por outro lado, basta uma pequena elevação na complexidade do problema, para que o tema das relações entre elementos se torne preponderante na exposição do nexos causal. É isso o que se verifica quando tentamos explicar uma situação problemática nas Ciências Sociais, pois, inevitavelmente envolvem um grande número de variáveis.

É necessário destacar ainda que Popper foi feliz em perceber a necessidade de um princípio da animação para construir adequadamente o modelo situacional e para explicar o movimento, ou seja, as relações entre o micronível e o macronível. Os principais elementos do modelo, comportam-se conforme a orientação ditada pela animação. É ela que propicia o sentido geral para as ações e a continuidade dos processos interacionais entre os elementos para a manutenção da estrutura funcional. Todavia, não elimina a possibilidade de sua modificação, diante de variações que afetam a continuidade funcional do mecanismo. Tal força de mudança faz parte do conceito vital da adaptabilidade. É na interação entre as variáveis do micronível e as unidades do macronível, ou seja, a ação individual e as manifestações coletivas, que os elementos, como agentes, desenvolvem a reconfiguração das relações e implementam uma nova animação (uma *autopoiesis* das relações sistêmicas). Mais uma vez a economia nos fornece decisivos exemplos do efeito das interações do micronível com o efeito agregado no macronível social, como, por exemplo, nos processos hiperinflacionários. Entretanto, há outros exemplos históricos famosos, como dos conflitos religiosos e raciais, cuja propagação do micronível das interações individuais para o macronível dos grupos estruturados mostrou a força de tais processos.

Beneficiados por nossa posição histórica, tendo à disposição o transcurso pós-Popper, o chamamento para uma avaliação das proposições do autor é, indispensavelmente, parte do nosso programa. Iniciemos observando que ele assentou a sua proposta de animação numa abordagem diluída da RCT, o que pode ser metodologicamente admissível, contudo, não resultou em avanço teórico sobre a questão da macrodinâmica social. Em outros termos, acabou fazendo jus às suas próprias palavras, ao considerar o princípio da racionalidade da ação como “adequado à situação”, um “princípio *quase vazio*” (POPPER, 2009, p.272, itálicos do autor). Como foi possível constatar, em boa medida, o debate na filosofia social

se concentra sobre a animação da dinâmica social, sua formação, seus mecanismos de sustentação e os processos de mudança.

Por outro lado, inicialmente achávamos que a influência das concepções do autor, em vista da sua ampla militância na epistemologia das Ciências Naturais, do caráter episódico e não sistemático de seus escritos, e do próprio estilo opinativo à la Popper, seriam desfavoráveis a uma recepção atenciosa de suas concepções no ambiente acadêmico da *Social Philosophy*<sup>217</sup>. Entretanto, percebemos que essas foram razoavelmente bem acolhidas e, importantes autores nesse campo comungam com ele da defesa da orientação analítica e da crítica ao relativismo teórico nas Ciências Sociais.

O item onde entendemos que Popper mereça as maiores críticas é a maneira superficial com que ele tratou a inserção dos elementos da estrutura na exposição de sua proposta de análise situacional. Demandando um devido aprofundamento, os aspectos estruturais são por ele apresentados como fatores “dados”. Há, obviamente, menções sobre normas sociais, valores culturais e, principalmente, sobre a função cumprida pelas instituições sociais, contudo, não executou uma investigação mais abrangente de como estes elementos se relacionam com a modelagem das situações sociais. Nesse sentido, a decisiva influência da estrutura é paradigmática como observa Giddens, não sendo uma coisa, mas sim um processo, que responde como meio e, a um só tempo, como resultado das práticas sociais. Assim, verificamos uma unanimidade entre os cientistas sociais que é não ser possível tratar sobre qualquer temática das teorias sociais sem propor como a estrutura influi para formar a “personalidade da sociedade” e, desta forma, influenciar de forma significativa a produção das consequências não intencionais das ações coletivas. Efetivamente, Popper ausentou-se de um tema fundamental inerente em qualquer discussão sobre metodologia a respeito das Ciências Sociais.

As análises metodológicas não são os assuntos mais entusiasmantes nos programas filosóficos. Aliás, com raras exceções, maçantes. Acreditamos que a obra de Popper é uma dessas exceções, pois ao ler seus textos, vemos ele sempre defendendo suas posições com verve, articulação, paixão e despreocupado em ferir suscetibilidades. Seja com alguns acertos ou com deficiências, sua defesa em favor de um racionalismo crítico nas práticas científicas transcende o campo metodológico. Nesse sentido, escrevendo sobre o legado de Popper, Sassower observa que há um grande número de comentaristas que concordam que talvez “ao final do dia” as preocupações de Popper foram muito mais morais do que metodológicas<sup>218</sup>:

O que está em jogo nos trabalhos de Popper são a liberdade e a responsabilidade. Ambos os conceitos são obviamente inter-relacionados e necessariamente complementares um ao outro. Eu gostaria de enfatizar com esta afirmação é que um dos aspectos que desperta o interesse pelas obras de Popper para os seus críticos, como eu, é exatamente a maneira interdisciplinar de como esses dois conceitos foram por ele empregados. (SASSOWER, 2006, p.113, tradução nossa).

<sup>217</sup> Observamos nos autores consultados que o termo *Social Theory* é habitualmente utilizado quando se diz respeito ao desenvolvimento histórico das correntes de pensamento nas Ciências Sociais, como Utilitarismo, Funcional-Estruturalismo, Interacionismo Simbólico, Pragmatismo, Teoria Crítica, etc. Por outro lado, o termo *Social Philosophy* é mais relacionado com temas metodológicos, como explicação dos fenômenos, reductionismo epistêmico, inferência causal, análise situacional, RCT, modelagem, métodos quantitativos, etc.

<sup>218</sup> Cf. SASSOWER, 2006, p.95-6.

Ensinam nossos mestres que sem boa ontologia não se faz boa epistemologia, e não se alcança a sua melhor expressão sem envolver a primordial discussão sobre ética e a responsabilidade na condução da atividade científica. Por apresentarem um fecundo entrelaçamento destes planos essenciais, é fácil prever que o legado de Popper será muitas vezes revisitado.

Em nossas conclusões, não podemos deixar destacar a peremptória influência das grandes concepções filosóficas sobre a teoria social (em seu percurso histórico). Nosso projeto se concentrou nas principais contribuições popperianas para o tema da metodologia das Ciências Sociais e sua continuidade pelas afinidades conceituais com outros autores, entretanto, ao longo de nossa pesquisa, a ligação entre a teoria social e as reflexões filosóficas de base foi algo constatado reiteradas vezes, e é nosso dever chamar a atenção para este ponto. Sem apelarmos para os trabalhos dos pais fundadores da sociologia (Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber) e apenas observando algumas obras de destaque na produção mais recentes, é incontestável tal dependência. Através do material utilizado, em especial as citadas nas referências bibliográficas dos autores Joas; Knölb e Collins, é de se perguntar se seria possível para Talcott Parsons (1902-1979) escrever a seminal *A Estrutura da Ação Social* sem os ombros kantianos da *Crítica da Razão Pura* para direcioná-lo (basta percorrer os seus três primeiros capítulos para responder a pergunta), ou *Sobre Fenomenologia e Relações Sociais* de Alfred Schutz (1899-1959) sem a sustentação husserliana (reconhecida pelo próprio autor), ou ainda o desenvolvimento da corrente do *Interacionismo Simbólico* de George Herbert Mead (1863-1931) e Herbet Blumer (1900-1987), da Escola de Chicago, caso estivesse ausente os fundamentos do pragmatismo fornecidos pelos notáveis Peirce, James (1842-1910) e Dewey (1859-1952). São apenas alguns exemplos de uma longa lista. As relações entre esses dois campos do conhecimento são essenciais, indiscutíveis e profícuos.

Um registro final. A tragédia *Édipo*, escrita por Sófocles (496 A.C.-406? A.C.), por volta do ano 430 a.C., encanta gerações de admiradores ao longo dos séculos. Além de ser um marco da literatura ocidental, sua leitura possibilita diferentes planos interpretativos. Os elementos contidos na trama já foram utilizados na análise histórica, nas discussões morais, na psicanálise, em teses antropológicas, semióticas e em muitos outros campos. A qualidade da trama mereceu do grande estagirita uma elevada consideração. Na *Poética*<sup>219</sup>, lemos que há estruturas narrativas simples e complexas e estas se diferenciam das anteriores pelo seu desenlace conter “o reconhecimento, ou peripécia ou ambos” (*POÉTICA*, 1452a.20); em outras palavras, a articulação dos principais elementos que formam a complexidade de uma trama. Na sequência, conclui que “o melhor reconhecimento é o que ocorre concomitantemente a uma peripécia, como acontece no *Édipo*” (*POÉTICA*, 1452a.30). Assim perguntamos: do que se trata o argumento narrativo elogiado por Aristóteles e por muitos outros? Não outro senão a combinação de uma dupla contrafinalidade.

Recordemos os momentos-chave do enredo<sup>220</sup>. *Laio*, pai de *Édipo*, sabedor do terrível vaticínio que recai sobre sua família; um filho que irá matar o pai, desposar a mãe e tomar o

<sup>219</sup> Utilizamos a edição da *Edipro*, 2011, com a tradução direta dos originais gregos por Edson Bini.

<sup>220</sup> Utilizamos a edição da *L&PM*, 1998, com a tradução de Paulo Neves.

seu trono, age para evitar que a profecia se cumpra. *Jocasta*, mãe e posterior esposa, revela a primeira contrafinalidade:

Três dias depois de ter nascido a criança, Laio prendeu seus tornozelos e mandou abandoná-lo num monte deserto. Deste modo, Apolo não pode fazer nem que o filho matasse seu pai, como Laio temia, e morresse pela mão de seu filho. (p.46).

Qual é o efeito não intencionado na realização da ação? Édipo sobrevive, é acolhido pelo rei de Corinto e criado como seu filho. Refugiando-se longe de Tebas, tem a oportunidade de crescer em oculto, sem correr o risco de uma outra tentativa de morte pelas mãos do seu verdadeiro pai.

Se a trama continuasse o seu curso restrito apenas às consequências dessa primeira contrafinalidade seria pueril como tantas outras, assim deve ter pensado Aristóteles. Contudo, vem a segunda contrafinalidade. *Édipo*, já adulto, é alertado pelo oráculo de *Delfos* sobre a terrível maldição que lhe recai, então, decide agir para evitá-la:

Após ouvir isso, deixo Corinto e seu território para sempre, intempestivamente, fujo para lugares onde não pudesse ver se realizarem as ignomínias que o terrível oráculo me dizia. (p.50).

Pois bem, Sófocles, esse admirável maquinador, mostra que é exatamente através da sutileza do efeito combinado das contrárias intenções de *Laio* e *Édipo* que faz precipitar todo o curso trágico dos acontecimentos, ao mesmo tempo que ministra à audiência sobre a fragilidade das concepções humanas diante da potência dos fatos. Reconhecido o real desenlace de suas ações, só resta ao desesperado *Édipo* gritar no desamparo de sua constatação:

Oh! Ai de mim! então no final tudo era verdade! Ah! luz do dia, que eu te veja aqui pela última vez no meu opróbrio. *Hoje me revelo o filho de quem não deveria nascer, o esposo de quem não devia ser, o assassino de quem não devia matar.* (p.75, itálicos nosso).

Não foi por coincidência que, quando direcionou suas atenções para o estudo da dinâmica social, Popper logo identificou na contrafinalidade das ações o seu problema mais superlativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. *et al.* (2014). *A Disputa do Positivismo na Sociologia Alemã*. São Paulo - SP: Ícone.
- ARISTÓTELES, (2012). *Metafísica*. São Paulo –SP: Edipro.
- CATTON, P.; MACDONALD, G. (ed.) (2004). *Karl Popper Critical Appraisals*. New York – USA: Routledge
- DAHRENDORF, R. (1962). *Las Clases Sociales y Su Conflicto en La Sociedad Industrial*. Madri-Espanha: Rialp.
- ELSTER, J. (1994). *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro-RJ: Relume-Dumará.
- FERNANDEZ, P. M. B. (2012). Popper e a Economia: Existe um Método Próprio para as Ciências da Sociedade? *In: OLIVEIRA (org.) (2012)*.
- FERREIRA, R. M. (2008). *Popper e os Dilemas da Sociologia*. São Paulo - SP: Annablume; Fapesp.
- GIDDENS A.; TURNER J. (org.) (1999). *Teoria Social Hoje*. São Paulo – SP: UNESP.
- GIDDENS A. (2018). *Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura, contradição na análise sociológica*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- GOERTZ, G. (2012). *Descriptive-Causal Generalizations: “Empirical Laws” in the Social Sciences?* *In: KINCAID (ed.) (2012)*.
- GONZALEZ, W. J. (2004). *The Many Faces of Popper`s Methodological Approach to Prediction*. *In: CATTON, P.; MACDONALD, G. (ed.) (2004)*.
- GORTON, W. A. (2006). *Karl Popper and the Social Sciences*. Albany (NY) – USA: State University of New York Press.
- HAACK, S. (2002). *Filosofia das Lógicas*. São Paulo – SP: UNESP.
- HABERMAS, J. (2011). *A Lógica das Ciências Sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- HACOHEN, M. H. (2000). *Karl Popper - The Formative Years 1902 – 1945*. New York - USA: Cambridge.
- HARRÉ, R. (1970). *The Principles of Scientific Thinking*. London – UK: Macmillan
- HEDSTRÖM, P.; SWEDBERG R. (ed.) (1998). *Social Mechanisms: An analytical approach to social theory*. New York-USA: Cambridge
- HEMPEL, C. G. (1965). *Aspects of Scientific Explanation*. New York – USA: Free Press/Macmillan

- HERNES, G. (1998). *Real Virtuality*. In: HEDSTRÖM; SWEDBERG (ed.) (1998).
- IBRI, I. A. (2015). *Kósmos Noetós*. São Paulo – SP: Paulus.
- \_\_\_\_\_. (2017). *The Double Face of Habits – Time and Timeless in Pragmatic Experience*. Versão traduzida. Milão – Itália: Rivista di Storia della Filosofia, n° 3, p.455-74.
- \_\_\_\_\_. (2020). A Exclusividade Heurística da Abdução na Filosofia de Peirce. In: *Semiótica e Pragmatismo – Interfaces Teóricas - Vol.1*. Marília - SP: UNESP/Cultura Acadêmica e FiloCzar.
- JOAS, H.; KNÖBL W. (2017). *Teoria Social: Vinte lições introdutórias*. Petrópolis - RJ: Vozes.
- KANT, I. (2012). *Crítica da Razão Pura*. Petrópolis - RJ: Vozes.
- KINCAID, H. (ed.) (2012). *Philosophy of Social Science*. New York - USA: Oxford.
- LITTLE, D. (1991). *Varieties of Social Explanation*. Boulder (CO) – USA: Westview Press.
- MANICAS, P. T. (2006). *A Realist Philosophy of Social Science: Explanation and Understanding*. New York-USA: Cambridge
- McINTYRE, L.; ROSENBERG, A. (ed.) (2017). *The Routledge Companion to Philosophy of Social Science*. New York – USA: Routledge.
- MINOGUE, K. (1997). Popper explica a explicação histórica? In: O`HEAR (org.) (1997).
- MOSER, P. K.; MULDER, D.H.; TROUT, J. D. (2011) *A Teoria do Conhecimento: Uma introdução temática*. São Paulo - SP: WMF Martins Fontes.
- O`HEAR, A. (org.) (1997). *Karl Popper: filosofia e problemas*. São Paulo – SP: UNESP.
- OLIVEIRA, P. E. (org.) (2012). *Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper*. Curitiba – PR: Círculo de Estudos Bandeirantes.
- PETERS, F. E. (1967). *Greek Philosophical Terms: A Historical Lexicon*. New York – USA: New York University Press.
- POPPER, K. R. (2013). *Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo - SP: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro - RJ: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1980). *A Miséria do Historicismo*. São Paulo - SP: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1982). *Conjecturas e Refutações*. Brasília - DF: Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. (1986). *Autobiografia Intelectual*. São Paulo - SP: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Conhecimento Objetivo*. Belo Horizonte - MG: Itatiaia.
- \_\_\_\_\_. (2009). *O Mito do Contexto*. Lisboa - Portugal: Edições 70.

- \_\_\_\_\_. (2013). *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. São Paulo - SP: Unesp.
- \_\_\_\_\_. (2017a). *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos – Vol. 2*. Lisboa -Portugal: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (2017b). *A Vida é Aprendizagem*. Lisboa - Portugal: Edições 70.
- REISS, J. (2012). *Counterfactuals*. In: KINCAID (ed.) (2012).
- RISJORD, M. (2014). *Philosophy of Social Science*. New York – USA: Routledge.
- SASSOWER, R. (2006). *Popper`s Legacy: Rethinking Politics, Economics and Science*. Montreal – Canada: McGill-Queen`s.
- SAYER, A. (1992). *Method in Social Science: A Realist Approach*. New York – USA: Routledge.
- SCOTT, J. (org.) (2010). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar.
- WÄCHTERSCHÄUSER, G. (1992). Os usos de Karl Popper. In: O`HEAR (org.) (1992).
- YLIKOSKI, P. (2012). *Micro, Macro and Mechanisms*. In: KINCAID (ed.) (2012).